

*Museu de Arte Religiosa e Tradicional*

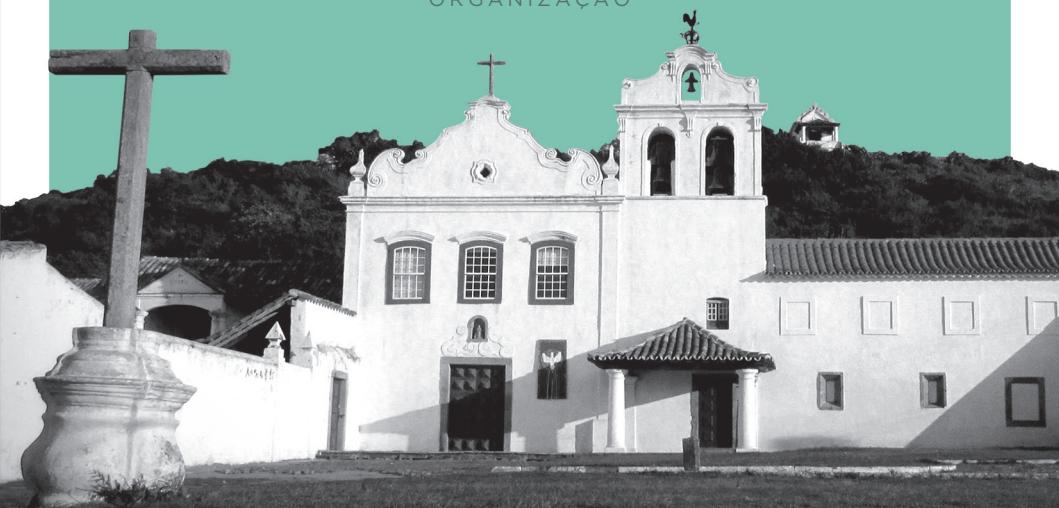


# CABO 400 anos de história · 1615–2015

# FRIO

FLÁVIA MARIA FRANCHINI RIBEIRO  
LUIZ GUILHERME SCALDAFERRI MOREIRA

ORGANIZAÇÃO



*A cidade, para além dos muros*

Observados os mais variados fóruns da contemporaneidade, boa parte dos debates giram em torno dos anseios de tolerância e multiplicidade de opiniões. Desde a política à história, reivindica-se que seja possível dar voz aos mais diversos grupos e sujeitos, possibilitando que as perspectivas das construções narrativas possam refletir uma visão tão plural quanto o próprio tecido social que compõe nossas cidades. Em *Cabo Frio 400 anos de história · 1615 – 2015*, o Museu de Arte Tradicional e Religiosa – MART/IBRAM alinha-se a esta pertinente reflexão e, extrapolando seus muros, faz emergir ao grande público, pelas linhas de jovens historiadores, um recorte representativo da produção acadêmica minuciosa que hoje já se dedica a retirar os véus do percurso de existência de Cabo Frio em novos olhares. Uma publicação que, além de oferecer a possibilidade de novas interpretações destes processos por muitos outros pesquisadores, expõe uma conduta museológica admirável por parte do MART/IBRAM, que assumindo o caráter dinâmico que se deseja para os museus, potencializa sua atuação como agente de transformação, em favor de seus contextos culturais.

IVO MATOS BARRETO JÚNIOR - IPHAN

# CABO

*400 anos de história · 1615–2015*

# FRIO



MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL

ORGANIZAÇÃO

Flávia Maria Franchini Ribeiro

Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira



CABO

*400 anos de história · 1615–2015*

FRIO

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

CABO FRIO, RIO DE JANEIRO (RJ) · 2017

© Museu de Arte Religiosa  
e Tradicional 2017.  
Todos os direitos reservados.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
Michel Temer

MINISTRO DA CULTURA  
Roberto Freire

#### ***Instituto Brasileiro de Museus***

PRESIDENTE  
Marcelo Mattos Araujo

REPRESENTAÇÃO REGIONAL  
DO IBRAM – RJ  
Vera Lúcia Mangas da Silva

#### ***Museu de Arte Religiosa e Tradicional***

DIREÇÃO  
Maria Fernanda Pinheiro de Oliveira

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA  
João Baptista Rabelo e Castro

ÁREA TÉCNICA  
Aline Costa Simões Cadaxo  
Ana Maria Siems Forte  
Flávia Maria Franchini Ribeiro  
Francisco José Mendes Marins  
Manoella Évora Ramalho Gago  
Márcia Cristina N. de Miranda e Silva  
Sônia Maria Gaudereto Duarte

ÁREA ADMINISTRATIVA  
Ana Maria Soares da Luz  
Elias Bausen  
Tatiana Bion Dias de Figueiredo

COORDENAÇÃO EDITORIAL  
Maria Fernanda Pinheiro de Oliveira

ORGANIZAÇÃO  
Flávia Maria Franchini Ribeiro  
Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira

REVISÃO  
Raquel Fonte

PROJETO GRÁFICO  
Fernanda Mello

CRÉDITO DAS IMAGENS  
LITOGRÁFIA: *Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio, Estado do Rio, por um Anônimo. Rio de Janeiro, Officina de Heaton e Rensburg [1845-1846] Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.*

FOTOGRAFIAS: *Museu de Arte Religiosa e Tradicional, antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio. Fotógrafo: Evangelos Pagalidis.*

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sônia Maria Gaudereto Duarte

AGRADECIMENTOS  
Antonio Carlos Jucá de Sampaio  
*Instituto de História da UFRJ*

Evangelos Pagalidis  
Ivo Matos Barreto Júnior  
*Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN*

João Henrique de Oliveira Christóvão  
*Centro de Memória Márcio Werneck do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IFF Fluminense Campus Cabo Frio*

Nathur Duarte Pereira Junior  
Rafael Zamorano Bezerra  
*MHN/IBRAM*

Rosângela Cavalcanti Nuto  
*IBRAM*

Sandro dos Santos Gomes  
*IBRAM*

Suelen Garcia Soares Vaz  
*IBRAM*

Vera Lúcia Mangas da Silva  
*Representação Regional do IBRAM – RJ*

DADOS INTERNACIONAIS PARA  
CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

981.53  
C116

Cabo Frio : 400 anos de história, 1615-2015 / organização: Flávia Maria Franchini Ribeiro, Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira. –[Brasília] : IBRAM, 2017.

160p. : il.; 21cm.

Bibliografia: p. 143-157.

ISBN-978-85-63078-46-9

1. Cabo Frio (RJ) – História. I.  
Ribeiro, Flávia Maria Franchini. II.  
Moreira, Luiz Guilherme Scaldaferrri. III.  
Instituto Brasileiro de Museus.

As opiniões e conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos seus autores e não refletem necessariamente o pensamento do Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio. É permitida a reprodução, desde que citada a fonte e para fins não comerciais.

Museu de Arte Religiosa  
e Tradicional – MART  
Largo de Santo Antônio, s/nº · Centro  
Cabo Frio · RJ · CEP 28.905-365  
TEL. 22-2646-7340  
E-MAIL [mart@museus.gov.br](mailto:mart@museus.gov.br)



O Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio – MART é uma instituição de grande destaque na baixada litorânea fluminense. Vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, o MART está instalado em um edifício datado de 1686, que abrigou a Igreja e o Convento de Nossa Senhora dos Anjos, bem como o primeiro colégio do município. Possui um rico acervo de arte sacra e mobiliário, que testemunha a história da região e da cidade, a sétima mais antiga do Brasil.

Para além dessa importância histórica, o MART – principalmente após sua reabertura em 2015, ano em que Cabo Frio comemorou 400 anos de criação – tem buscado assumir um protagonismo na cena cultural da cidade, a partir de uma política cultural enraizada e interessada na vida social, política e econômica da sociedade, e de uma concepção de museu parceiro da comunidade, sempre em construção, aberto às novas memórias que estão por vir.

A presente publicação reforça as trilhas desse caminho, oferecendo um amplo panorama dos quatro séculos das múltiplas histórias e personagens de uma cidade das mais representativas da diversidade do patrimônio cultural brasileiro. Parabenizo todos os responsáveis e participantes desta publicação, que vem coroar o belo trabalho de pertencimento realizado pelo museu nos últimos anos.

*Marcelo Mattos Araujo*  
PRESIDENTE IBRAM



### ***Sobre os autores***

#### · FLÁVIA MARIA FRANCHINI RIBEIRO ·

Técnica em Assuntos Culturais – História do Museu de Arte Religiosa e Tradicional/Instituto Brasileiro de Museus. Atualmente cursa a pós-graduação *Lato Sensu* em História da Arte Sacra pela Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro. Mestre em História, Cultura e Poder pela UFJF (2007). Licenciada em História pela UFJF (2005) e Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela UFJF (1996).

#### · JOSÉ FRANCISCO DE MOURA ·

Doutor em História pela UFF (2001). Mestre em História Social pela UFRJ (1998). Bacharel e Licenciado em História pela UFRJ (1997). Foi professor Adjunto na Universidade Veiga de Almeida – Campus Cabo Frio entre 2002 e 2009. Em 2010, foi professor da pós-graduação *Lato Sensu* em História da Faculdade Redentor. Atualmente é professor da rede municipal de ensino de Armação dos Búzios (RJ) e da rede estadual (RJ). Possui artigos publicados em periódicos especializados e é autor de capítulos nos livros: “Violência na História”, 2009, “Imagens de Esparta. Xenofonte” e “Ideologia Oligárquica”, 2000.

#### · LUIZ GUILHERME SCALDAFERRI MOREIRA ·

Doutor em História pela UFF (2015). Mestre em História Social pela UFRJ (2010). Bacharel e Licenciado em História pela UFRJ (2001). Em 2010, publicou “Os índios na História da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio – séculos XVII-XIX”, em coautoria com Janderson Bax Carneiro. Em 2012, lançou o “Atlas Histórico e Geográfico Escolar de São Pedro da Aldeia”, em coautoria com Maria Catarina da Silva Azevedo. Em 2013, lançou o documentário “A Pesca Artesanal em Armação dos Búzios” (IPHAN/Secretaria de Educação de Armação dos Búzios). Em 2010, recebeu Menção Honrosa no Con-

curso de Monografias promovido pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro por sua dissertação de mestrado. Foi professor da Universidade Veiga de Almeida entre 2010 e 2016. Ministra os Encontros Presenciais de Metodologia Científica do curso de pós-graduação *Lato Sensu*, modalidade EaD da Universidade Cândido Mendes/Instituto ProMinas, onde atua também como professor Orientador de tccs. Professor das redes municipais de ensino de Armação dos Búzios e de Cabo Frio.

· NILMA TEIXEIRA ACCIOLI ·

Doutora em História Comparada pela UFRJ (2015). Possui Especialização em História do Rio de Janeiro pela UFF (2009). Autora do documentário “Ibiri, tua boca fala por nós”. Prêmio de Melhor Documentário no 12º Festival de Filmes de Pesquisa, “Esclavages: Mémoire, Héritages et Formes Contemporaines”(Paris, 2009) e no IX Araribóia Cine Festival de Niterói (2010). Em 2010 foi contemplada com bolsa do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (Fundação Biblioteca Nacional) para estudo do Libelo *José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira*. Ficou entre os três finalistas indicados para o Prêmio de Cultura do Estado do Rio de Janeiro 2010. Através do Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural MinC, realizou pesquisa no Arquivo Distrital do Porto (2011). Em 2012, publicou o livro “José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira: o tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio”. Niterói: FUNARJ/Imprensa Oficial, 2012. Autora do texto “Campos Novos e o tráfico ilegal de escravos no Antigo Cabo”, publicado em “Diáspora Negra e Lugares de Memória”, org. Hebe Mattos, Ed. da UFF, Niterói, 2013. Escreveu o verbete sobre a Praia da Rasa (Búzios) para o “Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos”. Org: Hebe Mattos, Martha Abreu e Milton Gurin. Niterói, PPGH-UFF, 2014.

· PAULO ROBERTO PINTO DE ARAUJO ·

Bacharel e Licenciado em História pela UFRJ (1993). Pesquisador bolsista do Projeto “História do Morro do Borel” (1992-1993). Pesquisador bolsista (FAPERJ) no projeto “Polícias Políticas do Rio de Janeiro” (1994-2000). Coordenador do projeto de organização do Arquivo Histórico do Centro de Documentação Histórica – Universidade Severino Sombra – Vassouras, RJ (2001-2004). Professor da Universidade Veiga de Almeida (2004-2011). Responsável pela organização e digitalização do Arquivo Carlos Scliar – Petrobras (2012-2013) e pela organização e digitalização do acervo da Rede Ferroviária Federal (IPHAN, 2013-2014). Coordenador do mapeamento da população tradicional remanescente Quilombola em São Pedro da Aldeia (DIPPIR-SEDUC, São Pedro da Aldeia – 2014-2016). Coautor com Leila Menezes Duarte dos livros “A Contradita-Polícias Políticas e Comunismo no Rio de Janeiro 1945-1964”, 2013, e “História Institucional da Fundação Escola de Serviço Público do Rio de Janeiro 1960 -2000”, 2000. Colunista do Jornal Folha dos Lagos Cabo Frio.



## *Sumário*

Apresentação 15

MARIA FERNANDA PINHEIRO DE OLIVEIRA

Prefácio 17

ANTONIO CARLOS JUCÁ DE SAMPAIO

Introdução 21

Cabo Frio e a montagem da primeira elite  
fluminense – séculos XVI e XVII 25

LUIZ GUILHERME SCALDAFERRI MOREIRA

A expedição de Maximiliano de Wied Neuwied  
do Rio de Janeiro a Cabo Frio (1815) 49

NILMA TEIXEIRA ACCIOLI

Economia e sociedade de uma cidade interiorana  
no século XIX: Cabo Frio, 1840-1890 75

PAULO ROBERTO ARAUJO

Política, economia e associações profissionais  
e culturais em Cabo Frio entre a República Velha e  
o Estado Novo: rupturas e continuidades 107

JOSÉ FRANCISCO DE MOURA

Do Convento ao Museu de Arte Religiosa e  
Tradicional (MART): o processo de ressignificação do  
conjunto arquitetônico franciscano de Cabo Frio 121

FLÁVIA MARIA FRANCHINI RIBEIRO

Referências Bibliográficas 143

Fontes Primárias

Livros, Capítulos, Teses e Dissertações



## *Apresentação*

Qual será o futuro do nosso passado? Entre os espaços para esse tipo de reflexão, os museus. Há tempos os museus deixaram de ser pensados como lugares de coisas velhas, estáticas e paralisadas no tempo e deram lugar a uma noção ampla de representações simbólicas, na qual cabem desde uma coroa real a um *gadget*. Para dar conta desta pluralidade, há museus de diversos tipos: museus de arte, de história, de antropologia, de ciência, de literatura, etc. O importante é que estejam vivos e atuantes no meio em que se inserem. Resumindo, os museus são espaços de relações sociais. E como em toda relação social, eles são complexos, dinâmicos e dependem daqueles que se envolvem nela. O museu pode ser um e pode ser outro também.

Nessa perspectiva que o Museu de Arte Religiosa e Tradicional (MART), museu federal vinculado ao Ministério da Cultura através do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), ao reabrir suas portas no ano de 2015, não só se dispôs a criar uma agenda cultural na região, como também a se inserir na vida social de Cabo Frio.

Nesse contexto, o museu teve como preocupação expandir suas responsabilidades e acolher os debates ocorridos por conta das comemorações dos 400 anos do município. E se aproximou de seus pares acadêmicos promovendo esta cidade a objeto de reflexão teórica por meio do trabalho de historiadores com seus conceitos e metodologias científicas. Ao lançar o livro “Cabo Frio – 400 anos de história · 1615-2015” – livro pioneiro no sentido de congregar pesquisas de historiadores que se debruçam na história da cidade –, o MART definitivamente contribui para o debate crítico e para a construção histórica sobre a nossa realidade.

Este livro é o primeiro produto tangível da inserção acadêmica dentro deste museu que almeja colaborar no processo de conhecimento de uma sociedade que não é mais complacente com as instituições que se fecham em si mesmas e ignoram as mudanças históricas em curso. Preservar não é o suficiente: é preciso ser atuante. Que este seja apenas o primeiro passo de muitos. Agradeço a todos que tornaram possível essa publicação. Vida longa aos Museus!

*Maria Fernanda Pinheiro de Oliveira*

DIRETORA DO MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL  
MART, IBRAM

## Prefácio

ANTONIO CARLOS JUCÁ DE SAMPAIO<sup>1</sup>

Até o início da década de 1980 não havia praticamente nenhum estudo sobre municípios do interior do estado do Rio de Janeiro realizado por historiadores profissionais. Predominavam então os trabalhos feitos por memorialistas, que buscavam reconstruir a história de suas respectivas localidades guiados tanto pela busca da “verdade histórica” quanto pelo desejo de celebrarem os grandes feitos e homens de sua região. Não se trata, é claro, de menosprezar o esforço desses autodidatas, fundamentais para que as diversas localidades tivessem um conhecimento, por menor que fosse, de suas próprias origens e trajetórias. Faltavam, no entanto, estudos profissionais que permitissem um conhecimento mais sistemático do interior fluminense.

Esse quadro, no entanto, começou a mudar quando Ciro Cardoso e Maria Yedda Linhares criaram a linha de pesquisa em história agrária na UFF, e estimularam jovens historiadores a pesquisarem o passado de diversos municípios do interior. Esse foi o caso, por exemplo, de Sheila Faria, que estudou Campos,

<sup>1</sup> Professor de História do Brasil do Instituto de História da UFRJ e pesquisador do CNPq.

Hebe Mattos (Silva Jardim), Márcia Motta (São Gonçalo), João Fragoso (Paraíba do Sul), Célia Muniz (Vassouras), entre outros. Esse conjunto de trabalhos representou uma verdadeira revolução historiográfica. O conhecimento agora produzido era resultado da pesquisa de historiadores profissionais, submetida aos ditames da academia e à avaliação dos pares. Além disso, seus trabalhos fugiam do localismo, buscando inserir seus objetos de estudo em contextos mais amplos, possibilitando assim a construção de questões mais gerais acerca das transformações da sociedade brasileira.

Numa segunda etapa, esses novos estudos ampliaram-se consideravelmente com a multiplicação dos Programas de Pós-Graduação no estado. Hoje podemos falar de uma autêntica descentralização do conhecimento histórico que, embora ainda muito voltado para o estudo da capital do estado, dedica-se crescentemente às demais regiões do estado, estudadas em seus mais diversos aspectos e épocas.

Essa descentralização do conhecimento nos remete a uma outra questão, que é a do significado do estudo de regiões ditas “periféricas”. Dito de outra forma: o estudo de tais regiões produz um conhecimento igualmente periférico, fadado a ser menos importante do que aqueles dedicados às regiões ditas “centrais”? Por trás dessa pergunta está uma crença, por muito tempo arraigada em nossa historiografia, de que a inteligibilidade da história do Brasil passava pela compreensão de suas áreas e atividades centrais, ficando todas as demais a reboque do seu dinamismo. Neste sentido, não é absurdo dizer que a hierarquia geográfica se traduzia numa hierarquia do conhecimento, produzindo histórias mais ou menos valiosas.

Felizmente, essa visão esquemática e simplificadora do real não encontra mais espaço em nossa produção historiográfica. De fato, o que define a importância do objeto do historiador não é

sua maior ou menor centralidade política, econômica ou social, mas sim as perguntas que fazemos a ele.

Neste sentido, é com imensa alegria que vemos a feitura de um livro sobre os 400 anos de Cabo Frio. Em primeiro lugar, por ser uma região sobre a qual ainda há relativamente poucas pesquisas, havendo assim lacunas importantes a explorar. Por outro lado, e é isso que quero ressaltar, por ter reunido um grupo de talentosos historiadores, com um olhar sobre a cidade que ultrapassa em muito o localismo e, dessa forma, nos levam a refletir sobre questões que permeiam não só a história local (o que já não seria pouco) mas também a história do Brasil. Abrangendo, em termos temporais, da fundação da cidade até o Estado Novo, passando pelo Império, os estudos aqui presentes estão marcados tanto pela sede de conhecimento quanto pelo rigor acadêmico, patente nas fontes e métodos empregados e nas discussões bibliográficas. Desse quadro emerge uma Cabo Frio múltipla, dotada de uma complexidade que ainda começamos a conhecer. O resultado final? A vontade do leitor de conhecer mais. E há elogio maior para um livro? Esperamos que esse desejo por mais conhecimento possa ser saciado com o surgimento de novos trabalhos, que certamente serão estimulados por essa importante obra.

## ***Introdução***

Como se sabe, no dia 13 de novembro de 2015, a cidade de Cabo Frio completou 400 anos de uma riquíssima e belíssima História. Esta, como outras tantas datas comemorativas, fez com que alguns olhares se voltassem para sua valiosa trajetória. Ao longo de 2015, encontros foram realizados para que os pesquisadores da área compartilhassem seus trabalhos com o público. As atividades, iniciativa de uma instituição pública federal de ensino,<sup>2</sup> ocorreram em locais públicos, entre eles, o Museu de Arte Religiosa e Tradicional/Instituto Brasileiro de Museus (MART/IBRAM/minc). Atendendo aos pedidos do público durante os encontros, surgiu entre alguns palestrantes a proposta para esta publicação.

A oportunidade serve para, sobretudo, “popularizar” pesquisas históricas (realizadas sob o rigor científico de instituições acadêmicas de nível internacional) junto aos munícipes. Nelas,

---

<sup>2</sup> As palestras integraram o evento Ciclo de palestras Cabo Frio 400 anos e foram uma realização do Centro de Memória Márcio Werneck do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFFluminense Campus Cabo Frio.

a ênfase é a região dos Lagos fluminense, cujo espaço, historicamente, integra o antigo Cabo Frio. Contribuiu-se, assim, para o resgate e preservação da memória e da história local. Há nas pesquisas a preocupação em romper com algumas “verdades” históricas e ir além da contribuição de outros escritos realizados de forma pioneira por ensaístas – que alguns chamam de memorialistas –, feitos sob uma outra metodologia e que ocupam um forte apelo na região.

Por outro lado, longe de se atentar apenas ao resgate e à preservação da história, acredita-se que só é possível pensar a sociedade com seus problemas, suas angústias, suas inquietações etc., a partir da análise do processo histórico; portanto, de sua formação histórica, para que se possa entender como estas questões foram geradas. Isto não significaria incorporar a ideia de Cícero, orador e político da Roma Antiga do século I a.C., de que a *Historia Magistra Vitae* (História é Mestra da Vida).

O recorte espacial, Cabo Frio, está longe de ser limitador dos textos. Deste modo, como disse certa vez o notável historiador italiano Giovanni Levi, embora para outro contexto e para um outro tipo de História, as sociedades devem ser analisadas pela

cotidianidade de uma situação vivida por um grupo de pessoas envolvidas em acontecimentos locais, mas, ao mesmo tempo, interligadas a fatos políticos e econômicos que fogem ao seu controle direto, a nos colocar problemas bem interessantes no que concerne às motivações e estratégias de ação política (2000, p. 46-47).

Assim, os textos deste livro não falam “de” e “por” Cabo Frio por si só – o que por vezes é muito comum em outros estudos locais. No entanto, procuram entender como a sociedade cabo-friense respondeu, de forma particular ou não, a problemas e

acontecimentos que fugiam ao seu controle, isto é, que estavam inscritos em outros níveis de escala que não o local.

Os textos que contemplam esta coletânea de artigos, embora em seus títulos apresentem características pontuais, tanto no que diz respeito à temporalidade, como aos assuntos, são na verdade porta de entrada para se discutir a sociedade cabo-friense contemporânea; sua história em suas diversas facetas temporais (Colônia, Império e República), portanto desde 1615 aos dias atuais; e suas características mais amplas, como cultura, economia, memória, sociedade, questão fundiária etc. Contribui-se, assim, para dar um apanhado geral dos 400 anos de História de Cabo Frio, mas acima de tudo entender um pouco melhor a sociedade em que vivemos.

O livro foi divido em cinco capítulos, que obedecem a uma sequência cronológica. O primeiro fora escrito por Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira e mostra que a região de Cabo Frio, ainda antes da fundação da cidade, era importante local para a primeira elite fluminense que se cristalizava na urbe do Rio de Janeiro entre os séculos XVI e XVII, por conta da presença de pau-brasil e de índios (que poderiam se tornar escravos daquele grupo nas suas *plantations*). Partindo para o período imperial, a premiadíssima historiadora Nilma Teixeira Accioli descreve e analisa a questão fundiária da região, tendo como pano de fundo a expedição do príncipe prussiano Maximiliano de Wied Neuwied do Rio de Janeiro a Cabo Frio, realizada em 1815. Na transição do Império (1822-1889) para a República (1889), Paulo Roberto Araujo tece um rico panorama da economia e da sociedade cabo-friense entre os anos de 1840-1890. Dando um salto temporal, José Francisco de Moura analisa as associações profissionais e culturais em Cabo Frio, sempre dialogando com as questões políticas e econômicas, sublinhando as rupturas e continuidades, entre a República Velha e o Estado Novo. Por fim, Flávia Maria Franchini Ribeiro se volta para o Convento de Nossa Senhora dos Anjos, edificação do

século XVII remanescente da ocupação em Cabo Frio, testemunha do processo histórico devido a sua preservação (1957) e consequente criação do Museu de Arte Religiosa e Tradicional (MART), única instituição museológica da região vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) do Ministério da Cultura.

*Cabo Frio (RJ), janeiro de 2017.*

— OS ORGANIZADORES

## ***Cabo Frio e a montagem da primeira elite fluminense – séculos XVI e XVII<sup>3</sup>***

LUIZ GUILHERME SCALDAFERRI MOREIRA

Acidade do Rio de Janeiro fora fundada, em 1565, sob a liderança de Estácio de Sá, com maciça participação de colonos que haviam se instalado na capitania de São Vicente. Todavia, para que aquela sociedade pudesse se manter, era necessária a prática de alguma atividade econômica, como, por exemplo, o cultivo da cana-de-açúcar. Segundo João Fragoso, naquele período, a economia fluminense, se comparada com a de Pernambuco e com a da Bahia, era de segunda classe, se mostrava dependente do exclusivo colonial e, portanto, das flutuações do mercado internacional. Sua reprodução se dava pelo comércio e pela concessão de crédito. Parte da riqueza gerada ficava com os negociantes e outra parte com a *governança* da terra, membros da administração periférica e do Senado da Câmara (Fragoso, 2009, p. 76 e ss).

A economia funcionava dentro do que o autor chamou de “economia do bem comum”, na qual a reprodução e a acumulação não se davam no mercado pela simples venda deste produto, mas,

---

<sup>3</sup> Gostaria de agradecer as críticas feitas por Gefferson Ramos Rodrigues e Paulo Roberto Araújo.

sim, por fatores políticos, caracterizando um “mercado imperfeito”, no que contribuiu a *governança* da terra. Os descendentes dos antigos conquistadores vicentinos ocupavam aqueles cargos por meio do sistema de mercês – uma cadeia de obrigações recíprocas entre súditos e monarca, baseada no dom e contradom. Deste modo, os leais descendentes dos conquistadores da Guanabara deveriam ser recompensados pelos serviços prestados à Coroa, já que expulsaram os franceses da região em 1565, fundando aquela urbe com a utilização de suas fazendas.<sup>4</sup> Era a ocupação destes espaços que permitia tirar recursos da sociedade para investir na montagem de engenhos. Em resumo:

A base da economia da Guanabara era a produção de um açúcar preterido pelas frotas, mas que consistia no alicerce da sociedade de Antigo Regime da região, da mesma forma que dela se retiravam os cabedais necessários para a nobreza manter sua qualidade. Entretanto, este açúcar não bastava para sustentar o poder da nobreza, sendo completada pela apropriação, via governo, de parte da riqueza social (Fragoso, 2009, p. 105).

Estes vicentinos e seus descendentes no Rio de Janeiro, assim como seus congêneres no espaço colonial americano, eram capitais, já que participavam de um dos tantos momentos “fundacionais” que ocorriam na América portuguesa, neste caso o daquela cidade. Isso lhes dava a prerrogativa de obter uma série de privilégios, que eram passados aos seus descendentes, constituindo assim o que uma corrente historiográfica vem chamando de *nobreza da terra* (Fragoso, 2003 e Mello, 1998). Eram estas famílias que monopolizariam os ofícios régios e os das Câmaras Municipais, ou, para utilizar um termo coevo, os “cargos honrados da

<sup>4</sup> A respeito da economia de Mercês, consultar Olival (2001) e Mauss (2008).

República”. Tais postos eram importantes, pois atuavam não só na administração local, mas possibilitavam intervir na economia da região. Esses privilégios se originavam da conquista em diversas localidades, não apenas da expulsão dos franceses e a posterior fundação e conquista do Rio de Janeiro, em 1565, mas, igualmente, da Conquista de Pernambuco, no século XVI, e da Restauração Baiana e Pernambucana, no XVII, com o combate aos holandeses.

Em cidades como Olinda, Salvador, ou Rio de Janeiro as pessoas que se arrogavam o título de *principais* ou *nobreza da terra*, justificavam-no não quanto uma categoria natural ou jurídica, de acordo com o direito do Antigo Regime, mas por meio de um discurso – baseado numa cultura política – que valorizava sua condição de protagonistas na conquista ultramarina (Bicalho, 2005, p. 30-31).

As guerras, ainda segundo a autora, eram de grande relevância, tanto na conjuntura do reino como no Atlântico:

(...) o que falava mais fundo na perspectiva das autoridades metropolitanas era sem dúvida a defesa e a conservação dos domínios ultramarinos, quer por meio da militarização dos colonos naturais e reinóis nos momentos de perigo, quer pelo reforço da obediência e submissão dos súditos à autoridade de seus governantes, legítimos representantes do rei e da sua soberania no distante, e nem sempre pacífico, além-mar (Bicalho, 2003, p. 332).

Dentro deste quadro de consolidação do espaço luso na Guanabara, era fundamental a “obediência e a submissão dos súditos à autoridade de seus governantes” (Bicalho, 2003, p. 332). Por isso, era necessária a negociação, a pactuação, uma das características

da Escolástica (Fragoso e Gouvêa, 2009).<sup>5</sup> Bicalho, Fragoso e Gouvêa destacaram que os estudos recentes mostram que a Monarquia lusa era fraca para se impor pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas. Nesse sentido, havia a necessidade de “coesão” entre essa região do ultramar e o reino, o que passava pelo “pacto entre a Coroa e os conquistadores”. Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, tentando explicar essa “coesão” e esse “pacto”, começaram a desenhar o conceito de *Monarquia Pluricontinental* que se caracterizava “pela comunicação permanente e pela negociação com as elites da periferia imperial” (2005, p. 194).

Sublinhamos, portanto, que para entender essa Monarquia, ou seja, o Estado luso moderno, é necessário estudar como essas elites da periferia, entre elas a do Rio de Janeiro, se comunicavam com o centro; como negociavam; quais eram suas lógicas sociais; como circulavam no espaço luso; e como se integravam na *governança* da terra. Afinal de contas, como destacou recentemente Marcello Loureiro, a gestão dessa Monarquia “sofría interferências de papéis advindos dos espaços periféricos”, já que:

Eram as elites locais que escreviam ao rei, apresentavam seus arbítrios e remédios, destacavam as potencialidades locais, superestimavam as receitas, instigavam decisões, viabilizavam o governo e, ainda que minimamente, interfe-riam na gestão (2014, p. 60).

Feitas estas considerações, há a necessidade de destacar a região de Cabo Frio, periferia de uma região secundária, a capitania do Rio de Janeiro. Qual seria o interesse da Monarquia lusa e das elites do Rio de Janeiro neste *locus*? Seria apenas ligada à defesa?

5 Este estudo é tributário da análise de Greene (1990, 1994 e 2010). A respeito da Escolástica consultar Skinner (1996).

Dois dos membros desta elite, porque proprietários de engenhos ou de plantações de cana-de-açúcar no Rio de Janeiro, os governadores do Rio de Janeiro, Antônio de Salema (1574-1577)<sup>6</sup> e Constantino de Menelau (1614-1617), tiveram atuação destacada na “Conquista” da região de Cabo Frio – se assim se pode dizer –, além do primeiro Capitão-mor de Cabo Frio, Estevão Gomes (1617-1644?) – momentos que para a região podem ser considerados como “fundacionais” (AHU, RJ, AV, D. 125 e Torre do Tombo, 1909, 166).<sup>7</sup> Quais teriam sido os interesses destes personagens na região de Cabo Frio, não apenas como governadores e capitão, mas também como membros da elite fluminense? Qual seria o interesse destes personagens na região citada?

A historiografia local, em especial os autores regionais, comumente chamados de memorialistas,<sup>8</sup> pouco ou nada falaram a respeito da relação dessa primeira elite fluminense com a região de Cabo Frio, assim como os interesses particulares dos governadores do Rio de Janeiro. Limitam-se a apresentar os personagens de modo bastante pontual e descritivo, sem uma análise mais acurada, aprofundada e, acima de tudo, problematizada. Tal postura

6 Na verdade, fora governador da Repartição Sul, uma vez que a América portuguesa fora dividida em duas partes entre os anos de 1573 e 1578, a saber: o Estado do Brasil, cuja capital era Salvador, na Bahia, e o Rio de Janeiro, capital da Repartição Sul.

7 Não sabemos exatamente até quando Estevão Gomes capitaneou a região de Cabo Frio, mas sabemos que, em 1644, Félix Madeira Gusmão fora nomeado como capitão de Cabo Frio.

8 O conceito, ao que parece, surgiu na França entre os séculos XIII e XIV, por meio de cronistas medievais. No Brasil, apareceu com mais propriedade na virada do século XIX para o XX, fruto das transformações socioeconômicas que ocorriam por conta do processo de urbanização. Desta feita, nas regiões que sofriam estas mudanças surgiram intelectuais que começavam a registrar estas alterações em suas localidades (Malerba, 2002).

corrobora o que Michel de Certeau sublinhou a respeito dos autores memorialistas. Segundo este estudioso, ao contrário dos historiadores, os memorialistas não estão preocupados em receber a “chancela” de seus pares acadêmicos em seus estudos (1982, p. 72). Desta maneira, Salema é apresentado como o líder da famosa expedição de 1575 que teria dizimado os tamoios; Menelau, como o que teria ordenado a fundação da cidade de Cabo Frio; e Gomes, apenas como o primeiro capitão de Cabo Frio, sem, contudo, pontuarem quando deixou o ofício (Massa, 1980 e 1996; Fernandes, 2012 e Beranger, s/d).

Salema e Menelau, por serem capitães-mores do Rio de Janeiro, e Gomes, por ser capitão de Cabo Frio, tinham interesses militares na região. Todavia, os interesses destes personagens estavam longe de se restringirem à esfera militar. Esse fato pode ser constatado ao analisarmos outras fontes e novos estudos, o que não é feito pela historiografia local/memorialista, uma vez que a mesma desconhece fontes importantes e novas metodologias. Sua produção, basicamente, se assenta na síntese de estudos já consagrados e publicados.

Antes de analisarmos os interesses destes personagens na região, temos que entender um pouco o que ela tinha a oferecer. Cabo Frio, antes mesmo da fundação da urbe do Rio de Janeiro (1565) e da própria fundação daquela cidade (1617), tinha uma função importante em termos militares, por conta da proximidade do Rio de Janeiro; possuía grande quantidade de pau-brasil; tinha uma enseada na qual os navios faziam “aguada”, ou seja, reabasteciam os barcos com água potável; tinha abundância de sal e; contava com grande quantidade de índios, em especial os tamoios (Ribeiro, 2005, p. 33).<sup>9</sup> Algumas destas características fo-

<sup>9</sup> Hemming (2007, p. 729-30) fez uma estimativa para a população indígena à época do Contato (c. 1500). Na capitania do Rio de Janeiro existiram 25.000 tamoios na Guanabara; 35.000 tamoios em Cabo Frio;

ram captadas por cronistas coevos. Um deles, o piloto e cartógrafo batavo Dierick Ruiters, que publicou seus escritos na Europa em 1623, todavia, fora capturado na altura de Angra dos Reis, em meados de 1617. A respeito de Cabo Frio afirmou que

Desse último cabo [Frio] ao estuário do Rio de Janeiro percorrem-se mais 8 léguas S.E. e N.O. A costa é toda montanhosa, atingindo as nuvens. Ela estende-se do Cabo Frio, onde estão as salinas, até detrás de um golfo, para além do cabo, passando aí a ter o nível do mar. A leste do Cabo de Janeiro, encontra-se um rochedo mais elevado que os de-mais e que parece a ponta de um pão de açúcar. Avista-se esse rochedo durante todo o percurso entre Cabo Frio e o Rio de Janeiro (França, 2000, p. 37).

### ***1º ato: O Governador do Rio de Janeiro Antônio Salema (1574-1577) e os seus interesses em Cabo Frio***

Visto o que a região tinha a oferecer, é hora de entender quais os interesses que o governador Salema poderia ter ali – o que só pode ser compreendido dentro do contexto da França Antártica (1555-1565), que, entre outras coisas, resultaria na fundação da cidade do Rio de Janeiro (1565). Naquele instante, houve expedições que tentavam não só controlar e pacificar os tamoios que viviam na região de Cabo Frio, mas igualmente combater a

---

8.000 temiminós; 10.000 puris no Vale do Paraíba; 6.000 coropós; 5.000 cachinés; 8.000 carajás; dando um total de 97.000 indivíduos. Não sabemos por que o autor não contabilizou os goitacazes ao norte do Estado. Teriam entrado nos números do Espírito Santo? Para a região de Espírito Santo/Ilhéus seriam 12.000 goitacazes, entre outras etnias.

presença de traficantes europeus de pau-brasil (Serrão, s/d; Mendonça, 1991; Tavares, 2011). Os tamoios, vindos de Cabo Frio, por exemplo, em julho de 1566, liderados por Guaxará, atacaram os lusos situados nas imediações do Morro Cara de Cão, no Rio de Janeiro, com 180 canoas. Apesar da diferença numérica, os portugueses venceram a batalha e atribuíram o fato a um milagre feito por São Sebastião, padroeiro da urbe recém-fundada (Ferrez, 1º vol., Tomo I, 1975, p. 465). Os embates continuavam. Em 1568, os mesmos tamoios de Cabo Frio, que foram sumariamente derrotados, atacaram a aldeia de São Lourenço localizada do outro lado da Baía de Guanabara. (Castro, Vol. 1, 2009, p. 145). Segundo Ondemar Dias, algumas de suas tribos, após o episódio, “mostraram desejo de serem pacificadas, fixando-se obedientes na terra de Cabo Frio” (1998, vol. 159 (399), p. 472 e ss).

Portanto, aqueles gentios ainda ofereciam perigo para o processo de “Conquista” e era necessário controlá-los. Segundo uma lei de 1570, somente o rei ou o governador-geral poderiam declarar guerra justa contra os índios. Amparado legalmente, Salema, governador-geral da Repartição Sul, montou uma expedição, em 1575, contra aquele povo que acabou por “trucida[r] mais de 2000[,] escravizando 4000” (Abreu, 2010, vol. 1, p. 158 e Lamego, 2007, p. 82-84). A empresa contou com capitães de São Vicente e alguns desses gentios sobreviventes foram para o “Rio e outros para São Vicente ou Espírito Santo” (Hemming, 2007, p. 211-212, citação p. 212). Segundo Frei Vicente do Salvador, os que quiseram se converter foram alocados nas aldeias de São Barnabé e São Lourenço (Serafim Leite, 1945, Tomo IV, p. 432).

Para Adler Castro, que segue o jesuíta José de Anchieta, a partir desta empresa, a região teria ficado segura para os lusos (Vol. 1, 2009, p. 146). Maurício Abreu também partilhou desta ideia, afirmando que a partir daí foi possível que o “povoamento europeu se expandisse naquela direção”. Todavia, a região de Macacu, por

sua natureza repleta de rios ligados à Baía de Guanabara, ainda era a principal área de expansão da presença lusa. Havia, portanto, antes deste episódio, “uma fronteira tácita separando o território luso e indígena, que se estendia pelo vale do Guaxindiba acima e chegava ao oceano na altura do lago de Itaipu” (2010, vol. 1, p. 218, 222-223, citações 218 e 223). Contudo, opinião divergente fora dada pelo espanhol Francisco Coreal, em 1690: “cabô Frio, uma excelente enseada, onde podem ser encontrados numerosos peixes-serra e bonitos papagaios, é ocupada pelos tupinambás” (França, 2000, p. 47).

Para efetivar a Conquista e a presença lusa, as terras em Cabo Frio começaram a ser doadas tanto pela capitania de São Vicente, que legalmente detinha a jurisdição sobre a região, como a recém-criada Capitania do Rio de Janeiro. Iniciava-se um conflito de jurisdição entre as duas capitâncias, algo pouco discutido na historiografia (Abreu, 2010, vol. 1, p. 292).<sup>10</sup> No entanto, os embates não ocorriam apenas pela questão fundiária. Segundo Abreu, entre o fim do século XVI e a década de 1630, coincidentemente parte de nosso recorte temporal, momento no qual se formava a primeira elite fluminense, os vicentinos e os fluminenses possuíam uma divergência ainda maior por conta da concorrência no aprisionamento dos gentios. De modo que, os conflitos tinham origem na “enorme falta de braços que já se verificava em ambas as capitâncias naquela época e que afetava não apenas as necessidades de defesa, mas sobretudo, o arroteamento das terras”. Começavam, portanto, como sublinhou Abreu, “já no início do século XVII, litígios de terras na banda d’além”, ou seja, do outro lado da baía de Guanabara (2010, vol. 1, p. 197, citações 189 e 197).

<sup>10</sup> Na obra há uma tabela mostrando as doações de sesmarias na região do Cabo Frio dadas tanto pelo governador da capitania de São Vicente, como do Rio de Janeiro e pelo capitão de Cabo Frio. (Abreu, 2010, vol. 1, p. 300 e ss).

Assim, os serviços prestados à Monarquia Lusa pelo governador Salema e por seus “soldados”, todos membros da *governança da terra*, eram recompensados. Isso fatalmente ajudava na reprodução da própria economia fluminense, uma vez que fatores fundamentais para a produção, como o acesso a mão de obra (gentios escravizados) e a terra (sesmarias), eram adquiridos fora do mercado, via sistema de mercês, o que caracterizaria o “mercado imperfeito”; a riqueza social, que era de toda a sociedade, passava a ser distribuída pela Monarquia para aqueles que haviam lhe prestado algum serviço. Assim, esses “conquistadores” pactuavam e negociavam com a Monarquia, ao mesmo tempo em que se mostravam súditos fieis e leais, mas igualmente corroboravam seu poder de mando e sua soberania no longínquo ultramar.

**2º ato: O Governador do Rio de Janeiro  
Constantino de Menelau (1614-1617)  
e o Capitão-mor de Cabo Frio  
Estevão Gomes (1617-1644?) e seus  
interesses em Cabo Frio**

Apesar do progresso na Conquista da região de Cabo Frio, ela de fato ainda não estava consolidada, no que contribuiria para a fundação da cidade de Cabo Frio (1615). Além dos interesses militares, que envolviam o governador do Rio de Janeiro, Menelau, e do capitão-mor de Cabo Frio, Gomes, haveria outros interesses? Acreditamos que sim! E os interesses destes personagens se confundiam com o da própria Monarquia, já que todos poderiam ganhar caso a Conquista realmente se efetivasse, uma vez que a presença lusa ainda não era exclusiva na localidade.

Os franceses continuaram a passar pela região, como ficou claro, em 1598, com o combate que o português Manuel Mascarenhas

Homem travou com uma nau no porto dos Búzios, situada na região de Cabo Frio. Em 1599, os portugueses com quatro caravelas e inúmeras canoas de índios atacaram uma embarcação francesa de Jacques Postel (Varnhagen, tomo II, 1956, p. 52).

Os ingleses também continuavam a ameaçar a região. No dia 15 de maio de 1615, o rei noticiava ao governador-geral, Gaspar de Sousa, que havia sido informado por seu embaixador na Inglaterra, que se armavam no porto de Londres navios “para fazer duas fortalezas na costa do Brasil em um porto, que dizem haver descoberto entre as capitâncias do Espírito Santo e Rio de Janeiro” (Cartas..., 2001, p. 268-269). Para que não obtivessem sucesso, o monarca havia mandado

aprestar duas caravelas com munição e alguma gente para que a cargo de pessoa de confiança, vão em direitura ao Rio de Janeiro e Espírito Santo para proverem ambas aquelas praças, com aviso aos capitães delas desta armada dos ingleses, e do porto que pretendem ocupar, dando-lhes todos os sinais que há dele, e encarregando-lhes que estejam vigilantes, e se correspondam ambos para que chegando os ingleses a alguma parte daquele costa deem logo sobre eles antes que se fortifiquem, e procurem desfazê-los de todo, e tomar-lhes os navios (Cartas..., 2001, p. 268-269).

Dezesseis dias depois desta ordem, o monarca providenciava o socorro, para que os ingleses não conseguissem se instalar em um “sítio tão desacomodado pela pouca capacidade do porto e por estar tão vizinho a duas fortalezas minhas”, Santa Cruz e São João, localizadas na entrada da baía de Guanabara (Cartas..., 2001, p. 271). Para isso, encaminhava ao Rio de Janeiro 100 mosquetes, 100 arcabuzes aparelhados, 20 quintais de pólvora, 10 de chumbo,

40 pelouros e 10 quintais de murrão.<sup>11</sup> Este material aportou em Salvador em duas caravelas – que dali deveriam ser levadas para o Rio de Janeiro por pessoa de confiança –, de onde seriam transportados para o local onde os ingleses pretendiam se instalar.

Acreditamos que esta última ação tenha sido empreendida por André Cardoso Pinto,<sup>12</sup> um típico “homem colonial” – na expressão de Luiz Felipe de Alencastro –, que em sua carreira militar circulou<sup>13</sup>

em diversas regiões do Império, mas jog[ou] todas as suas fichas na promoção social e econômica acumulada numa determinada praça, num enclave colonial que às vezes não o viu nascer mas onde possui bens, herdeiros e tumba reservada (2000, p. 103-104).

André Cardoso Pinto aparece citado à margem daquele documento de 1615, como natural “do Rio de Janeiro, filho de Jorge Pinto Beredo, que servia de capitão na Casa de Pedra” (*Cartas...*, 2001, p. 272). O militar era bastante experiente no combate aos piratas que traficavam pau-brasil. Em 1608, fora mandado pelo Governador do Rio de Janeiro, Afonso de Albuquerque (1608-1614), a percorrer “algumas ilhas daquela costa” onde “se havia feito pau brasil para se vender as nações do norte” pela “confiança que dele suplicante tinha o mandou que fosse ver e examinar todo aquele distrito”, procedendo “com zelo no serviço de Vossa

<sup>11</sup> Mandava também armas para o Maranhão para Diogo de Campos Moreno, que participava da Jornada do Maranhão, juntamente com Jerônimo de Albuquerque Maranhão quando se lutava contra os franceses naquela localidade entre os anos de 1614-15.

<sup>12</sup> Maiores informações a respeito da inserção deste personagem na sociedade fluminense e de sua carreira militar podem ser vistas em Moreira (2015); AHU, RJ, CA, D. 845; AN. Cód. 61, Vol. 1, p. 237v.

<sup>13</sup> Maiores detalhes ver Moreira (2015, p. 272).

Majestade com tanto cuidado que achou o lugar aonde estava o pau” (AHU, RJ, AV, D. 175).

Naquela ocasião, tinha por volta de nove anos de serviços prestados à Coroa portuguesa e estava em plena ascensão militar, o que duraria até o final da década de 1640, por conta de sua ligação com a família de Salvador Correia de Sá e Benevides. A quantidade era significativa. Segundo Moreira, o Regimento das Fronteiras (1645), documento que irá normatizar uma série de questões militares em Portugal, entre elas a questão da quantidade de anos de serviços necessários para ocupar um determinado ofício, rezava que os capitães tivessem no mínimo seis anos de préstimos (2015, p. 242). Alguns dos serviços foram feitos no governo de Martim de Sá (1602-1608), pai de Benevides, quando juntamente com o mesmo saiu com “seis armadas a sua custa com escravos e criados seus, as quais armadas se fizeram por razão de se livrar a costa de uns piratas do norte”. Durante os serviços, atuou como cabo de uma esquadra em uma “armada de canoas que saindo de mar em fora deu a costa por razão de umas travessias em que ele suplicante naufragou com muito risco de sua vida” (AHU, RJ, AV, D. 175 e AN. Cód. 61, vol. 1, p. 237v).

Possuía ligações importantes com a família de Benevides, em especial com Salvador Benevides, uma das figuras mais influentes no universo português no século XVII, por diversas vezes governador do Rio de Janeiro e responsável por restaurar Angola das mãos dos batavos em 1648 (Boxer, 1973). No entanto, também tinha laços com outras famílias com origem nos *conquistadores* vicentinos. Algumas delas eram mais importantes por conta do controle que possuíam sobre a “poupança colonial”, o que igualmente lhes ajudava a ascender socialmente.<sup>14</sup> Tinha elos

<sup>14</sup> Em especial, no ofício de provedor da fazenda. Entre as funções do provedor estava a concessão de créditos proveniente da administração da Fazenda Real na Capitania e dos bens de órfãos e incapazes. Isso

sociais vitais, como, por exemplo, com os gentios. Como Elisa Garcia mostrou, os casamentos entre lideranças indígenas e lusas foram importantíssimos para o processo de *Conquista* (2014, p. 317-355). Um deles, por exemplo, ocorreu entre o André Cardoso Pinto e Luciana Barreto, tataraneta de Tibiriçá, grande guerreiro tupiniquim, fundamental para o avanço da colonização na América portuguesa, em especial, nas capitâncias de São Vicente e do Rio de Janeiro.<sup>15</sup> Destarte, André Cardoso Pinto conectava interesses do centro (Lisboa) à periferia (Rio de Janeiro-Cabo Frio), de maneira que ligava também os interesses dos gentios aos da Coroa (Grendi, 1978, p. 127-165 e Fragoso & Gouvêa, 2009, p. 301-302).

Sem sombra de dúvidas, a ligação que tinha com os gentios lhe permitiu participar de 19 Armadas montadas no Rio de Janeiro, sendo 6 delas as suas próprias custas, uma vez que eram de Canoas de Guerra (AHU, RJ, AV, D. 175 e AN. Cód. 61, vol. 1, p. 237v.). Desnecessário sublinhar que as Canoas de Guerra estavam repletas de gentios, muitos dos quais, nos arriscamos a afirmar, eram seus parentes.<sup>16</sup> No entanto, antes de levar aquelas armas até

---

caracterizava o “mercado imperfeito”, uma vez que a reprodução das atividades econômicas, neste caso em especial, a produção de açúcar ou aguardente, era facilitada por benesses concedidas pela Coroa (Salgado, 1985).

<sup>15</sup> Tibiriçá era chefe da aldeia Piratininga, local onde João Ramalho, depois de um naufrágio, passou mais de 20 anos, quando adotou os costumes daquele povo e se casou com a filha de Tibiriçá, Bartyra. Ramalho intermediou a aliança entre o povo de Tibiriçá e os portugueses, o que possibilitou a fundação da cidade de São Vicente. “Tibiriçá tornou-se, com efeito, o principal aliado dos portugueses (...) recebendo em troca armas, pólvora e outros bens europeus” (Vainfas, 2000, p. 547-549; Rheingantz, 1965).

<sup>16</sup> Outra Armada importantíssima fora montada as suas custas e enviada, em 1624-25, para o socorro de Salvador, que estava sob o domínio holandês (Moreira, 2015, p. 282 e 338).

Cabo Frio, naquele ano de 1615, havia acabado de realizar outra Armada que percorreria a

Ilha Grande, onde diziam que estavam seis naus holandesas e em sua companhia se embarcaram ele suplicante e tendo se vista de duas lanchas de guerra, que renderam debaixo de sua artilharia e nesta ocasião pelejou ele suplicante valorosamente (AHU, RJ, AV, D. 175).

Ao aportar em Cabo Frio, logo encontrou cinco naus inglesas que haviam sido vistas carregando pau-brasil (Sousa, 1978, p. 71-73). Os navios acabaram por fugir sem oferecer resistência; todavia, haviam construído uma fortaleza de madeira que fora queimada. A Coroa acabou por decidir que deveriam ser erguidos “dois fortés e estabelecidas povoações” na localidade (Castro, Vol. 1, 2009, p. 184). Dessa feita, acreditamos que André Cardoso Pinto tenha ficado na região como responsável pela Casa de Pedra. Esta, por sua vez, de acordo com Castro, teve vida efêmera, posto que, ainda em 1615, a Coroa decidiu erguer dois fortés e criar uma povoação, o que determinou a “origem da cidade de Cabo Frio e o fim da famosa Casa de Pedra” (Castro, Vol. 1, 2009, p. 184). Sua atuação enquanto militar ocorreu praticamente no “enclave” da capitania do Rio de Janeiro, onde era membro de sua elite por possuir terras e prédios urbanos, ou seja, “bens” (Moreira, 2015, p. 330).

Mas, voltemos à urgência de se defender a região de Cabo Frio. O governador Menelau, então, cumprindo as recomendações do Regimento e do próprio monarca para melhorar a defesa daquela costa, fundou a cidade de Santa Helena de Cabo Frio no dia 13 de novembro de 1615 e começou a construir a fortaleza de Santo Inácio com sete peças de bronze (Vianna Jr., 2011, p. 65; Lamego, 2007, p. 82-84; Castro, Vol. 1, 2009, p. 184). Apesar de não termos conseguido localizar sua nomeação, acreditamos que André Cardoso Pinto tenha

ficado como responsável pelo forte de Santo Inácio, juntamente com seus aliados indígenas que deveriam usar, se não todo aquele armamento que ele havia trazido, ao menos uma parte. Assim, fica claro a total dependência, como já sublinhado por Garcia, dos lusos para com os indígenas, no que diz respeito à conquista e à defesa da região. O baluarte teve vida breve, já que se começou a construir em 1617 a fortaleza de São Mateus, erguida mais perto do mar, a cerca de 200 metros de distância (Castro, Vol. 1, 2009, p. 184).<sup>17</sup> Com toda a certeza, ajudou na decisão a informação – que o monarca, em 1616, havia dito ao governador-geral –, de que os ingleses, devido à abundância do pau-brasil, estavam querendo voltar à região. Por isso, o dito governador tinha dado ordens para que embarcações fossem deslocadas para Cabo Frio no ano de 1615, como vimos, já que os ingleses, naquela oportunidade, haviam sido obrigados a

embarcar, deixando a maior parte do pau que tinham cortado em terra sem o poderem carregar, e [os lusos] lhe tiveram as pipas de aguada e ferramenta que traziam para resgate, desfazendo-lhe o dito reduto, e por ordem do dito governador ficou fortificada a dita paragem de Cabo Frio, fazendo **se pazes como gentio goitacás** que nunca desde o descobrimento deste estado se puderam efetuar com ele em muito dano nosso, pelo que sendo capitania particular a do Cabo Frio **se não pode nunca povoar**, podendo se recear que se os ingleses assentaram em terra **pela amizade que tinham com o dito gentio** causaram muito dano em todo este estado saindo a infestar (*Cartas...*, 2001, p. 301-302).

Portanto, apesar do episódio de 1615 ter sido favorável aos lusos, ainda havia receios de que os ingleses voltassem e se aliassem

<sup>17</sup> Segundo a historiografia local, o forte teria sido concluído em 1620 (Fernandes, 2012, p. 140).

novamente aos goitacazes e não mais aos tamoios.<sup>18</sup> Portanto, uma proteção mais efetiva era necessária. Um novo baluarte, melhor posicionado e equipado, era urgente, por isso a construção do forte de São Mateus fora pensada em 1617. Esta construção teria outro capitão, Estevão Gomes, nomeado pelo governador-geral, Gaspar de Sousa, com ordenado de 80000 rs. e comandaria 12 soldados.<sup>19</sup>

Esta construção fora projetada pelo engenheiro-mor do Brasil, Francisco Frias de Mesquita (Castro, Vol. 1, 2009, p. 184). Este chegava ao Rio de Janeiro, em 1617, depois de ter passado pelo Maranhão e por outras capitâncias do norte<sup>20</sup>, já que o governador-geral, Luís de Sousa, pedia ao monarca que construísse novas fortificações “na Paraíba, em Fernando de Noronha, no Espírito Santo e

<sup>18</sup> A respeito da construção das alianças entre europeus e indígenas no contexto da *Conquista* e da flexibilidade das mesmas, ver Almeida (2010).

<sup>19</sup> O número era expressivo, visto que, em 1616, haviam sido deixados para proteger a cidade do Rio de Janeiro apenas 28 soldados (“Alvará de 24 de outubro de 1616”, 1927, p. 20; Moreira, 2015, p. 320). Neste mesmo ano (1617), deu-se a doação da sesmaria para os jesuítas erguerem o aldeamento de São Pedro de Cabo Frio. Este aldeamento tinha posição estratégica ímpar, posto que ajudava na proteção da capitania do Rio de Janeiro, num lugar em que as embarcações que passavam por aquela costa tinham que obrigatoriamente se aproximar do litoral para atracar na Guanabara. Assim, o aldeamento “não apenas impedia desembarques entre o rio Macaé e o cabo como também serviam de atalaia avançada, comunicando rapidamente à cidade e à [aldeia de] São Barnabé a aproximação de eventuais navios inimigos” (Pedrosa, 1981, p. 51 e ss; Abreu, 2010, vol. 1, p. 191). Como Almeida (2001) e Ribeiro (2005) defenderam, o aldeamento de São Pedro de Cabo Frio foi fundamental para a defesa da capitania e seus serviços foram reconhecidos até o século XIX, quando o Brasil já era um Estado independente.

<sup>20</sup> Participou da conquista do Maranhão, como voluntário, entre 1616-1617, onde reformou e (re)desenhou algumas fortalezas, em toda a região norte. Também atuou em obras “públicas” em Olinda. (Silva-Nigra, 1945, p. 9-84).

principalmente em Cabo Frio" (Silva-Nigra, 1945, p. 21). O traçado da fortaleza, assim como sua aprovação, fora feito naquele ano e de pronto o governador-geral iniciou a obra. Contudo, logo em abril de 1618, a responsabilidade fora transferida para a capitania do Rio de Janeiro, já que o monarca havia decidido

encarregar desta ocupação a Martim Correa de Sá, tendo por certo dele que me servirá neste particular, com a mesma satisfação com que até agora procedeu em outros que teve alguma conta (Silva-Nigra, 1945, p. 22).

Mas, voltemos a Estevão Gomes, que, em 1617, fora nomeado capitão de Cabo Frio. Sua ligação com a região era anterior à fundação da cidade. Segundo Abreu, ele havia ganhado da capitania de São Vicente, em 1607, terras na localidade (2010, Vol. 1, p. 300). Em 1610, comprou um "engenho de trapiche da invocação de Nossa Senhora das Neves [...] com toda a mais fábrica dele [...] partidos de cana [...] [e] dez peças de escravos da Guiné" (2010, Vol. 2, p. 45). Logo depois, embora não saibamos precisar a data, tornou-se "proprietário de terras e de dois engenhos, um localizado em Gericinó e o outro, um engenho d'água em Meriti, na Baixada Fluminense".<sup>21</sup> No ano seguinte, Abreu nos dá notícia que apareceu como senhor de engenho morando na Misericórdia, na cidade do Rio de Janeiro (2010, Vol. 2, p. 429). Portanto, Gomes para além dos serviços que podia prestar à Coroa, em Cabo Frio, estava interessado no pau-brasil e, talvez, mais ainda, no acesso ao trabalho indígena e de madeiras para os seus engenhos. Segundo Warren

<sup>21</sup> Segundo Abreu, os engenhos erguidos em Gericinó contavam com grande vantagem devido à "captação de energia hidráulica" proveniente de estarem localizados na baixada de Jacarepaguá. (2010, vol. 2, p. 97; Ribeiro, 2005, p. 42). A respeito da localização exata dos engenhos, ver Pedrosa (1981, p. 51).

Dean, no final da década de 1600, os engenhos no recôncavo da Guanabara já sofriam com a falta de lenha, de modo que começaram a se espalhar rumo a leste, "cruzando as baixadas na direção de Cabo Frio" (2000, p. 97). O problema também foi apontado por Abreu (2010, vol. 2), que destacou que o fato iria se agravar ainda mais na virada para o setecentos.

Contudo, deveria estar descapitalizado, já que "nas primeiras décadas da colonização, poucos foram os sesmeiros que possuíam capital suficiente para estabelecer um engenho; por essa razão, apenas os indivíduos ligados à governança da terra conseguiram fazê-lo" (Abreu, 2010, vol. 2, p. 104), ou seja, de uma forma ou de outra só era possível reproduzir seu capital fora do "mercado perfeito".

Todavia, o capitão de Cabo Frio, Estevão Gomes, e o ex-governador do Rio de Janeiro, Constantino de Menelau (1615-17), se não se tornaram mais próximos, devem ter estreitado os laços, posto que, em 1618, ambos foram acusados, pelo Governador do Rio de Janeiro, Rui Vaz Pinto, de praticarem o comércio de pau-brasil de forma ilegal. Isso teria permitido a Menelau, segundo a devassa que fora feita em seu governo pelo desembargador Antônio de Mesquita, a compra de um engenho "para se agasalhar" (Fragoso, 2000, p. 79 e AHU, RJ, CA, d. 18). Contudo, acreditamos que o interesse de ambos na região não era apenas no pau-brasil, mas, especialmente, nos gentios. Outro a participar da devassa fora o ex-capitão do extinto forte de Santo Inácio, André Cardoso Pinto. Esse fora enviado para a região em 1618, visto que já a conhecia, e avisado que, no período entre 1608-1614, quando governava a capitania Afonso de Albuquerque, portugueses "na terra firme fronteira a algumas ilhas daquela costa, se havia feito pau brasil para se vender as nações do norte", o que contrariava ordens da Coroa, como já fora sublinhado. Em decorrência, lhe fora mandado "examinar todo aquele distrito e saber por que ordem se fizera e dos compreendidos na culpa". Na oportunidade, como fruto da

investigação, acabou por tomar “uma lancha e se queimou trezentos quintais de pau brasil que os inimigos tinham feito” (AHU, RJ, AV, D. 175 e AN. Cód. 61, vol. 1, p. 237v). Não sabemos qual foi o parecer de André Cardoso Pinto. Todavia, o governador acabara inocentado pelo Monarca.

Os moradores do Rio de Janeiro já haviam apresentado problemas com Menelau antes mesmo dele assumir o governo da capitania. Assim, em 1611, por meio do Conselho das Índias, o monarca escrevia ao governador da Repartição Sul, D. Francisco de Sousa, que havia sido informado de que poderiam surgir inquietações. Menelau aguardava acabar o tempo do então governador da capitania Afonso de Albuquerque (1608-1614) para tomar posse do ofício. Entretanto, as notícias que o monarca tinha a seu respeito não eram boas, visto que o mesmo

(...) serviu [n]a capitania do Espírito Santo mostrou não ter talento para servir a de que esta provido, e que por respeito de o povo impedir que não houvesse efeito a concessão que lhe fizeste de certos pedaços de campos, por serem os que a cidade tem para suas criações (que ele sofreu mal), e por leves ocasiões ameaça já agora aos homens que lhe dará com paus (executando algum coisa destas), tratando os de muito feias palavras, como também sua mulher ameaça na igreja *mulheres honradas da terra*, dizendo que com o seu marido entrar no cargo porá tudo em ordem, com o que se entende que depois de servir haverá muitas inquietações, e que será servido de Deus e meu bem comum e quietação do povo mandar acudir a isto e mandar-lhe em outra coisa satisfazer suas pretensões (Cartas..., 2001, p. 75).

Portanto, ao que parece, o problema era muito mais complexo do que apenas a questão do pau-brasil, passava também pela

disputa de campos nos arredores da cidade do Rio de Janeiro que serviam para a criação de gado.<sup>22</sup> O monarca, então, pediu ao governador da Repartição Sul que lhe informasse se a queixa era verdadeira e se tinha procedência (Cartas..., 2001, p. 75). Descobrimos a resposta. Mas, com certeza, a queixa não atrapalhou a visão positiva que o monarca tinha a respeito de Menelau, já que no ano seguinte, em 1612, a coroa ordenava que o governador-geral, Gaspar de Sousa, lhe empossasse como governador da capitania do Rio de Janeiro (Cartas..., 2001, p. 96-97). A credibilidade ainda persistiu. Desta feita, em março de 1613, o rei mandou, por meio do Conselho das Índias, que o governador-geral

(...) lhe mande acrescentar o ordenado que lhe esta aplicado, que são 100\$000 rs., por ser muito pouco por razão da terra ser muito falta de todas as coisas necessárias, e essas serem excessivamente caras (...) maiormente não tendo outros proes e tendo os capitães das companhias mais ordenado que ele sendo lhe tão inferiores e tendo tão diferente obrigação (Cartas..., 2001, p 183-4).<sup>23</sup>

O que temos que destacar aqui é que a Coroa reconhecia que os únicos ganhos do governador do Rio de Janeiro eram seus soldos, que não davam para muita coisa, e a ausência de “proes”. Por isso, no próprio Regimento de Gaspar de Sousa (1613), o rei informava que o governador-geral e

<sup>22</sup> A respeito dos conflitos que envolviam os moradores do Rio de Janeiro, no início do século XVII, e das demarcações dos campos (terras públicas) utilizados para a engorda do gado, ver Abreu (2010, vol. 2, p. 280).

<sup>23</sup> Neste documento também consta a assinatura de Antão de Mesquita. Segundo Moreira (2015), o salário do governador da capitania do Rio de Janeiro, em 1616, era o mesmo valor (“Alvará de 24 de outubro de 1616”, 1927, p. 20).

(...) os mais governadores que ao diante forem do dito Estado, **tenham e hajam para si enquanto servirem o dito cargo os quintos das presas que naquelas partes se tomarem aos inimigos que forem tomadas de boa guerra**, assim no mar como na terra, pela maneira que pertencerem a minha fazenda e se para ela arrecadam por meus regimentos e provisões (Cartas..., 2001, p. 227-228).

De modo que na devassa parece que Constantino de Menelau não fora incriminado e que, portanto, o pau-brasil apreendido não era dele. Ele assumia o ofício de governador e como tal tinha direitos a uma série de vantagens, com os “quintos das presas”, não apenas do pau-brasil, mas também da captura de gentios, por meio das *guerras justas*, que com toda a certeza lhes seriam muito úteis em seu engenho.

Para concluir, a região de Cabo Frio, como definiu Abreu,

(...) jamais foi capitania de primeira grandeza, sendo computada no rol daquelas que ficaram conhecidas como “capitanias subordinadas”. Embora tivesse independência jurídica em relação ao Rio de Janeiro, seus capitães permaneceram sujeitos ao governador-geral da Bahia, que nomeava as autoridades locais, e sua fiscalização e arrecadação sempre estiveram dependentes do governo do Rio de Janeiro, que também tinha a última palavra no que diz respeito aos assuntos militares (2010, Vol. 1, p. 303).

Embora Cabo Frio fosse uma “capitania subordinada”, tinha certa importância para as elites fluminenses na virada do século XVI para o XVII. Afinal, como sublinhou Almeida, a partir da cidade do Rio de Janeiro, que detinha as funções militares, outras regiões eram incorporadas ao universo luso “num processo

contínuo de lutas frequentes não apenas contra os inimigos estrangeiros, mas, sobretudo, contra os índios que em várias regiões opunham forte resistência” (2001, p. 86).

A Região, portanto, mesmo antes da fundação da Cidade, forneceu capitais (materiais e simbólicos) para a formação da primeira elite fluminense na virada do século XVI para o XVII. Aquelas lutas acabaram, gradualmente, por consolidar a *Conquista* e instalar momentos *fundacionais* como, por exemplo, o que ocorreu com a instalação da urbe de Cabo Frio (1615). O interesse dos militares envolvidos neste processo estava longe de ficar restrito à questão castrense. Os lusos iam ganhando terreno por conta de suas vitórias nos conflitos. A Monarquia, que classificava aquelas querelas como *Guerras Justas*, permitia o aprisionamento de gentios. Aqueles soldados, que haviam praticado tal serviço, tinham a autorização real de se apropriar da riqueza social, tornando-os privados.

Nos quinhentos, os serviços prestados por Salema e por seus soldados foram recompensados pela Monarquia, que lhes doou sesmarias e permitiu que “fabricassem” escravos gentios (Frágoso, 2000, p. 67). A Coroa repetiria o processo, consentindo aos proprietários de engenhos Constantino de Menelau e Estevão Gomes o acesso a escravos gentios (mão de obra). Em especial, tal procedimento era importantíssimo para o governador do Rio de Janeiro, Constantino de Menelau, uma vez que os seus ganhos eram limitados, já que o mesmo não tinha “proes e percalços, que por razão dele lhe pertencem e podem pertencer, e com os privilégios e honras, liberdades, preeminências mercês, e franquezas, que lhe tocam, e de que deve, e podem usar (...).”<sup>24</sup>

<sup>24</sup> Termos comuns que apareciam nas provisões de nomeação, como, por exemplo: “Registro do Traslado da provisão, que Sua Majestade passou a Antônio Ortiz de Mendonça Sargento-mor do Rio de Janeiro”, Vol. 16, s/d, p. 403.

# ***A expedição de Maximiliano de Wied Neuwied do Rio de Janeiro a Cabo Frio (1815)<sup>25</sup>***

NILMA TEIXEIRA ACCIOLI

*Até agora a natureza realizou mais para o Brasil do que o homem.*

MAXIMILIANO, PRÍNCIPE DE NEUWIED

**E**m 22 de junho de 1815, o navio *Janus* cruzou a linha do Equador. A embarcação havia saído de Londres em direção ao Brasil e, a bordo, trazia Maximiliano de Wied Neuwied. Apesar de algumas dificuldades iniciais, devido às tempestades, o navio cruzou a linha e, em 10 de julho, com um tempo bem melhor, o navio passou por Abrolhos:

(...) no dia 14, ao meio dia, vimos de novo a costa e reconhecemos distintamente à nossa frente o Cabo Frio, diante do qual existe uma ilhota rochosa. A alegria se manifestou em todos; estávamos no mar fazia mais de setenta dias, e só nos faltava fazer uma bem curta travessia para chegarmos ao Rio de Janeiro (Wied Neuwied, 1958, p. 18).

---

<sup>25</sup> Ver mapa na página 73: EXPEDIÇÃO DO PRÍNCIPE MAXIMILIANO DE WIED NEUWIED: Roteiro da Viagem da cidade do Rio de Janeiro a Cabo Frio. Adaptado por Nathur Duarte Pereira Junior – Engenheiro Ambiental – CREA 201289897-1. O roteiro segue as informações fornecidas por Maximiliano de Wied Neuwied.

Desse modo, começava a expedição do príncipe naturalista pelas terras do Brasil. Durante dois anos, Maximiliano percorreu parte do território brasileiro. A primeira etapa dessa fantástica viagem começou quando, partindo da cidade do Rio de Janeiro, chegou à cidade de Nossa Senhora da Assumpção de Cabo Frio.

Maximiliano Alexander Philip nasceu, em 1782, no principado de Neuwied – situado às margens do Reno – e serviu ao exército prussiano contra a expansão francesa na Europa Central. Embora reformado como major general, Maximiliano, o oitavo filho de uma família de 10 irmãos, tinha como maior interesse o conhecimento pela natureza (Cascudo, 1944, p. s/nº). Ao se matricular em História Natural, na Universidade de Göttingen, Maximiliano ampliou os conhecimentos adquiridos nas leituras sobre viajantes que percorriam as terras do “Novo Mundo”.

De acordo com José Murilo de Carvalho, a visão paradisíaca da terra começou com os primeiros europeus que nela puseram o pé e já estava presente na carta de Caminha. O historiador cita que, entre os cronistas quinhentistas, Gandavo supera Caminha em entusiasmo pela nova terra.

Para ele, “é esta província sem contradição a melhor para a vida do homem que cada uma das outras de América, por ser comumente de bons ares e fertilíssima, e em grã maneira deleitosa e aprazível à vista humana”. A província, continua, é revestida de alto e espesso arvoredo e regada com águas de muitas ribeiras, a terra é sempre verde, o clima de permanente primavera: “nunca nela se sente frio nem quentura excessiva” (Carvalho, 1998, p.63).

Laura de Mello e Souza (1986) analisa que a natureza já edênia da terra descoberta “revive no imaginário europeu as imagens do Paraíso terrestre”. Assim, o Brasil já despertava o interesse dos via-

jantes europeus muito antes da vinda de Maximiliano. Textos escritos nos primeiros séculos da colonização, como os de Jean Lery, André Thévet, Hans Staden e Claude d’Abbeville atraíam a curiosidade. Entretanto, no final do século XVIII e início do XIX, relatos como o de Alexander Von Humboldt, que percorreu a América do Sul entre 1799 e 1804, aumentaram o interesse pelas terras americanas. Comparado aos textos dos viajantes dos séculos XVI e XVII – padres, comerciantes e mercenários – o de Humboldt apresenta uma nova perspectiva e o aprofundamento das observações:

No que diz respeito aos registros de paisagem urbana na América, salienta-se a influência de Humboldt no esquema figurativo da paisagem panorâmica que associava a paisagem da cidade à paisagem mais geral da região. A ciência buscou também representar na arte o que se chamou de uma paisagem típica, que significava uma forma de paisagem cujas partes componentes eram cuidadosamente selecionadas a fim de expressar as qualidades essenciais de um tipo particular de ambiente geográfico. A paisagem típica foi um outro aspecto da influência de Humboldt sobre os viajantes, que procuraram representar em suas paisagens as espécies vegetais que mais contribuíam para a fisionomia dos lugares (Zubaran, 2003, p.46).

Uma nova geração de viajantes, misto de pesquisadores e naturalistas, elegeu o Brasil como objeto de suas observações no século XIX. Entretanto, as restrições impostas pelas autoridades portuguesas dificultavam o acesso à colônia. Com transmigração da Corte portuguesa e a Abertura dos Portos (1808), a situação mudou e, nas primeiras décadas do século XIX, estudiosos europeus percorreram o território brasileiro, influenciados pelas narrativas sobre as singularidades do “paraíso terrestre”. Um dos primeiros

a se beneficiar da nova situação política foi John Mawe, mineralogista que, após passar por vários pontos do litoral sul-americano, chegou ao Rio de Janeiro. Mawe conseguiu, do recém-chegado D. João VI, permissão para visitar Minas Gerais.

Maximiliano de Wied Neuwied chegou ao Brasil incógnito e usando o pseudônimo Max de Braumberg. No Rio de Janeiro, contou com a ajuda do cônsul e viajante George Heinrich Von Langsdorff, que o apresentou a Georg G. Freyreiss e Frederic Sellow. Esses dois naturalistas se tornaram companheiros da viagem de Maximiliano. A expedição saiu da Corte, passou pelo interior fluminense, Espírito Santo, Minas Gerais até chegar à Bahia. O príncipe ainda contou com a ajuda do conde da Barca para obter passaportes e cartas de recomendação para as autoridades locais. Os principais focos de Maximiliano eram a natureza e as populações indígenas. Conforme escreveu, vinha para “conhecer o que houvesse de notável no povo e nas produções naturais” (Wied Neuwied, 1958, p. 99). Entretanto, o autor destaca o pouco que, até em então, se conhecia do Brasil:

Antigas relações de viagens, narrativas dos navegantes espanhóis e portugueses, informações mais minuciosas fornecidas pelos jesuítas, finalmente as observações de Piso e Marcgrave, constituíam tudo quanto sabíamos desse país, descoberto há três séculos e tão interessante (Wied Neuwied, 1958, p. 5).

Contudo, a geração que percorreu o Brasil nas primeiras décadas do século XIX, do qual Maximiliano fazia parte, também influenciou outros viajantes que viriam na segunda metade dos oitocentos, como destacou Gardner.

Tendo dedicado grande parte de meus lazeres durante o curso de medicina ao estudo da história natural em sua generalidade, mas particularmente ao da botânica, e com a

mente acesa pelas fúlgidas descrições, feitas por Humboldt e outros viajantes, da beleza e variedade de produções naturais dos países dos trópicos, da grandiosidade dos cenários das montanhas e do esplendor do seu firmamento, apoderou-se de mim um ardente desejo de viajar em tais regiões (Gardner, 1942, p. 2).

As descrições de Maximiliano são rigorosamente detalhistas e fazem parte do seu livro *Viagem ao Brasil*, em que relata sua experiência. A obra teve duas edições praticamente simultâneas: uma de luxo, em alemão, e com um atlas. Essa edição foi limitada aos subscritores e data de 1820. A outra edição, de 1821, era em formato menor e sem o atlas. Posteriormente, ainda em vida do príncipe, saiu uma edição em língua francesa. No Brasil, o livro de Maximiliano só foi publicado na década de 1940.

Durante sua estadia na cidade do Rio de Janeiro, o viajante observou que os estrangeiros, recém-chegados, ficavam surpresos com o grande número de negros e mulatos nas ruas. Maximiliano concluiu que, na população carioca, era maior o número de negros e homens de cor do que de brancos.

Os pretos, seminus, fazem todos os trabalhos pesados; é essa útil classe de homens que transporta todas as mercadorias do porto para a cidade, reúnem-se para isso aos dez e doze e com paus resistentes e fortes, carregam os mais pesados fardos, mantendo a cadência do grupo por meio de cantos ou antes de gritos, pois não se empregam veículos para esses trabalhos (Wied Neuwied, 1958, p. 25).

É importante observarmos que, embora Maximiliano estivesse mais interessado na natureza e nos grupos indígenas, aspectos sobre a população negra não lhe passaram despercebidos. Não

pude constatar, no relato do príncipe, nenhum tipo de solidariedade em relação à situação dos escravizados. Apenas uma descrição, com vimos anteriormente, sobre formas de trabalho e sua presença majoritária na população da capital. Predominava a visão do negro como “elemento servil”. Entretanto, a heterogeneidade da população carioca não lhe passou despercebida:

Mulatos, provenientes da mistura de brancos e negros; os mamelucos ou mestiços, saídos de brancos com índios; os negros d’Africa (também chamados “muleques”); os pretos crioulos, nascidos no Brasil, os curibocas, nascidos de negro e índio (Wied Neuwied, 1958, p. 24).

Porém, para o príncipe europeu, o grande chamado era a natureza. Em busca de um primeiro encontro com aquele que era seu maior objetivo, atravessou a Baía de Guanabara. Maximiliano desembarcou em São Lourenço, a “colônia fundada pelo cacique Arariboia” (Wied Neuwied, 1958, p. 27)<sup>26</sup>: “a única das proximidades da capital onde se encontra ainda habitantes primitivos do país, outrora tão numerosos na região” (Wied Neuwied, 1958, p. 27). A beleza natural do lugar impressionou o viajante: “um paisagista teria motivos para aperfeiçoar o seu pincel, diante da rica vegetação dos trópicos e das cenas campestres duma natureza sublime” (Wied Neuwied, 1958, p. 28).

Na visita que fez à aldeia de São Lourenço, conheceu a cerâmica feita pelos nativos e fez uma descrição minuciosa sobre as

<sup>26</sup> As notas, no livro de Maximiliano, foram feitas pelo ornitólogo Olivério M. de Oliveira Pinto que, além de ter vários livros sobre o tema, era diretor e chefe da Divisão de Aves do Departamento de Zoologia de São Paulo. Embora, no texto escrito por Maximiliano, conste “aldeia de São Lourenço”, Olivério observa, em nota, ser uma “colônia de índios fundada por Arariboia”.

características físicas daquela população. Ao retornar ao Rio de Janeiro, concluiu que:

Por mais agradável que fosse para mim uma longa permanência na capital, não entrava, porém nos meus planos estacionar aí por muito tempo, pois nos campos e nas florestas, e não nas cidades, que a natureza ostenta as suas riquezas (Wied Neuwied, 1958, p. 32).

Então, com o apoio de autoridades e em companhia de Sellow e Freyreiss, partiu para a sua grande aventura:

Levávamos dezesseis muares, carregando cada um duas caixas de madeira cobertas de couro cru, que as abrigava da chuva e da umidade. Tomamos a nosso serviço dez homens, uns para tratar dos animais de carga, outros caçadores. Todos bem armados, seguimos viagem, providos de munição suficiente e de todos os pertences necessários para colecionar exemplares de história natural (Wied Neuwied, 1958, p. 33).

O percurso da expedição começou em São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, e atravessou a baía de Guanabara em direção à Praia Grande.<sup>27</sup> Ao chegarem, tarde da noite, constataram que os moradores já estavam recolhidos. Encontraram um grupo de negros acampados na areia, em torno de uma fogueira, que como “apenas leve roupa de algodão cobria-lhes os corpos nus, protegendo-os muito mal contra o abundante sereno que então caía” (Wied Neuwied, 1958, p. 34).

Porém, era a natureza que o emocionava. Ao partir da Praia Grande, em meio aos contratempos com os animais e a carga, no

<sup>27</sup> Na atual cidade de Niterói.

final do primeiro dia, ao pernoitar – “sob a constelada abóboda dos trópicos” (Wied Neuwied, 1958, p. 36) – o naturalista teve “pela primeira vez na vida, o prazer de uma dessas excursões que até então só conhecera pelas interessantes descrições de Le Vaillant” (Wied Neuwied, 1958, p. 37). A viagem seguiu, passando por São Gonçalo, em direção à serra de Inoã: “Aproxima-nos agora de uma cadeia de montanhas, conhecidas por Serra de Inoã. O selvático espetáculo excedeu de muito tudo enquanto a minha fantasia concebera até então sobre grandes cenas da natureza” (Wied Neuwied, 1958, p. 42).

Por outro lado, a equipe tão extasiada pela beleza e diversidade daquela natureza, iniciou aquilo que foi uma constante durante a viagem: a caça às espécies nativas – com objetivo de registro e para uso como alimento. No final do dia, “cada caçador então mostrou o que caçara. O sr. Freyreiss, entre outros pássaros, trouxe a soberba Nectarina Azul (*Certhia cynea*)”. Maximiliano, além de uma franga d’água, conseguiu diversas espécies de tangarás.

Em meio à admiração pela flora e fauna, a expedição continuou a viagem. As espécies encontradas eram minuciosamente descritas. Nas proximidades da serra de Inoã, foi encontrado, pelo princípio extasiado, o tié. Providencialmente, a equipe foi atacada pelo maruim – minúsculo mosquito –, caso contrário, poderia ser ainda maior a ação do naturalista que afirmou: “matei em pouco tempo grande número de aves” (Wied Neuwied, 1958, p. 38).

Quando atingimos o alto da Serra de Inoã, vimos, acima das grandes árvores, numerosos papagaios voando aos pares com grande alarido. Era o papagaio de cabeça vermelha (*Psittacus Coronatus*). Aproveitamo-los muito, posteriormente como alimentos.

Nesse contexto, Freyreiss atirou em vão no pequeno macaco vermelho e dourado, conhecido por “mariquina”. Segundo Maximiliano,

esse “belo animalzinho” vivia nas matas mais espessas e somente era encontrado no sul, nas vizinhanças do Rio de Janeiro a Cabo Frio. Entretanto, devemos observar que Maximiliano, Shelton e Freyreiss, estudiosos da fauna e da flora interessados no registro das espécies, eram homens do início oitocentista e, no período, não existia ainda uma mentalidade preservacionista surgida no século xx.

Contudo, no relato do Maximiliano, encontramos informações que possibilitam reflexões sobre as importantes questões fundiárias de parte do interior fluminense. Na freguesia de Maricá – “junto o lago do mesmo nome” –, a tropa encontrou no povoado uma população de “800 almas” (Wied Neuwied, 1958, p. 46).

A pequena vila de Santa Maria de Maricá, localidade principal da freguesia, constituída de casas acachapadas de um só andar, de uma igreja e de ruas regulares, mas sem calçamento. As construções não possuem janelas de vidro, porém simples aberturas, que, como no Brasil inteiro, são fechadas com rótulas de madeira. Nas suas proximidades planta-se mandioca, feijão, milho, algum café e principalmente cana de açúcar (Wied Neuwied, 1958, p. 47).

Ainda em Maricá, Maximiliano pernoitou na Fazenda Gurapina, um grande engenho de açúcar: “Assegurou-nos o sr. Cunha Vieira que, com 20 escravos, obtém agora, anualmente, cerca de 600 arrobas (de 32 libras), ou sejam 19.200 libras de açúcar; e que se tivesse mais braços, poderia fazer de 900 a 100.000 libras” (Wied Neuwied, 1958, p. 50). Portanto, a partir da freguesia de Maricá, a expedição dos naturalistas entrou em contato com um elemento significativo nessa região do norte fluminense: a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários.

José Gomes da Cunha Vieira, o atencioso anfitrião de Maximiliano, esteve envolvido em uma longa disputa de terras com o Mosteiro

de São Bento. De acordo com Márcia Motta, a transmissão de patrimônio em área de conflito na região do antigo município de Maricá estava fundamentada na carta de sesmaria da fazenda dos beneditinos *versus* a sesmaria concedida a Francisco Ferreira Drumond.

Assim, em 1822 o alferes José Gomes da Cunha Vieira abre um processo de libelo contra o Mosteiro de São Bento alegando que as terras entre a Serra de Gurupapina até a Ponta Negra eram devolutas e foram concedidas em sesmarias, no ano de 1686 a Francisco Ferreira Drumond. Por morte de Drumond, passaram as ditas terras aos seus herdeiros sucessivamente até Custódio José Ferreira Guimarães, que também as possuiu por mais de quarenta anos. Com a morte de Custódio, as terras passaram para José Gomes da Cunha Vieira, na qualidade de inventariante dos bens de seu sogro, posto que as terras foram herança recebida de sua sogra, neta ou bisneta de Drumond (Motta, 2004, p. 70).

Motta evidencia que os beneditinos saíram vitoriosos na disputa contra Cunha Vieira, “rico fazendeiro da região de Maricá, juiz de paz e vereador e em algumas legislaturas e conhecido como um dos maiores proprietários da região ao longo dos oitocentos” (Motta, 2004, p. 11).

Logo após a passagem de Maximiliano pelas terras de Cunha Vieira, acirrou-se a disputa pela área entre o fazendeiro e os beneditinos. O litígio continuou até a segunda metade oitocentista e, em 1851, quando o Mosteiro promoveu “um *Auto de Despejo contra José Gomes*. Em 1866, o embate dá origem a um novo processo, quando o Mosteiro tenta mais uma vez expulsar José Gomes daquelas terras”. (Motta, 2004, p. 10).

Motta, analisando o longo processo de Cunha Vieira, ressalta um elemento importante nas disputas por terras entre sesmeiros,

posseiros e demais ocupantes: as reivindicações baseadas em antigas doações.

Mas para o que aqui importa foi a carta de sesmaria dos beneditinos que conseguiu impor-se como a “verdade”, em detrimento de todos os esforços de José Gomes de mostrar que ele também era herdeiro de uma concessão régia. E como “verdade”, a carta chegou aos nossos dias e é sempre lembrada quando se reconstrói a história da ocupação do município de Maricá (Motta, 2004, p. 11).

Os litígios pelas áreas, na maioria das vezes, embasavam-se nas doações feitas por diferentes autoridades. No extenso território do antigo Cabo Frio, essa característica foi uma constante. Desse modo, o território visitado por Maximiliano apresentava, além de uma natureza extraordinária, elementos da complexa estrutura fundiária fluminense no período oitocentista.

Deixando para trás as terras de Cunha Vieira e, após passarem por Ponta Negra e Saquarema – “habitada principalmente por pescadores” –, o grupo resolveu “passar a noite na Fazenda do Pitanga.<sup>28</sup> Pernoitaram ali acomodados em uma grande “casa de

<sup>28</sup> A fazenda denominada Pitanga por Maximiliano é, com certeza, a propriedade de Francisco Leite Pereira de Andrade. No texto de Soares Macedo (1879, p. 372), em alguns documentos, surge o termo Pitanga e, em outros, Ipitanga, em referência à localização ou ao nome da propriedade. Entretanto, fica claro que se trata da fazenda de Andrade: “n'esta paragem de Pitanga, termo da cidade de Cabo-Frio, na fazenda e casas do capitão Francisco Leite Pereira de Andrade”. O jurista Antônio Joaquim de Macedo Soares, o conselheiro Macedo Soares, nasceu na Vila de Maricá, em 1838. Ocupou vários cargos como magistrado, foi vereador em Araruama e autor de trabalhos jurídicos. O seu livro *Tractado sobre a medição e demarcação de terras tanto particulares como públicas* está dividido em três partes: a primeira é sobre a ação

farinha". Sobre o engenho disse: "Semelhante a um castelo antigo, deslumbrantemente iluminada pelo branco clarão da lua" (Wied Neuwied, 1958, p. 56). Segundo Maximiliano, Pitanga era, a princípio, um convento. Portanto, provavelmente poderia fazer parte das terras que os beneditinos receberam na região.

É importante considerarmos que, ao se aproximarem das fazendas Pitanga e Tiririca, os viajantes adentravam no que, em 1815, formava o antigo Cabo Frio. Ou seja, a freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema – criada pelo alvará de 12 de janeiro de 1755 –, naquele período, era subordinada administrativamente a Cabo Frio.<sup>29</sup> Araruama também esteve na mesma condição administrativa, até 1852, quando passou à jurisdição de Saquarema. São Pedro da Aldeia se emancipou de Cabo Frio em 1892. Assim, quando da passagem de Maximiliano, como observa Monsenhor Pizarro (1820, Vols. 5-6, p. 235), todo esse vasto território "de Saquarema até a Aldeia de Cabo Frio, he única povoação que se encontra bem provida, e arranjada. A cana doce, uma das produções da lavoura do paiz, sustenta o trabalho de 13 engenhos de assucar".

As fazendas Tiririca e Pitanga, assim como a Fazenda Campos Novos, são emblemáticas para a formação territorial dessa região fluminense, pois se originaram das concessões de terras realizadas ainda no período seiscentista. Nas lutas contra os europeus, especialmente os franceses que ocupavam a região, o governador do Rio de Janeiro, Constantino de Menelau, em 1615, fundou San-

e o processo jurídico de medição e demarcação de terras; na segunda parte, comenta, especialmente, aspectos técnicos de topografia. Na terceira, apresenta autos existentes no Cartório do Juízo Municipal de Cabo Frio organizado, em 1806, pelo hoje extinto Juízo de Medições da mesma cidade. O raro texto publicado por Soares Macedo será objeto de futuro estudo da autora deste texto.

<sup>29</sup> <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=330550>>. Acesso em 30 de maio de 2016.

ta Helena do Cabo Frio. Com a nomeação de Estevão Gomes, em 1617, como capitão-mor em Cabo Frio, a povoação foi transferida para a área central – no atual bairro da Passagem –, e a cidade recebeu a denominação de Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio. A partir de sua nomeação, o capitão-mor Estevão Gomes, procurando consolidar a posse do vasto território, fez concessões de grandes extensões de terras. A maioria das doações ocorreu em áreas do interior, com o objetivo de se criarem empreendimentos agrícolas, e foram posteriormente se fragmentando em mãos de diversos senhores.

Muitos limites não foram levados em consideração, inclusive os das terras pertencentes a instituições religiosas, como as doadas aos monges beneditinos. Assim, as questões sobre a legitimidade de várias doações continuaram até o século xix, o que provocou conflitos que, em alguns casos, chegaram até o século xx. Podemos concluir, de acordo com Motta, que "os conflitos de terra no Brasil foram e são permeados por lutas diversas: pela história das ocupações, pela interpretação das normas legais, pelo direito à área ocupada, e muito mais" (Motta, 1998, p. 21).

Nesse território de ocupações e disputas judiciais pela terra, seguiu o roteiro do príncipe naturalista Maximiliano de Wied Neuwied. A parada seguinte da comitiva foi na fazenda de Francisco Leite Pereira de Andrade que, como as de Cunha Vieira, em Maricá, é um exemplo das questões sobre legitimidade de propriedade. Parte das terras que, no século xix, eram de Francisco sofreu uma primeira doação, em 1618, feita por Estevão Gomes.

(...) no anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus-Christo do mil seiscentos e dezoito annos, aos vinte e seis dias do mez do Janeiro do dito anno, em esta cidade da Assumpção de Cabo-Frio, costa do Brazil, em as pousadas de mim es- crivão ao deanto, appareceu Gaspar do Magalhães, o velho,

morador em esta cidade, me apresenta uma petição, com um despacho n'ella do capitão da nova povoacão do Cabo-Frio La Majestade, Estevam Gomes, da qual petição e despacho o trás lado é o seguinte: – Gaspar de Magalhães, o velho, morador n'esta cidade e povoacão de Cabo-Frio, que elle é dos primeiros da dicta povoacão, e que sempre n'ella assistiu, e que ellè supplicante não tem terras para lavrar e fazer sua fazenda. Pede a V. Mce. lhe dê de sesmaria a tapera de «Jaracapiha», e a dieta terra se medirá ao longo da água salgada, correndo rumo direito, passando rios e cabeças d'água para banda da a lagôa de Saquarema, para as barreiras vermelhas da dicta, a lagôa, uma léguia e meia de testada, e duas léguas de sertão, rumo direito, conforme as terras correm, com todas as águas e campos que ficarem na dicta data.

#### DESPACHO

Dou ao supplicante as terras que pede em sua petição, assim e da maneira que n'ella diz, as quaes terras lhe dou em nome de Sua Magestade; pagando dizimo a Deus e do mais livres e isentas. Cidade da Assumpção do Cabo-Frio, em vinte e sete de Julho de seiscentos e dezesseis. – Estevam Gomes (Soares, 1879, p. 367).

No século XIX, as terras doadas a Gaspar de Magalhães estavam fragmentadas entre vários proprietários. A expedição de Maximiliano pernoitou nas duas maiores fazendas: a de Francisco Leite Pereira e a de Francisco de Macedo Freire de Azeredo Coutinho. Entretanto, em um processo para demarcação das terras aberto por Azeredo Coutinho, constavam do litígio outras pessoas como, por exemplo, frei José Borges de Jesus Maria, prior do Convento de Nossa Senhora do Carmo do Rio de Janeiro.

(...) neste logar de «Ipitanga», termo da cidade de Cabo-Frio, no logar do marco primordial no porto intitulado dos «Francezes», principio da sesmaria de Gaspar de Magalhães, o velho, onde se achava o juiz das medições e demarcações, commigo escrivão de seu cargo abaixo nomeado, para o feito de se fazer audiência e se dar principio á aviventação o demarcação requeridas pelo autor demarcante, o capitão -mór Francisco do Macedo Freire de Azeredo Coutinho, em audiência publica que ás partes estava fazendo o dicto juiz, Dr. Sebastião Borges de Freitas, e, sendo ahi, na mesma audiência appareceu presente o autor demarcante, capitão -mór Francisco de Macedo Freire de Azeredo Coutinho, e por elle foi dicto e requerido que elle trazia citado para a presente audiência o Prior do Convento de N. S. do Monte do Carmo do Rio de Janeiro, frei José Borges de Jesus Maria, como se mostra da fé do official lavrada na carta precatória citatoria que apresenta, como também trazia mais citados o capitão Francisco Leite Pereira do Andrade, D. Maria Antonia, viuva do fallecido Antonio dos Santos, por si e como tutora de seus filhos orphams, D. Clara, D. Maria, filhas da mesma, por serem maiores de doze annos, como também o orpham, filho da mesma, Marcellino dos Santos, por ser maior do quatorze annos, como também Miguel Antonio de Siqueira Quintanilha e sua mulher, como se mostra da fé de citação lavrada no mandado que apresenta, para todos comparecerem para allegarem seu direito e requerearem á vista de seus títulos o que lhes convier á presente aviventação e medição, que o supplicante pretende fazer, na forma de seu requerimento e títulos que apresenta; e assim requeria fossem apregoados, e que, sendo e não comparecendo, se dessem os réos por citados, e, á sua revelia, se dê principio á pretendida medição e aviventação do rumo

da testada, e seguisse a medição para o sertão debaixo do protesto em seu requerimento, na forma cie seus titulos, depois de feitos os preparatórios necessários, na fôrma de direito e seu requerimento (Soares, 1879, p. 362).

Embora todos os réus tenham sido citados, somente Francisco Pereira de Andrade compareceu e declarou não ter “duvida a que o auctor prosseguisse na pretendida avimentação e medição para o sertão”. Os dois poderosos fazendeiros acordaram sobre o prosseguimento da ação e que “servisse de rumo de testada de leste a oeste, e para o sertão de sul a norte, na forma dos títulos do autor” (Soares, 1879, p. 362). Portanto, as pretensões de Azeredo Coutinho foram apoiadas por seu vizinho.

As fazendas de Francisco Leite Pereira de Andrade e de Francisco Freire de Azeredo Coutinho eram separadas por três léguas de distância. A distribuição dos produtos das suas propriedades era facilitada pela presença do porto que, através da Lagoa de Araruama, levava as mercadorias para Cabo Frio. De acordo com Josiah Conder (1825, vol. 1, p. 133), a maior parte do açúcar, plantações e fabricantes estava nas imediações da capital ou em torno de Cabo Frio.

A comitiva de Maximiliano teve como próximo anfitrião o poderoso capitão-mor Francisco de Macedo Freire de Azeredo Coutinho, proprietário da fazenda Tiririca (Listagem ..., 1814, s/nº). No processo pela demarcação de suas terras, Coutinho declarou que a propriedade constava de 3.579 braças de terra de testada. No transcorrer do processo, o fazendeiro apresentou uma “escritura corrigida”, em que seu vizinho, Pereira de Andrade, confirmava ter vendido terras para João Freire de Sá Barbosa, pai de Azeredo Coutinho:

(...) fazendo esta pelos fundos das terras dos Religiosos de N. S. do Monte do Carmo da cidade do Rio de Janeiro, e

da sesmaria concedida a Martha Figueira, com o sertão de duas léguas, conforme a sesmaria concedida a Gaspar de Magalhães, o velho, d'onde são filhas (que juncto se offerecem por documentos) as que seu antecessor, capitão João Freire de Sá Barbosa, houve do capitão Francisco Leite Pereira de Andrade, por titulo de compra constante da escriptura também juncta; quer que, havendo-se procedido na medição e demarcação das mesmas terras só pela testada, se acha o rumo confundido pelo lapso dos annos que tem decorrido, o qual o supplicante por esta razão quer agora aviventiar, e prosseguir com a medição e demarcação para o sertão, com affincamento de marcos, té onde melhor conta lhe fizer, debaixo do protesto de continuar e acabar, quando muito lhe parecer, para o que a seu tempo requererá (Soares, 1879, p. 378).

Com a apresentação desse documento, em que o capitão Francisco Leite Pereira de Andrade afirmava ter vendido parte de suas terras ao capitão João Freire de Sá Barbosa, foi expedido o mandado:

#### MANDADO

O Dr. Sebastião Borges de Freitas, bacharel formado, e juiz das medições e demarcações da cidade de Cabo-Frio e seu termo, na forma das Keaes Ordens etc. Mando aos officiaes de justiça que, sendo-lhes apresentado este meu mandado, indo por mim assignado, em seu cumprimento, e a requerimento do capitão-mór Francisco de Macedo Freire de Azeredo Coutinho, citem as pessoas do rói juncto, para no dia doze do corrente mez, pelas nove horas da manhã, comparecerem no marco primordial que se acha no Porto intitulado dos Francezezes, allegarem de seu direito á me-

dição e aviventação do rumo da testada que antigamente se procedeu de suas terras da «Tiririca», da sesmaria de Gaspar de Magalhães, o velho, na forma de seus titulos e requerimento que para isso me foz, e se acha em mão e poder do escrivão que este subscreveu, em virtude do qual se passou o presente mandado geral, cujo requerimento e documentos se hão de apresentar e junetar aos autos no dia da audiência: sendo os dictos supplicados citados para no dia comparecerem naquelle logar do marco, para reconhecerem o mesmo, e á vista de seus titulos requererem de seu direito, sendo logo citados para todos os mais termos e autos judiciaes da sobredicta medição, demarcação o aviventação, com pena de revelia. O que cumpram. Cabo-Frio, 5 de Julho de 1806. Eu João Pacheco Sobrosa, que o subscrevi. – Borges de Freitas(Soares, 1879, p. 376).

Concluído o processo, as medições foram feitas atendendo às pretensões de Azeredo Coutinho. A partir desses raros documentos, publicados por Soares Macedo, podemos compreender como fazendeiros, através de documentações “legitimadas” por escrivães, controlaram terras no antigo Cabo Frio.

Na fazenda Tiririca, de Azeredo Coutinho, os viajantes foram recebidos pelo proprietário:

Tiririca é grande engenho de açúcar, aprazivelmente situado. O engenho fica ao pé de uma verde colina, em cima da qual se ergue a casa do dono, rodeada por cerca de vinte pequenos casebres para os criados e os escravos. Enormes canaviais cercam a fazenda (Wied Neuwied, 1958, p. 57).

Francisco de Macedo Freire de Azeredo Coutinho (1746-1823), capitão-mor de Cabo Frio, era membro da poderosa família Azeredo

Coutinho que, ainda no período quinhentista, arregimentou terras e cargos no governo colonial. Essa situação foi mantida através de uma intrincada rede que, inclusive, incluía casamentos entre parentados. Francisco, além da fazenda Tiririca, possuía outros engenhos, e Paulino José Soares de Sousa, o poderoso visconde de Uruguai, casou-se com uma neta do fazendeiro (Mattos, 1990, p. 43). Fragoso cita que Maria de Souza Pereira, viúva do mestre de campo João Barbosa de Sá Freire, falecido em 1771, “em comum acordo com os demais herdeiros, numa escritura de ratificação de herança de 1795, deixava os dois engenhos de açúcar da família para seu primogênito, o capitão Francisco de Macedo Freire de Azeredo Coutinho” (Fragoso, 2015, p. 88).

Ao ser recebido pelo proprietário do engenho Tiririca, o príncipe Maximiliano apresentou as cartas de recomendação feitas pelas autoridades da Corte.

Chegamos à fazenda Tiririca, aonde mandamos na frente, um cavaleiro pedir pouso para a noite. O proprietário, capitão-mor, destinou-nos, de início, para nosso alojamento, o engenho de açúcar; como, porém, lhe mostrássemos a nossa portaria (passaporte firmado pelo ministro), tornou-se extremamente gentil e convidou-nos para a casa dele (Wied Neuwied, 1958, p. 57).

O viajante constatou que Francisco de Macedo adotou um comportamento, a partir da leitura das cartas, de maior amabilidade. Assim, Maximiliano teve liberdade para percorrer o entorno da fazenda e encontrou, nas proximidades do grande engenho, pequenas fazendas, cercadas por laranjais. Naturalmente, essas outras propriedades eram resultado das subdivisões ocorridas.

Na narrativa de Maximiliano, observamos que tinha como foco principal a natureza e a população indígena. Porém, encontramos,

em seu texto, observações sobre a cultura e o modo de vida dos moradores das localidades percorridas. Na fazenda Tiririca, observou que as mulheres da casa, segundo ele, por um costume brasileiro, não participavam da ceia e ficavam “espiando pelas frestas das janelas e portas”. A ceia foi servida por escravos de ambos os sexos.

Por causa da localização da fazenda Tiririca e, provavelmente, por sua importância, ela estava na rota da maioria daqueles que percorriam o território do Rio de Janeiro até a cidade de Cabo Frio. Foi assim também com dois viajantes prussianos que, após conhecerem a beleza da natureza da localidade, pernoitaram no engenho Tiririca: “a que chegamos por estreito caminho, foram os principais atrativos que me encheram o dia. A fábrica de açúcar fica ao sopé de um morro povoado de casas”. (Leithold e Rango, 1966, p. 159).

Segundo para a fazenda Parati, o naturalista destacou a maneira pouco amistosa com que foi recebido pelo proprietário. Ao contrário do poderoso Azeredo Coutinho, que, ao ler o documento que lhe foi apresentado, tratou o príncipe com amabilidade – naturalmente devido suas ligações políticas. Na Parati, quando o príncipe retrucou que falaria às autoridades sobre o tratamento que lhe foi dispensado, o fazendeiro “rosnando de raiva, berrou: Que tenho eu com o Príncipe Regente!” (Wied Neuwied, 1958, p. 61).

Ainda na Parati, Maximiliano viu, pela primeira vez, uma doença “que é muito comum entre os negros e pode ser chamada de pés inchados. Estes começam por se cobrir de uma crosta dura e grossa, como na elefantíase” (Wied Neuwied, 1958, p. 60).

Ao chegar à Aldeia de São Pedro de Cabo Frio, o naturalista exaltou a beleza da Lagoa de Araruama, a extração do sal, visitou engenhos locais e os moradores. Sobre os aldeados, com a imagem idealizada que construiu sobre os índios, o naturalista concluiu:

Tinham a presunção de querer passar por portugueses e olhavam com desprezo os irmãos selvagens das florestas, a

quem denominavam “caboclos” ou “tapuias”. As mulheres enrolavam os compridos cabelos, negros como o carvão, um coque no alto da cabeça, como as portuguesas (Wied Neuwied, 1958, p. 63).

Como analisa Maria Regina Celestino de Almeida, sobre os povos indígenas reunidos em aldeias, estes foram capazes de se rearticularam social e culturalmente, entre si e com outros grupos, assumindo a nova identidade que lhes havia sido dada ou imposta pelos colonizadores. Ainda, segundo a autora,

os índios tinham expectativas próprias que lutavam por realizar. Para isso, faziam acordos com os padres e autoridades e participavam ativamente do processo de mudanças orientado por eles, porém davam-lhes evidentemente rumos e sentidos próprios (Celestino, 2000, p. 144).

Desse modo, aquela população aldeada não se encaixava no estereótipo do “bom selvagem” idealizado por Maximiliano.

Deixando a aldeia de São Pedro de Cabo Frio, o grupo atraíssou a lagoa em direção à vila de Cabo Frio e foi recebido pelo capitão Carvalho em sua casa. Na sua chegada, constatou: “Esta cidade, embora pequena e mal calçada, possui diversas casas bonitas e asseada aparência. A língua de terra, em que está construída, é paludosa perto da lagoa e arenosa ao longo do mar, medrando aqui arbustos de várias espécies” (Wied Neuwied, 1958, p. 69). Percorrendo a localidade destaca que os habitantes viviam da exportação de certos produtos como a farinha e o açúcar: “Eles são objeto de um comércio com a costa, feito por algumas lanchas” (Wied Neuwied, 1958, p. 69).

O príncipe Maximiliano fez um breve histórico sobre Cabo Frio, mencionando o massacre dos índios, determinado por Salema, “em

1572".<sup>30</sup> Ressaltou que os sobreviventes fugiram para o interior e que a fundação da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio, pelos jesuítas, foi determinante para o repovoamento da região. Ainda hospedado na cidade de Cabo Frio, visitou uma fazenda das proximidades onde observou as cabanas dos negros. Chama-lhe a atenção as boas instalações da propriedade, com a produção de aguardente, e o fato de as fazendas possuírem "igrejas" ou, no mínimo, um grande aposento, que era usado para as orações. Após alguns dias de permanência na cidade, a expedição segue em direção à fazenda Campos Novos.

Deixando a floresta, entramos num campo aberto, onde, numa suave eminência, ficava a grande fazenda de Campos Novos, ou antes, Fazenda do Rei. Perto da casa do proprietário, um capitão, os casebres dos negros se dispõem num quadrado formando uma aldeola. Essa fazenda, ou ao menos a igreja nela existente, foi construída pelos jesuítas (Wied Neuwied, 1958, p. 77).

A antiga propriedade jesuítica passou por um processo similar às fazendas anteriores visitadas por Maximiliano:

A fazenda Campos Novos foi fundada pelos jesuítas em 1690. Sua sede, situada entre São Pedro da Aldeia e São João da Barra, foi construída sobre uma elevação entre a planície pantanosa dos rios Una e São João. Para a implantação da fazenda ocorreu a queimada e derrubada das florestas próximas do rio Una, que foram substituídas pela

<sup>30</sup> Embora o massacre, comandado por Salema, tenha ocorrido em 1575, no livro de Maximiliano consta a data de 1572. Pode ser erro na impressão ou o príncipe ter confundido a data, uma vez que as escaramuças já aconteciam anteriormente.

plantação de gramíneas para formação das pastagem. Com a expulsão da Companhia de Jesus, a fazenda Campos Novos foi confiscada pelo governo português e seu nome foi mudado para fazenda D'El Rey e, em 1759, arrematada por Manuel Pereira Gonçalves. "Ainda na primeira metade do século XIX, Campos Novos tornou-se a sede de um complexo agrícola enriquecido, principalmente com o tráfico ilegal de africanos" (Accioli, 2013. Vol. 1. p. 75).

Após a expulsão dos jesuítas, não foi localizada nenhuma escritura da fazenda Campos Novos. Uma antiga lenda, ainda hoje muito conhecida na região, relata que a fazenda teria sido doada a Santo Inácio. Segundo essa lenda, a escritura estaria gravada nos pés de uma imagem do santo esculpida em ouro. Como a imagem teria sido roubada, multiplicaram-se as lendas sobre tal desaparecimento (Accioli, 2013. Vol. 1. p. 75).

De acordo com Nilma Accioli, no pós-independência do Brasil, Campos Novos, que deixou de pertencer ao patrimônio público, passou por sucessivos arrendamentos e vários "donos". Em 1847, d. Pedro II esteve em Campos Novos. Nesse período, o proprietário da fazenda era o reverendo Joaquim Gonçalves Porto. Na recepção ao imperador, o fazendeiro José Gonçalves da Silva, que em 1850 sofreu a acusação de tráfico ilegal de africanos em Cabo Frio, financiou os festejos. Campos Novos era, na época, um importante complexo agrícola, formado por outras fazendas, como Porto Velho, Fazendinha, São Jacinto, Araçá, Piraúna, Angelin, Caveira, Retiro e outras menores. A sede era a antiga fazenda dos jesuítas, próxima à capela de Santo Inácio. A maior parte das terras da antiga propriedade dos jesuítas estava, no século XIX, sob controle da família Gonçalves.

Os registros paroquiais de terras referentes à província de Nossa Senhora da Assumpção de Cabo Frio mostram a posse

de grandes áreas pela família Gonçalves. Eles são citados registrando terras como proprietários e também seus nomes são usados como referência para divisa das terras de outros proprietários (Accioli, 2013. Vol. 1. p. 78).

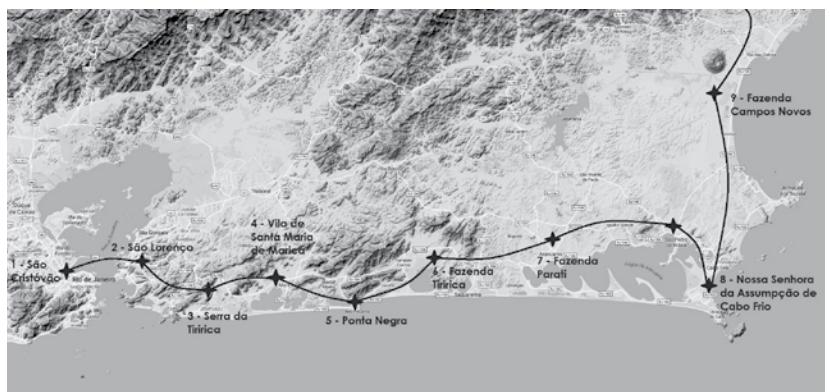
Maximiliano de Wied Neuwied e seus companheiros fizeram várias incursões nas proximidades de Campos Novos, com o objetivo de registrar as espécies, e muitos animais foram mortos. Assim, quando nas matas próximas a Campos Novos encontraram o macaco conhecido pelos habitantes do lugar como “mono”<sup>31</sup> e identificado pelo príncipe como uma espécie do gênero *Ateles*, segundo o naturalista o maior macaco da região, não houve hesitação em “caçar” o animal. Provavelmente porque, como informou, as matas próximas a Campos Novos “estavam cheias dessas criaturas. Os nossos caçadores tinham matado muitos guaribas, ou barbados” (Wied Neuwied, 1958, p. 78).

A partir de Campos Novos, a expedição atravessou o Rio São João e seguiu na direção norte, atingiu terras do Espírito Santo e Bahia. Na sua estada na Bahia, o príncipe Maximiliano realizou pesquisa entre os índios botocudos. Regressando para a Europa, em 1817, levou várias espécies da flora e fauna brasileira, inclusive um “exemplar” dos botocudos: o índio Queck, que viveu no castelo do príncipe até o final de sua vida. O acervo levado do Brasil por Maximiliano passou, após a sua morte, a fazer parte de museus europeus e norte-americanos.

Passados duzentos anos da expedição de Maximiliano de Wied Neuwied, o território percorrido pelo extasiado príncipe sofreu profundas transformações. As antigas fazendas deram lugar aos loteamentos para residências de veraneio. A narrativa de Maximiliano contém preciosas informações sobre o antigo Cabo Frio e situações fundiárias não resolvidas. No relato do príncipe,

<sup>31</sup> Espécie do muriqui.

podemos observar a concentração da propriedade em mãos de poucos, um aspecto determinante para analisarmos, por exemplo, a situação dos descendentes dos escravizados na região. Essas comunidades, no pós-abolição, continuaram nas antigas fazendas, “pagando dia para morar”. Na segunda metade do século XX, enfrentaram a expulsão dessas terras por aqueles que legitimavam seus direitos sobre essas propriedades, em vários casos, com “documentos” nem sempre legais.



*Expedição do Príncipe Maximiliano de Wied Neuwied:  
roteiro da viagem da cidade do Rio de Janeiro a Cabo Frio.*

ADAPTADO POR NATHUR DUARTE PEREIRA JUNIOR.

A leitura do texto de Maximiliano de Wied Neuwied é fundamental para conhecermos um quadro natural ainda quase intocado, a profusão das espécies nativas e a privilegiada singularidade da Região dos Lagos constatada pelo naturalista: “A maior beleza dessa zona está na quantidade de lagos espelhados que se estendem de Maricá às cercanias de Cabo Frio” (Wied Neuwied, 1958, p. 55).

# ***Economia e sociedade de uma cidade interiorana no século XIX: Cabo Frio, 1840-1890***

PAULO ROBERTO ARAUJO

## ***Introdução, como de praxe***

**E**ste texto pretende oferecer uma visão geral da cidade de Cabo Frio no século XIX. Avisamos ao leitor que as afirmações a seguir são provisórias, baseando-se em elementos da História Urbana<sup>32</sup>.

O objetivo aqui é mostrar, em primeiro lugar, como uma cidade no interior do Brasil Império se organizava. Economia, sociedade e política são dimensões importantes no sentido de compreendermos melhor os contornos de um retrato que pretende mostrar os principais traços de uma urbe que não era a “Corte”, mas não estava demasiadamente distante dela.

Reconhecemos que um “retrato” é apenas um instantâneo de um processo marcado pela mudança no tempo, e mudança implica

---

<sup>32</sup> A literatura sobre história urbana no Brasil é imensa, concentrando-se nos séculos XIX e XX. No entanto, pouco ainda foi produzido para a história urbana no período colonial. Uma enumeração aqui de tais obras não faria mais do que produzir uma lista parcial do tema. A leitura de Fridman (1999) pode ser considerada como a inspiração para a produção da pesquisa que deu origem a este texto.

em evolução. Cidades são como organismos vivos, evoluem também ao longo do tempo. O sentido do termo “evolução” que empregamos aqui nada tem a ver com o progresso inexorável e linear, ao contrário, o conceito serve para explicar a dinâmica de um processo onde diversas variáveis interagem entre si. Interpretado dessa maneira e aplicado à história urbana, uma cidade ao “evoluir” pode entrar em decadência, deixar de existir, sair da modesta condição de “vila” e transformar-se em uma megalópole, ou simplesmente estagnar e parar no tempo.<sup>33</sup>

A primeira vez que encontramos o uso do conceito de “Evolução” nos estudos urbanos foi com Maurício de Abreu, em sua obra já tornada clássica: “Evolução Urbana do Rio de Janeiro” (Abreu, 1997). O autor mostra que a História é uma ferramenta de análise poderosa para a compreensão não apenas do passado, mas do presente e do futuro de uma cidade. Abreu resgatou a importância da categoria de “formação social” na compreensão dos diferentes usos do solo urbano e as respectivas transformações desta paisagem.

A importância desta categoria é que ela mostra que cidades são construídas por pessoas organizadas em grupos com os mais diversos interesses. Essa afirmativa tem uma simplicidade enganadora: uma das tarefas mais inglórias em qualquer ciência social é compreender como e porque essas “pessoas” se organizam, seja do ponto de vista econômico, político ou cultural. Mais difícil ainda é tentar inferir em que medida o espaço urbano pode conter indícios destas formas organizativas. O “urbano” é a materialização, temporária, desta correlação de forças em constante mutação. É esse o significado que empregamos neste texto para “evolução

33 Uma das primeiras tentativas de empregar elementos do evolucionismo na compreensão do desenvolvimento urbano pode ser encontrada nos estudos de Patrick Geddes (1994). Modernamente, Geddes é descrito como um “biólogo”, mas na época era um naturalista responsável pela criação de vários termos incorporados ao urbanismo.

urbana”. Nesse sentido, o conceito visa uma compreensão deste processo complexo e difícil de apreender e descrever<sup>34</sup>.

Embora inspirada principalmente na obra de Abreu, queremos ressaltar que este trabalho não segue os seus passos rigorosamente. Na verdade, chega mesmo a distanciar-se deles, já que o objetivo maior foi o desejo de “testar” algumas de suas hipóteses em um contexto urbano muito diverso daquele do Rio de Janeiro por ele analisado. Colocando a coisa de maneira mais simples: se Abreu estudou a evolução urbana de uma grande cidade como o Rio de Janeiro, o que sairia de um estudo que tomasse como o objeto de análise uma cidade “interiorana”, como era Cabo Frio no século XIX? Por onde começar?

Quando publicou “Evolução Urbana do Rio de Janeiro”, Abreu (1997) teve como intenção analisar o processo de formação de uma paisagem urbana capitalista, caracterizada por uma segregação espacial muito definida das classes sociais. Abreu identifica o início deste processo na segunda metade do século XIX, principalmente a partir de 1870. Neste momento, segundo o autor, a cidade do Rio de Janeiro iniciou o processo de formação de um espaço capitalista. A cidade expandiu-se em duas frentes: ao Sul e para os subúrbios, as antigas áreas rurais. A nova paisagem urbana ganhou contornos mais nítidos quando os meios de transporte,

34 Ainda que o trabalho de Maurício de Abreu seja de fundamental importância para a compreensão da evolução urbana do Rio de Janeiro, é impossível não fazer menção, ainda que de passagem, ao trabalho de Milton Santos e sua obra. Santos introduz nos estudos urbanos a dimensão da técnica como formadora do espaço. No seu entender, a “técnica” é a mediação que permite ao homem modelar a paisagem historicamente. O espaço urbano “colonial” só é caracterizado desta forma por conta da dimensão técnica. O sentido que Santos atribui à “técnica” não se restringe à dimensão da produção. Preparar a terra para plantar e exportar, por exemplo, faz parte da técnica, mas os circuitos da circulação (o comércio) e da reprodução (a burocracia) também são dimensões da técnica.

notadamente os trens e os bondes foram implantados. Cada vez mais, o Rio de Janeiro deixava de ser uma cidade “colonial”, para transformar-se em um centro urbano industrial.

Mas, fora destes limites, no interior do Rio de Janeiro, essas mudanças não eram mais do que notícias que os jornais da capital traziam. Surgiu então, do autor deste texto, o desejo de investigar mais acuradamente como as cidades do interior do Rio de Janeiro organizaram-se no século XIX e quando e como elas se modernizaram.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa fundamentalmente empírica. Passamos mais tempo na consulta e no cruzamento de várias fontes de pesquisa do que na reflexão teórica ou consultando os memorialistas. Algumas estratégias de pesquisa foram pensadas para responder a tais questionamentos: a) o cruzamento de fontes tornaria possível verificar a expansão urbana em uma cidade “periférica”, como Cabo Frio no século XIX? b) O que aconteceu em Cabo Frio nesse período é representativo de outras cidades da Província do Rio de Janeiro e do Brasil? c) Como esta cidade se relacionava com o poder central? d) Quais padrões de sociabilidade podemos inferir de informações retiradas de censos demográficos e dos registros paroquiais?

Essas foram as perguntas que inquietaram e ainda desassossegam o autor destas linhas. O texto foi dividido em diferentes questões que podemos perfeitamente tomar como sessões. Dividimos aqui com o leitor o que encontramos por estes caminhos.

### ***A Terra como Mercê: Economia Política dos Aforamentos e a Formação de Um Mercado Fundiário Urbano, Cabo Frio (1842-1890)***

José Narciso Cruz chegou à Câmara de Cabo Frio naquele 18 de Janeiro de 1842. Presentes estavam o presidente da Casa, os

vereadores, um membro da Comissão de Obras e Aforamento, um fiscal e o escrivão (*Atas de Aforamento da Câmara Municipal de Cabo Frio, Livro 33, p.1*).

Era uma cerimônia de rotina. Ali, José Narciso iria atestar a legitimidade de um ato que, embora corriqueiro, mostra pistas importantes para a compreensão da relação entre poder político, representado pela Câmara da cidade, e a população.

Evidentemente, José Narciso não tinha ideia das dimensões daquele ato comum. O que estava sendo realizado ali por meio daquela formalidade era a transmissão do uso de terras do Município de Cabo Frio para um particular. Entre 1840 e 1890, “Cabo Frio” era constituído territorialmente pela reunião de três freguesias: 1<sup>a</sup>) freguesia de Nossa Senhora da Assunção, onde se localizava a Câmara Municipal e a Igreja Matriz, abrangia também os atuais municípios de Armação dos Búzios e Arraial do Cabo; 2<sup>a</sup>) de São Pedro da Aldeia, que seria elevada à condição de município em 1892; 3<sup>a</sup>) de Araruama, alçada à condição de município em 1859.

Esse ritual transformou-se em um documento que passou a ser denominado “Atas de Aforamento” e elas serão nossa porta de entrada para compreender um pouco melhor a expansão urbana e os usos do solo em uma cidade no século XIX como Cabo Frio.

A ata que deu a Narciso o direito de usar parte das terras da Câmara inicia-se com estes dizeres:

*Termo de aforamento de José Narciso Cruz, de seis braças e um quarto de frente com quinze e meia de fundo que lhe conceda a Câmara na rua da Matriz desta cidade, esquina da travessia do Pinna, e fundo da Rua do Juiz de Direito (Atas de Aforamento da Câmara Municipal de Cabo Frio, Livro 33, p. 1).*

Enquanto documentos legais, estes aforamentos possuíam uma ementa inicial onde eram descritos o nome do beneficiário, a

localização do aforamento e suas dimensões. Mais abaixo, no corpo do texto, estavam descritos a data da sessão onde o aforamento foi concedido, os responsáveis pela feitura daquele instrumento, a forma como foi realizada a medição e o imposto proporcional ao tamanho do terreno (Motta e Guimarães, 2011).

O texto conta um pouco da “história” da concessão, como ela foi feita, quem a pediu e onde se localizava o terreno aforado. Em geral, o aforamento era concedido em decorrência de uma solicitação da parte interessada aos membros da Câmara que, após discussão em Sessão, deliberavam sobre a relevância ou não da demanda.

Na prática, isso significava que os critérios para a concessão, bem como a localização do terreno a ser aforado, dependiam da discricionariedade dos membros do Conselho Municipal, o que, em última instância, criava elos de dependência entre quem pedia e quem concedia. Por meio destes documentos é possível entender como o Poder Público Municipal produzia um diálogo com seus municíipes.<sup>35</sup>

Criado nos marcos do Direito Romano, o estatuto jurídico do aforamento tinha raiz ibérica e feudal. No período medieval antes dos Descobrimentos, os Conselhos das cidades portuguesas fizeram do aforamento um instrumento de distribuição de terras, institucionalizando a concessão e a apropriação do “Rossio” da cidade, o terreno comum local. Com a Descoberta do Brasil, a cidade colonial brasileira herdou esta e outras instituições jurídicas feudais lusitanas (Hespanha, 1994).

Uma típica cidade da Monarquia Portuguesa era dividida em um “Termo da Vila”, que via de regra era o seu centro administrativo, político e econômico e um “Rossio”, uma faixa de terra de aproximadamente meia légua de extensão de uso comum, desti-

<sup>35</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre a função dos Aforamentos nos Conselhos Portugueses, bem como suas origens legais, ver Hespanha (1994).

nada à construção de edifícios públicos e arrendamento (Hespanha, s/d).

Muitas vezes em Portugal e em outros cantos de seu universo, os aforamentos eram uma forma das Câmaras obterem recursos, sempre que as dificuldades financeiras batiam às portas de suas cidades.

Durante a Colônia (1500-1822), não houve uma legislação fundiária sistematizada, tanto para as terras rurais quanto urbanas. Havia sim um apanhado de diplomas legais que cobriam desde ordens régias até éditos, aplicados no decorrer de nosso período colonial de modo descontinuado, disperso em um amplo número de avisos, resoluções administrativas, cartas de doação, forais, além dos textos das Ordenações Filipinas e Manuelinas (Hespanha, s/d).

Mesmo assim, é possível verificar nesse emaranhado jurídico que as Sesmarias constituíam o instituto jurídico básico que a Coroa Portuguesa possuía para legislar sobre o direito e o uso da terra. A sesmaria era uma lei agrária de fomento à produção agrícola e ao cultivo de terras ermas – reconquistadas aos mouros ou abandonadas por conta do declínio da população rural dizimada pela doença ou pelo êxodo rural. No projeto colonial português na América, a Sesmaria também foi a principal peça jurídica de ocupação por mais de três séculos.

A Coroa Portuguesa por inércia, incompetência ou ambas, não conseguiu criar nenhum expediente legal melhor do que esse, resultando disso uma adaptação desta instituição medieval portuguesa ao contexto colonial brasileiro.

Essa adaptação terminou por favorecer a posse e incentivou o surgimento da figura do posseiro. Quem recebia uma Sesmaria, encarregava-se de usar de maneira produtiva a terra. Na prática, um sesmeiro era um colono, na medida em que colocava seus recursos na empresa colonial, esperando auferir algum lucro com esta empreitada. Mas as condições burocráticas a serem

cumpridas para isso acabavam encorajando o sesmeiro a invadir terras que originariamente não foram cedidas a ele sob a condição de sesmaria.

Muitas vezes, o beneficiário simplesmente arrendava a terra a um terceiro que, por sua vez, sublocava a outros o mesmo pedaço de chão. É por isso que essa legislação criou, ao mesmo tempo, o “Sesmeiro” e todo um grupo de “Posseiros”, clientes e dependentes de quem gozava do privilégio daquela concessão.

No contexto urbano, a distribuição dos aforamentos, uma variante jurídica da Sesmaria voltada para as cidades, permite entender como a Câmara da cidade atuou como agente de ocupação e administração do solo urbano.

Tomar posse das terras da Coroa era uma prática tão comum que a Monarquia Portuguesa, em 1769, não teve outra saída se não reconhecer juridicamente a posse ilegal destas. No contexto das reformas pombalinas, foi promulgada a Lei da Boa Razão, permitindo que as terras ocupadas como posse pelos invasores continuassem com eles, não sendo resgatas ao patrimônio régio (Motta, 1998 e 2009).

Com o advento da Independência do Brasil em 1822, o fim das sesmarias significava que elas eram, na verdade terras devolutas, terras que o posseiro não tinha (ainda) invadido. Os posseiros alegavam que o que havia sido ocupado com trabalho produtivo era isento de ser considerado terra a ser distribuída pelo poder público.

Quanto às terras urbanas, o instituto jurídico da Sesmaria serviu para a criação do Aforamento, também conhecido como *aprazamento* ou *enfiteuse*. O Aforamento era, para todos os efeitos, um contrato perpétuo entre um particular e a Câmara. Esse tipo de contrato permite compreender dois elementos que consideramos importantes: o primeiro é a continuidade e a adaptação de uma instituição jurídica do Antigo Regime que atravessou todo o período colonial, adaptou-se a um projeto de construção do Estado

Nacional implantado pelo Império Brasileiro e chegou mesmo a uma época bem adiantada da República (Glezer, 2007).

O segundo elemento refere-se à questão de que este mecanismo de acesso à terra mostra que, mesmo depois da promulgação da Lei de Terras em 1850, a criação de um mercado fundiário por meio do mecanismo econômico clássico da compra e venda não se estabeleceu imediatamente. Adquirir terras com um aforamento significava que este mercado fundiário ainda era caracterizado por uma série de imperfeições, geradas em grande parte pela sobrevivência ao nível local de práticas que remontavam ao Antigo Regime. Em uma abordagem institucionalista da Economia, podemos dizer que essa relação evidencia a importância de instituições *extraeconómicas* (no caso, instituições jurídicas), moldando as ações e as decisões dos agentes econômicos. Afinal, as terras da cidade poderiam não ter um “preço”, mas o seu acesso era limitado a uma série de condições (North, 1990).<sup>36</sup>

Em outras palavras, a municipalidade, materializada pelos membros da Câmara, induzia a ocupação, a direção e a maneira como este espaço deveria ser ocupado. Não era apenas “Quem” as Câmaras escolhiam para ocupar suas terras, era também importante determinar “Como” essas terras seriam usadas e “Onde” isso ocorreria. Se por um lado, a Câmara decidisse aforar as terras localizadas mais próximas ao Centro àqueles postulantes mais importantes, por outro lado, as áreas mais afastadas seriam distribuídas visando um uso produtivo do solo. A proximidade ou não deste Centro influía diretamente na extensão do terreno aforado

<sup>36</sup> Os economistas, a partir dos institucionalistas como North, reconheceram que mesmo modelos econômicos sofisticados não explicavam tudo, a História ainda era importante. Historiadores, embora não tão afeitos à econometria, nunca deixaram de acreditar que processos de longa duração eram importantes. Sobre essa questão ver Giovanni (2000) e Peter (2005).

e, consequentemente, em sua valorização. Em uma época em que as leis de mercado não estavam inteiramente consolidadas, a distribuição discricionária de terras contribuiu decisivamente para uma estratificação espacial que não era inteiramente determinada pela lógica de mercado, mas nem por isso era menos eficiente.

Nesse sentido, as concessões de aforamentos pelas Câmaras não devem ser entendidas somente como um expediente econômico para se “fazer dinheiro” em uma conjuntura de crise econômica. Havia também o fato de que essa “mercê”, por ser discricionária, ilustra o fato de que a evolução urbana brasileira no século xix, bem como os usos do solo dados pelos agentes, não seguiam apenas uma “lógica de mercado”, legitimada pela Lei de Terras.

Concretamente, a partir de 1850, a Lei de Terras estabelecia um novo marco institucional para a posse de terra tanto urbana, quanto rural. Com a Lei, a terra poderia ser somente comprada e vendida por meio de escritura de compra e venda, sendo vedada qualquer outra forma de aquisição de propriedade até então vigente, como a concessão de sesmarias e os aforamentos. Mas a nível local, as terras dos municípios continuaram circulando de mão em mão por mecanismos que não eram os previstos pela Lei de Terras. Os aforamentos são uma forma de entender como a terra urbana circulava entre diferentes proprietários por circuitos não capitalistas (Martins, 2010).

Desta feita, temos a possibilidade de conhecer o mecanismo pelo qual a expansão urbana no século xix se efetivava, mostrando o “Quem”, o “Quando”, o “Como” e o “Onde”. A análise destas práticas camarárias em relação ao uso do solo urbano, bem como as instituições jurídicas utilizadas, principalmente os aforamentos e cartas de datas, são uma forma de entender a continuidade de instituições do Antigo Regime na formação do Estado Nacional Brasileiro no século xix.

### ***“Meu Vizinho é o Sr. Juiz de Direito”: Mandonismo e Centralização em uma Cidade do Oitocentos***

No trecho da ata de aforamento que inicia este texto, constatamos que as terras aforadas a José Narciso Cruz localizavam-se próximas à residência do Juiz de Direito. Mais uma vez, a atenção nos detalhes é fundamental para que possamos compreender um outro aspecto da vida desta cidade no século xix. Trata-se da forma como os poderes locais conviveram com um projeto político de construção de uma unidade nacional, sob égide de uma Monarquia Parlamentar.

Tornou-se senso comum na historiografia sobre o Brasil oitocentista afirmar que a principal característica deste estado nacional foi a sua centralização. O que significa isso? Por um lado, a “centralização” implica compreender a formação política do Brasil imperial como dependente das decisões de um “Centro”, no caso a Corte, de onde partiam todas as diretrizes para o governo e a ordem pública. Essa é uma verdade, mas não toda a verdade.

Se por um lado, a historiografia mostrou que o projeto centralizador imperial, tão bem descrito por Ilmar Rohloff de Mattos (1990) em seu “Tempo Saquarema”, foi a base para a construção desse estado nacional, não se deve negar que, paralelamente a esta centralização, a cooptação de interesses locais em uma complexa engenharia política foi igualmente importante para a manutenção do Império.

Embora o texto de Mattos, entre outros, tenha inaugurado uma renovação no estudo da construção do Estado Nacional brasileiro no século xix, figurando ao lado de José Murilo de Carvalho (1996) como referência, vale destacar que os recentes estudos têm contribuído significativamente para compreender que a relação entre Poder Central, Províncias e Municípios era mais complexa do que a simples unilateralidade Centro-Periferia.

Um dos primeiros trabalhos a demonstrar que o Estado Nacional Imperial era uma complexa rede de dependências entre o Centro Imperial e suas unidades, foi a obra de Maria de Fátima Gouvêa (2008). O “Império das Províncias” mostrou como a dimensão local, a Província do Rio de Janeiro, é importante para a compreensão e valorização da história política. Sem negar a relevância do Poder Central que, ao menos em tese, tudo podia e conhecia a partir da Corte, a obra mostra a importância do “local” na política brasileira.

Utilizando primordialmente como fontes os debates parlamentares na Assembleia Provincial e os Relatórios dos Presidentes de Província, a autora mostrou como a negociação junto aos poderes locais constituiu aquilo que o cientista político Edson Nunes (2003) denominou, muito apropriadamente, de “gramática política”. Essa definição significa tentar compreender os termos pelos quais as relações de poder são definidas e compreendidas por todos aqueles que integram o “campo político”. Mandar de maneira unilateral e esperar uma obediência é uma forma de “gramática”, é a maneira como as relações de poder são efetivamente experimentadas. Negociar espaços onde aqueles que estão subordinados a um poder central podem ter uma autonomia relativa seria uma outra “gramática”.

O trabalho de Gouveia mostra que a gramática que governava as relações de poder entre um “Centro” imperial e seus “satélites” provinciais era pautada por uma complexa negociação: o “Centro” pouco poderia fazer sem a colaboração de suas partes locais. Ao mesmo tempo, o poder local buscava o *“imprimatur”* do “Centro”, legitimando-se, também por meio dele. A burocracia imperial e os canais políticos criados com as Assembleias eram os espaços onde estas relações eram constantemente atualizadas. Os debates parlamentares tanto nas assembleias provinciais quanto na Corte eram caracterizados por estas intensas negociações.

Outro trabalho que segue a mesma linha é o de Miriam Dönnhoff (2005), “O Pacto Imperial. Origens do Federalismo no Brasil do Século XIX”. Aprofundando ainda mais a discussão aberta pelo trabalho de Gouvêa, a autora tenta mostrar que os modelos explicativos que colocaram de um lado as forças localistas como representantes de um “atraso”, como Sergio Buarque de Holanda (1998), ou que atribuem ao Poder Imperial um caráter demiúrgico, notadamente José Murilo de Carvalho e Ilmar Rohloff de Matos, não dão conta de capturar a complexidade das relações políticas entre o “Centro” e sua “Periferia”.

Se podemos identificar alguma característica de “longa duração” na história política brasileira, algo que perpassa a cronologia do período colonial, atravessa o Império e chega até a República é a tensão entre as aspirações do Poder Central e as realidades dos poderes locais. Além dos grupos documentais, outros acervos são importantes no sentido de capturar a dinâmica do exercício do poder local e sua relação com os poderes centrais. Em um nível mais elementar, a correspondência trocada entre as Câmaras Municipais e a Presidência da Província e a Corte são importantes também.<sup>37</sup>

Aqui vale discutir uma questão que consideramos de grande importância. Trata-se da relação entre as Câmaras Municipais e o Império Brasileiro. A importância das câmaras municipais no império português já fora ressaltada a partir dos trabalhos de Maria Fernanda Bicalho (1998), entre outros.<sup>38</sup>

<sup>37</sup> Sobre essa comunicação entre as Câmaras municipais da Província do Rio de Janeiro e os poderes centrais, ver o acervo de correspondência agrupado no Fundo Presidência da Província do Rio de Janeiro, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro-APERJ.

<sup>38</sup> A importância da dimensão local no período colonial já havia sido destacada por Russel Wood (1967). Desde então, extensa literatura foi produzida a respeito.

Consideramos importante que a dimensão do governo local seja também objeto de estudo para o Brasil do século XIX. Este estudo, portanto, tem o objetivo de contribuir para este esforço.

Acreditamos que a história urbana oferece uma oportunidade bastante interessante para que possamos compreender a dinâmica desta relação entre um projeto político “Central”, seja ele metropolitano do Antigo Regime ou dentro dos marcos do Estado Nacional Brasileiro. As cidades foram e são, por assim dizer, o palco onde se desenrolam as lutas entre estes dois projetos. E uma das questões mais delicadas desta já frágil relação entre Poder Central e Município residia, evidentemente, na questão: Quem vai cobrar os impostos?

Desde o período colonial, as vilas e cidades no Brasil sempre tiveram na tributação de atividades profissionais uma de suas principais fontes de receitas. As cidades gozavam de relativa autonomia e os negócios públicos mais importantes eram tratados e resolvidos nas Câmaras. Ser um barbeiro, ter uma loja, trabalhar como carpinteiro, açougueiro ou mesmo médico, significava exercer um ofício que seria passível de tributação por estas Câmaras.<sup>39</sup>

Essa prerrogativa, por um lado representava uma fonte de riqueza substancial para os Conselhos Municipais, sobretudo para aquelas cidades onde a atividade comercial era grande. Por outro lado, esses recursos eram fonte constante de conflitos entre os próprios membros das Câmaras, os cidadãos e mesmo o Poder Central (Faria, 2010). No final do século XVII, o desenvolvimento local e a descoberta de minas de ouro levaram a uma centralização e ao fortalecimento do poder real. Aos poucos, os seus repre-

<sup>39</sup> A questão da fiscalidade a nível local começa a ganhar o interesse de pesquisadores que se dedicaram recentemente a estudar os mecanismos institucionais pelos quais os governos locais geriam seus recursos econômicos. Exemplo interessante deste esforço encontra-se em Faria (2010).

sentantes foram reivindicando para si as atribuições e também as rendas geradas em âmbito municipal.<sup>40</sup>

Com a Independência e desde a promulgação da Constituição de 1824, a prerrogativa de nomeação de magistrados transformou-se em ponto de atrito entre as aspirações centralizadoras do Império e os interesses locais (Leal, 1975). O Juiz de Paz, magistrado escolhido pelos membros da Câmara, era o responsável pela abertura e julgamento do processo. Isso significava o controle da administração da Justiça por alguém de confiança dos poderes locais. Na prática, o Poder Central tinha uma margem de manobra reduzida.

A Constituição de 1824 previa a criação de Câmaras Municipais que, assemelhadas aos Conselhos Municipais de Portugal, poderiam ter terras divididas em dois grandes grupos: um primeiro grupo eram as terras da Vila, que constituíam o centro da cidade, e o segundo as terras do Rossio.

O processo de independência e a transformação dos Conselhos Municipais em Câmaras a partir de 1824 provocou uma perda de poder político e também econômico para estas. Originalmente, uma Câmara tinha, entre 1532 e 1828, as seguintes fontes de receitas: foros, laudêmios e cobranças de tributos, taxas e contribuições. Essa era a estrutura de arrecadação fiscal de uma câmara no Antigo Regime, cobravam e também fiscalizavam o exercício de ofícios nos territórios da cidade.

Em 1828, as câmaras perderam boa parte de sua autonomia administrativa, e financeira; o ato adicional de 1834 aprofundou

<sup>40</sup> Na Colônia, um lance deste embate contra os poderes locais foi a introdução dos Juízes de Fora em substituição aos Juízes Ordinários, eleitos pelos membros das Câmaras. Os Juízes de Fora passaram a dirigir a presidência das Câmaras (Leal, 1975). As primeiras tentativas de mapear a estrutura administrativa colonial no Brasil podem ser encontradas em “Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial” de Stuart Schwartz (2011) e no trabalho pioneiro de Graça Salgado (1985).

mais a dependência das câmaras em relação ao Presidente de Província e ao Imperador. As Câmaras dependiam do poder central para orçamento, quadro de pessoal, posturas municipais, salários, venda ou doação de patrimônio e obras públicas.

A partir da década de 1830, o governo imperial criou uma série de medidas redirecionando esta tributação, bem como a sua arrecadação para o Poder Central. Os municípios viram-se então diante de uma grave crise econômica. É nesse contexto que os aforamentos, mais uma vez, passaram a figurar como importante fonte de recursos destinados a minimizar a penúria dos cofres públicos municipais.

Com o Ato Adicional de 1834, as Províncias passaram a receber todos os impostos que antes eram dos municípios: a décima dos legados e heranças, a dízima dos gêneros alimentícios, impostos sobre a transmissão de bens móveis, a Meia Siza (imposto sobre o comércio de escravos), subsídios literários, dízima dos prédios urbanos, taxas de viação e impostos sobre leilões e modas.

Isso leva à seguinte questão: se olharmos para a estrutura fiscal anterior à Independência, podemos perceber que as Câmaras, e por extensão aqueles que a controlavam, tinham um acesso gigantesco aos recursos gerados pela economia. Além do poder econômico, aqueles que faziam parte dos Conselhos Municipais tinham acesso privilegiado ao poder político, que por sua vez, era uma fonte de arrecadação de recursos talvez até mais lucrativa do que se arriscar como um traficante de escravos ou um grande plantador de cana de açúcar.

Em 1842, ano em que a ata acima citada foi produzida, estava em fase de conclusão uma das grandes reformas administrativas que criou as condições para que o império brasileiro pudesse governar. Tratava-se da reforma do Judiciário, ocorrida logo após o Golpe da Maioridade em 1840. Dentre inúmeras mudanças previstas, estava a criação de uma nova figura na magistratura brasileira,

o Juiz de Direito. Escolhido por uma lista tríplice pelo próprio monarca, este magistrado era o responsável pela abertura do processo e pelas sentenças, antes reservadas aos Juízes de Paz, magistrados indicados por voto a partir de deliberação da Câmara.

Ao contrário do Juiz de Paz, o Juiz de Direito era um magistrado profissional, escolhido para o cargo porque além de formado em Direito, deveria ter pelo menos dois anos de prática forense (Carvalho, 1996 e Faoro, 1958). A presença de uma autoridade como essa na cidade de Cabo Frio era marca inequívoca da autoridade do Poder Central em um contexto onde os mandatários locais eram a Lei, mas tinham sua influência reduzida pelo projeto político da Corte.

Em um lugarejo como Cabo Frio na primeira metade do século XIX, uma rua com o sintomático nome de *“Rua do Juiz de Direito”* mostrava que o povo da cidade sabia com clareza onde terminava o seu poder e onde começava o de Sua Majestade Imperial. Bastava atravessar a rua para sairmos, por assim dizer, das altas aspirações da Corte e conhecermos o cotidiano da política local.

Como toda vizinhança, essa convivência nem sempre foi um mar de rosas, mas estendeu-se por todo o Império. O processo de construção de um Estado Nacional centralizado, sob o controle de uma Monarquia como a brasileira, não foi simples nem isento de conflitos e contradições.

As tensões entre poderes locais e Corte foram uma constante em todo o Primeiro Reinado e a construção de uma burocracia imperial, como tão bem descreveram Carvalho (1996) e Faoro (1958), foi apenas parte da solução. Administrar um país de dimensões continentais como o Brasil sempre exigiu muita habilidade política. Se a burocracia e as complexas redes de relações políticas foram o amálgama que manteve de pé o Estado imperial, a escravidão, por sua vez, era a base econômica que sustentou o país por quase todo o século XIX. Na esfera política, a dualidade pode ser

identificada, grosso modo, entre o “local” e o “central”, e o Estado Imperial organizou-se em torno desta dualidade. Já com a escravidão, sempre houve a preocupação de estabelecer garantias legais que preservassem a prerrogativa do “privado” sobre o público.

A Justiça, a Guarda Nacional e a Igreja Católica foram, por assim dizer, o tripé sobre o qual a administração imperial se fez presente em todo o território brasileiro. Tomar decisões na Corte era uma condição necessária, mas não suficiente para que o poder central tivesse alguma legitimidade. Um exemplo pode ilustrar como a Corte viabilizou este projeto de centralização, valendo-se de instituições que já existiam. Trata-se da criação dos Registros Paroquiais de Terras (Motta e Guimarães, 2011).

Quando a Lei de Terras foi promulgada em 1850, o Império deu uma solução para os proprietários de escravos, mas criou um problema para ele mesmo. Como já assinalou Martins (2010), a Lei de Terras permitiu dar uma sobrevida ao cativeiro. Transformando a terra em propriedade privada, estabelecia-se o acesso privilegiado a esse recurso, em um contexto em que o braço escravo, com o fim do tráfico atlântico, ficava mais caro e escasso.

De inspiração liberal, a Lei de Terras é uma daquelas medidas tipicamente nacionais que acreditam que soluções para problemas sociais podem surgir da simples promulgação de uma lei. No caso, a partir daquela data, a terra era propriedade, podendo ser comprada e vendida livremente. Na prática, significava criar, por decreto, um mercado fundiário. Não se levou em consideração quanto tempo seria necessário para que antigas práticas desaparecessem. Além disso, havia o problema não menos importante de separar as terras devolutas daquelas que tivessem um dono.

No contexto do projeto imperial, a solução foi a seguinte: cada paróquia poderia cadastrar as terras ocupadas que os paroquianos, esperava-se, iriam declarar diante do altar. Afinal, mentir dentro da Igreja em um país em que a Constituição declarava que

a religião oficial era o Catolicismo era falta grave ao Imperador e ao Padre Eterno, nessa ordem. A criação do Registro Paroquial de Terras, que vigorou entre 1850 e 1854, mostra muito bem como o Estado Imperial aproveitou-se de instituições já existentes para exercer sua autoridade em âmbito nacional. A estrutura administrativa da Igreja Católica possuía uma capilaridade que o próprio Estado Imperial não tinha (Carvalho, 1996).

Dona Maria da Conceição Ferreira, mulher temente a Deus, fez o que a lei e a consciência lhe mandavam. Foi à paróquia de Nossa Senhora da Assunção, em Cabo Frio, declarar que tinha umas terras para os lados do Peró, no caminho da Armação (dos Búzios). Declarou a metragem, que na época se contava em braças, onde se localizava o terreno, bem como os limites de suas terras com a de seus vizinhos. O problema era estimar onde cada uma dessas propriedades se localizava, tomando como base um tipo de informação que não fornecia mais do que indicações genéricas como “as terras da senhora dão de fundos para o mar grosso”. Quando o proprietário não sabia escrever, assinalava-se que aquela assinatura fora feita “a rogo”, ou seja, ela pediu para que alguém assinasse. Foi o que fez Dona Maria. Esses registros paroquiais de terras não tiveram vida longa – três anos, se tanto –, mas dão uma ideia de como o território era ocupado, para além dos limites urbanos.

Jeronimo Barbosa Ferreira e Dona Maria da Conceição Ferreira assim fizeram em 1854. O padre anotou em um livro, o Registro Paroquial de Terras, que eles eram possuidores de uma data de terras de 550 braças de testada e 900 braças de fundo no Peró. Faça as contas: dão quase 250.000 metros quadrados. A frente do terreno dava para a estrada que levava à Armação, os fundos só terminavam no “mar grosso”. Como vizinhos, as terras do mosteiro de São Bento e de um certo Francisco da Cunha Lopes.

Outra fonte de informação para inferirmos a relação município e Poder Central são as atas da Câmara Municipal. Destituídas

de maior autonomia, as Câmaras estavam subordinadas às duas instâncias de poder, ao Presidente da Província e ao Império. As atas da Câmara mostram um padrão que não era muito diferente dos demais Conselhos Municipais do Rio de Janeiro. As sessões, muitas vezes, tinham como objetivo mais imediato deliberar sobre consultas ou demandas feitas pelos poderes centrais. Assim, para a elaboração de mapas demonstrativos de população, da administração da Justiça, obras públicas, entre outros assuntos, a Câmara de Cabo Frio, a exemplo de todas as demais Câmaras da Província, organizava comissões destinadas a atender a estes pedidos (*Atas da Câmara Municipal, 1830-1850*).

O que salta aos olhos ao consultarmos essa documentação é a enorme perda de autonomia destas Câmaras em relação aos poderes centrais. Ao contrário do período colonial, como fora assinalado mais acima, as Câmaras Municipais não são mais do que repartições de uma cadeia de comando que governa tudo de muito longe. Não surpreende o fato de que estas Câmaras tenham de consultar o governo provincial e mesmo o Império para resolver os problemas mais cotidianos. Onde construir o novo cemitério? Consultemos o Presidente da Província, respondem os membros da Câmara. E a escola, onde ficará? Os escravos devem andar armados pela cidade? (*Atas da Câmara Municipal, 1830-1850*).

Estas e outras perguntas eram encaminhadas diligentemente à Secretaria da Presidência da Província para serem apreciadas e respondidas. Enquanto isso, os mortos poderiam esperar, as crianças não teriam escolas e os habitantes teriam de conviver com o risco de algum levante de escravos armados acontecer. Na prática, os membros da Câmara pouco deliberavam, mas obedeciam.

Havia espaço para o mandonismo local? Sim e ele não era pequeno. Se nas sessões da Câmara a elite da localidade era pouco mais do que um grupo de servidores públicos, nos negócios da cidade, da ordem pública à saúde, passavam pelo crivo deste grupo.

Ocorre que os espaços, onde este poder era exercido, estavam, por assim dizer, “fora” do prédio da Câmara. Fazer parte de uma Irmandade como a Santa Casa de Misericórdia era sinal de grande distinção. Ser Provedor da mesma era, para todos os efeitos, tão importante quanto ser Juiz.

O que significava ser um “Provedor” de uma instituição como a Santa Casa de Misericórdia? Um dos primeiros estudos sobre a importância das Santas Casas na América portuguesa foi feito por Russell-Wood (1981). Seu estudo, “Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia 1550-1750”, mostra como os seus membros organizaram-se como um poderoso grupo de interesse composto pela elite mercantil local – a mesma que ocupava também as câmaras municipais.

A perda substancial de poder das câmaras municipais, com o advento da Independência e do Império, transformou estas instituições locais em centros de influência onde as elites locais poderiam manter seu poder político e econômico. As santas casas tradicionalmente eram lugares aos quais essa elite regularmente recorria quando buscava crédito, agindo assim como uma instituição bancária. Ao longo do período imperial, em quase todas as cidades da província fluminense, os membros mais importantes da elite agroexportadora ocuparam as cadeiras de provedores desta instituição.

De uma maneira geral, as irmandades eram agremiações onde a “política” era mais discutida do que em partidos como o Liberal ou o Conservador. Na prática, estas divisões funcionavam nos quadros da política nacional, mas, a nível local, pouco ou nenhum efeito tinham. Coisa bem diferente era quando se fazia parte de uma irmandade. Ali não estavam apenas as pessoas “distintas” do local, havia também os contatos indispensáveis para resolver algum problema, o crédito em uma época em que os bancos não eram comuns ou confiáveis (Boschi, 1986).

Havia, enfim, aquilo que Faoro (1958) descreveu em seu “Os Donos do Poder”, o mundo das relações. Sem relações não se ia muito longe nem na Corte nem em um lugarejo como Cabo Frio. Estas relações, por assim dizer, eram um “capital social” tão importante quanto aquela riqueza contabilizada em terras ou escravos (Russell-Wood, 1981).

Nesse mundo da elite local, onde todos se conheciam e se ajudavam, um aspecto era de grande importância para a manutenção do *status quo* desse grupo: a Caridade. Por “Caridade” entenda-se a capacidade deste grupo mobilizar recursos materiais e simbólicos para assistir os mais necessitados. Pode-se mesmo dizer que, em um contexto onde não havia aquilo que hoje conhecemos como “políticas sociais”, corporações, irmãndades preenchiam este espaço.

Mandar construir uma casa para abrigar os doentes de uma epidemia – como foi o caso da construção do “Charitas” –, prover alguma viúva ou órfão e custear os gastos de uma procissão não podem ser entendidos como “despesas”. Tratava-se antes de gastos que contribuíam para o aumento do capital simbólico de quem doou. Era esta lógica do “Dom”, modelo criado por Marcel Mauss (2008), que governava também os gastos com obras públicas.

De fato, como assinalado anteriormente, as finanças municipais eram escassas, posto que a parte do leão da arrecadação dos impostos ficava com a Província e com o Império. Assim, construir uma estrada, levantar uma ponte, desassorear um canal ou mesmo calçar uma rua, dependia basicamente do interesse dos cidadãos mais ricos. Estabelecia-se então uma troca que acreditamos ser o núcleo de uma gramática política que foi objeto de inúmeros estudos. A lógica do favor, da troca de interesses entre a Câmara Municipal e os cidadãos mais influentes, transformou-se com o advento da República no “Coronelismo” – objeto de estudos tão brilhantes como o de Leal (1975).

Tornou-se senso comum identificar a origem deste coronelismo a partir da prerrogativa que os poderes locais tiveram no Império de garantir a Ordem Pública a partir da criação de milícias locais. A Guarda Nacional (1831), uma organização que o Visconde do Uruguai criou à imagem e semelhança de sua homônima francesa, seria a origem da figura do “Coronel”. Mas esse “Coronel” era mais do que um potentado local cercado de cangas armados. O poder político, o “mando” desta personagem, era oriundo não apenas do monopólio da força, mas da capacidade de prover a localidade com bens e recursos que o Poder Público não oferecia.

Assim, se quisermos identificar como o poder político era exercido em uma cidadezinha como Cabo Frio, as atas da Câmara nos dão apenas uma pequena parte deste quadro. Se algum pesquisador se limitasse a consultar somente esta documentação ficaria com a impressão de que na Cabo Frio do século XIX ou em qualquer outra cidade do Império os “Coronéis” haviam desaparecido. Não, eles não desapareceram, eles exerciam o seu poder em outros espaços. Com um pouco de boa vontade, podemos encontrar alguns destes provedores em um batizado ou casamento.

***O Que Há Em Um Nome?  
Padrões de Socialização na Província  
do Rio de Janeiro, Analisando os  
Registros Paroquiais***

Corria o ano de 1882 e José Francisco Marques era vigário na paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio. Ele já fazia isso há mais de vinte anos. Batizava os pagões, casava os noivos, encorrendava os moribundos. Rotina. No começo do mês, arrumava um tempo para acertar os registros que precisavam ser passados

para os seus livros. Não morria de amores por aquilo, mas não se descuidava da tarefa (*Livros Registro de Casamentos, 1870-1930*).

Com um caderno de um lado e o livro de assentos de outro, ia fazendo, do seu jeito, a sua “estatística”. Chegara a pensar, algumas vezes, se aquela tarefa de guarda-livros lhe permitiria conhecer seus paroquianos tão bem quanto as confissões que faziam, no silêncio da igreja. “Zé, você acha que tudo o que esse povo fala pra gente é verdade? Você acha que eles não escondem nada?”, perguntou, tempos atrás, um vigário colega seu que passara uns tempos na paróquia. José acreditava no poder da confissão. Cristo estava ali, de braços abertos, para aceitar e remir os nossos pecados.

Mas, por via das dúvidas, não tirava a razão do amigo. O que uma confissão não pegasse, o exame cuidadoso daqueles livros revelaria. Começou pelos casamentos: contou as núpcias dos livres e depois dos escravos. Anotava os resultados, mês a mês, no caderno. Os livres apareciam mais do que os cativos. A paróquia era grande, o povo morava “espalhado” um do outro. Era difícil para um “preto” ter família debaixo do mesmo teto de um senhor.

Por curiosidade, sua atenção se fixou nos dias e nos meses daqueles casamentos. Quase nenhum caiu na sexta feira. Era mau agouro para o casal, dizia o povo. Também não se casava na época da Quaresma e nem no “Advento”, as três semanas que antecediam o Natal. O dia preferido era o Domingo, seguido pelo Sábado. Aos domingos, a cidade se enchia de gente. Negócios eram feitos, a Câmara fazia lá a sua política e o povo formava novas famílias.

Setembro, em geral, era o preferido para os livres. Maio, quando dava, era a preferência dos cativos. O ritmo da vida era dado pelo tempo da terra, da roça e do mar e da pesca. Casar era algo que se arranjava em meio à lida do trabalho. Era a rotina (*Livros Registro de Casamentos, 1870-1930*).

Os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito são fontes já consagradas na história social. Eles permitem identificar

padrões de formação de famílias – por meio dos casamentos –, as redes de compadrio e sociabilidade – quando prestamos atenção naqueles que participaram das cerimônias como padrinhos –, e permitem mesmo inferir algumas conclusões sobre o letramento de uma comunidade – a partir da análise das assinaturas.<sup>41</sup>

Uma vasta literatura explorando este tipo de fonte permitiu o desenvolvimento da Demografia Histórica no Brasil. Iniciada a partir da obra pioneira de Louis Henry e difundida no Brasil a partir da década de 70 com as pesquisas Maria Luísa Marcílio, estes trabalhos contribuíram para redefinir nosso conhecimento sobre a formação social brasileira na Colônia e no Império.

A família patriarcal brasileira, tal como descrita por Gilberto Freyre (1957) em “Casa Grande e Senzala”, não foi a regra em muitas regiões do Brasil. A ilegitimidade dos filhos foi estudada por Marcílio (2004) e comprovou empiricamente que a infância significava, antes de tudo, uma entrada no mundo do trabalho, segundo Nadalin (2004).

Inúmeras monografias foram feitas analisando comunidades de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, entre outras províncias. A região da Província do Rio de Janeiro, onde se localizava Cabo Frio, possui um acervo considerável de registros paroquiais que permite algumas inferências.

Como se sabe, os registros paroquiais eram uma praxe adotada pela Igreja Católica desde o Concílio Tridentino (1545-63). No entanto, a disponibilidade desses registros no Brasil é bastante irregular. Existem paróquias que possuem séries quase completas, em outras os livros perderam-se com o tempo.

Começamos a explorar estes registros paroquiais em Cabo Frio a partir do marco temporal de 1870. O objetivo era identificar como uma localidade como a pequena Cabo Frio passou pelo

<sup>41</sup> Para uma ampla revisão da Demografia Histórica no Brasil, ver Nadalin (2004).

processo de transição da escravidão para o trabalho livre em um momento que se situava “às vésperas da Abolição”. A inspiração para começarmos essa pesquisa partiu do trabalho de Marcílio (2004), “Caiçara Terra e População” – um estudo monográfico sobre a comunidade de pescadores de Ubatuba-SP.

Desejávamos saber em que medida os padrões de sociabilidade, mortalidade e natalidade, entre outros, poderiam ser comparados com um contexto histórico cultural que acreditávamos guardar grande semelhança com a comunidade estudada por Marcílio.

À medida que a pesquisa prosseguia, fomos nos apercebendo de diferenças importantes que não poderiam ser relegadas a um segundo plano. A primeira delas é que diferentemente de Ubatuba, a presença da escravidão era muito mais intensa em Cabo Frio, fornecia um outro elemento para a composição deste quadro social. A cidade, a partir de 1860, passou a ter duas freguesias: Nossa Senhora da Assunção e São Pedro da Aldeia. São Pedro da Aldeia era a região onde a produção agrícola era mais intensa e, por isso, havia o uso maior da mão de obra escrava.

Nos registros paroquiais de casamento, percebemos uma forte estratificação determinada pela cor e classe social. A Cabo Frio que aparece nestes registros é uma sociedade onde “Brancos”, “Pretos” e “Pardos” estão nitidamente separados em grupos bem distintos. A mobilidade no sentido de “casamentos mistos” é praticamente inexistente (*Livros Registro de Casamentos, 1870-1930*).

Como nesse período não encontramos livros de registros específicos para os escravos, concluímos, ao menos por enquanto, que os casamentos de escravos, quando registrados, foram feitos no mesmo livro dos casais livres.

A julgar pelos registros de casamento, Cabo Frio era uma sociedade de “lavradores”, ou seja, agricultores com pequenas propriedades que moravam dispersos pela extensão territorial do município. A “cidade” era o lugar da “política”, do “comércio” e

de cerimônias como um casamento. O trabalho ficava mesmo nos sertões.

Em Ubatuba, Marcílio (2004) identificou no “caiçara” a figura do camponês e pescador pobre. Em uma cidade como Cabo Frio, a presença mais intensa da escravidão indica que a agricultura tanto em grande ou pequena escala, fizeram com que a figura do camponês tivesse mais destaque do que a do pescador. A partir de 1860, Cabo Frio passou a ter duas freguesias Nossa Senhora da Assunção e São Pedro da Aldeia. São Pedro da Aldeia concentrava a produção em grande escala de café e cana-de açúcar, justificando assim um maior uso da mão de obra escrava.

Entre 1850 e 1890, a agricultura de exportação criou a possibilidade de formação de uma diversidade de culturas voltadas para o abastecimento. No entanto, a cana de açúcar e o café predominavam na pauta de exportações do município nessa época.

A pesca não era, ao nosso ver, pelo menos naquele momento, a atividade principal desta população. A “lida” na roça era o eixo da vida desse homem comum. A pesca era uma atividade complementar, governada pela sazonalidade da lavoura e da melhor época para pescar (Marcílio, 2004).

Outra possibilidade de exploração dos registros paroquiais é a compreensão dos mecanismos de transmissão de bens simbólicos por meio da atribuição de prenomes. Atribuir um nome a alguém não representa somente a materialização de vínculos de parentesco e alianças familiares. Isso pode ser constatado pelos sobrenomes que as pessoas carregam. Os nomes são os primeiros bens que os indivíduos recebem e a sua atribuição pode ser entendida como um indicador de como determinados bens simbólicos são consumidos.

Nesse caso, a análise destes registros não se presta somente como fonte de dados mais consagrados à demografia, como nupcialidade, fertilidade ou mortalidade. De certa maneira, o registro

pode ser interpretado também como um pequeno instantâneo feito sobre a vida cotidiana de uma comunidade. Ali é possível inferir sobre o grau de letramento da população, a partir do exame das assinaturas, o tipo de redes de sociabilidade estabelecidas entre a família e os demais membros do grupo, explícitos nas relações de compadrio e o grau de mobilidade social intra e intergeracional, quando analisamos mais detidamente as atribuições de cor dadas aos atores que estão presentes nos assentos paroquiais.

Tomemos um caso como exemplo. Em dezembro de 1872, o pároco de N. S. da Assunção, José Francisco Marques, “batizou e pôs os santos óleos” na pequena Julia. Batizada como “parda” sem a presença do pai, sendo por isso filha “natural”. Nas relações de compadrio, um vizinho viúvo e a proteção de Nossa Senhora (*Livros Registro de Casamentos, 1870-1930*).

Atribuir um nome pressupõe a existência de um “estoque” de nomes compartilhados pela comunidade. Essa atribuição pressupõe sempre uma escolha, restrita em determinados contextos sociais, mas ainda assim uma escolha. Ocorre que esta “escolha” é dependente de uma série de condicionantes sociais.

Em outras palavras, o nome enquanto atribuição de um bem simbólico é um indicador do “gosto”, tal como fora definido e estudado profundamente por Pierre Bourdieu (2007). Da mesma maneira, se esta “escolha” for feita a partir de um nome que não faz parte deste “estoque” é indicativo de que outros elementos sociais e culturais foram levados em consideração nessa escolha.

Assim, enquanto bem simbólico, os nomes contidos nos registros paroquiais são indicadores não somente de como uma comunidade consome um determinado bem simbólico, mas também que mudanças ocorreram neste grupo para que outros nomes se integrassem a este estoque original.

Se considerarmos os dados deste Censo como uma “fotografia” dessa sociedade no passado, podemos tirar algumas conclusões: a

“lida na roça”, traduzida no número de “Lavradores” existentes na população local nessa época, ainda era o serviço para a maioria dos homens, casados solteiros e viúvos.

Os escravos eram em maior número na roça, ganhavam com folga na categoria “Sem Profissão”. Isso significa que poderiam trabalhar tanto no campo quanto na “cidade”. O número de escravos aumentava ainda mais quando estes entravam na categoria de “Serviço Doméstico e Criados”. Essa última classificação era ampla e ambígua o suficiente para englobar toda sorte de trabalho prestado pelo escravo, fosse ele realizado no campo ou na roça.

Na categoria “pretos”, concentravam-se o grosso dos escravos. Mas, quando vinha liberdade, a maioria “passa” para um andar mais acima, o dos “pardos”. Se tudo desse certo, a geração seguinte bem poderia figurar como “branca”. A “cor” marcava assim “onde” você estava nessa sociedade.<sup>42</sup>

A maior parte da população listada pelo Censo de 1872 declarou-se “solteira”, com uma diferença para mais no caso das mulheres. Muitos tinham uniões consensuais, viviam juntos, às vezes pela vida toda. Não era difícil o casal oficializar a união quando um deles já estivesse no leito de morte.

### **Concluindo (?)...**

Martins Penna, em uma de suas peças mais famosas, “O Juiz de Paz na Roça”, descreveu o cotidiano de uma cidade interiorana no Brasil do século XIX. Naquele mundo fechado, as relações pessoais eram tão ou mais importantes do que o dinheiro que se carregava no bolso. Para aqueles que acumularam algum capital,

<sup>42</sup> Para uma discussão sobre a questão da “Cor” como um indicador de status social, ver como Souza (1986) e Mattos (1998) analisaram esta questão para Campos dos Goitacazes, RJ.

mas não tinham “berço”, não havia outra forma de entrar nesse mundo fechado senão integrando-se nas redes de sociabilidade existentes. Na prática, isso começava com o casamento. Para um imigrante vindo de uma terra longínqua como Portugal ou mesmo do Rio de Janeiro, “tomar prumo na vida” era tomar alguma das filhas da terra em casamento.

A vida era governada pelo triângulo do trabalho, seja no mar ou na roça, da família e das relações sociais. Esses eram os três elementos que norteavam a vida de livres e escravos, pretos, brancos ou pardos, ricos e pobres. Esse mundo tinha um cenário onde todo esse drama se desenrolava, e ele se chamava Escravidão.

Quando o funcionário do Império do Brasil chegou naquela pequena cidade à beira mar, muita coisa já havia acontecido no Brasil do século XIX. A Lei do Ventre Livre (1871) marcava o fim lento, mas inexorável do trabalho escravo, a Guerra do Paraguai fora vencida, mas à custa da credibilidade do Império, que já desmoronava.

A visão geral destas vidas e destas histórias, aquilo que realmente pode dar sentido ao termo “História Social”, foi contada primordialmente por uma sucessão de memorialistas. Tomemos como exemplo as obras de Hilton Massa (1980, 1988 e 1996) “Cabo Frio Histórico Político”, “O negro na história de Cabo Frio” e “Cabo Frio Nossa Terra, Nossa Gente”.

Em ambas, o que percebemos é uma alusão à escravidão, mas não a percepção de que ela era o eixo da vida econômica da região. Ao mesmo tempo, temos a impressão de que a atividade extractiva salineira sempre foi importante na região, algo que não condiz com o que mostram as fontes.

Usando uma linguagem mais figurada, temos até dificuldade de imaginar uma paisagem a que nos acostumamos a conceber como dominada por extensas salinas, ter sido ocupada por extensos cafezais. Quanto mais mergulhamos nessas fontes, mais forte

é a constatação de que a atividade salineira ocupou um espaço deixado pela decadência de uma agricultura de exportação, onde o café e a cana eram importantes, e principalmente pelo fim da escravidão. A memória do Sal transformou-se, assim, em “História”.

Nessa narrativa, o “Povo” da cidade pouco aparece ou quando o faz, é na condição de coadjuvante. Eric Hobsbawm (2013) certa vez escreveu que a História Social padece da deficiência crônica de “dar voz” àqueles que geralmente só aparecem esporadicamente. É no corriqueiro registro de um casamento, na cessão de um pedaço de terra, no número burocrático de um recenseador que essa gente aparece. Prefaciando um livro ao mesmo tempo pequeno, mas brilhante, Jacques Revel escreveu que Giovanni Levi (2000) comparava o trabalho do historiador ao de uma telegrafista. Trancada em uma sala, ela construía a realidade a partir de cacos de informação. Cremos ser bem por aí mesmo.

O objetivo desta pesquisa, que não tem data para acabar, bem como do texto acima, que apresenta as primeiras conclusões deste trabalho, foi e continua sendo utilizar estes mesmos documentos e tentar, pelo cruzamento de informações, pintar um quadro desta cidade. Por isso, essas últimas palavras não são necessariamente uma “Conclusão”, mas antes de tudo uma tentativa de lembrar onde chegamos e para onde estamos indo.

# ***Política, economia e associações profissionais e culturais em Cabo Frio entre a República Velha e o Estado Novo: rupturas e continuidades***

JOSÉ FRANCISCO DE MOURA

**E**ntre as décadas de 1920 e 1940, Cabo Frio não era ainda um polo turístico. Embora recebesse ocasionalmente grupos excursionistas, não havia ainda no país uma cultura que valorizasse o potencial do turismo como gerador de empregos e recursos, o que só iria se desenvolver a partir da década de 1950.<sup>43</sup> Assim, Cabo Frio viveu praticamente toda a primeira metade do século xx em torno do sal e da pesca, atividades que ocupavam grande parte da população. Ambas eram atividades ligadas ao mar, diferentemente do século xix, período em que a cidade, pela fartura da mão de obra escrava, foi mais ligada às atividades da lavoura.<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> O melhor trabalho que conheço sobre o estabelecimento de Cabo Frio como um polo turístico é a dissertação de Christóvão (2011).

<sup>44</sup> Um exemplo vem do ano de 1844, quando vários vapores foram para o Rio de Janeiro vindos de Cabo Frio com toneladas de milho, açúcar, feijão, café e farinha. Ver O Mercantil. Belo Horizonte, 1844, Ed: 0002, p. 4.

No plano político, a passagem da década de 1920 para as décadas de 1930 e 1940 foi marcada no cenário nacional pela derrubada da chamada República Velha e consequente ascendência de Getúlio Vargas à presidência, o que levou a uma mudança na balança do poder, com a substituição, não automática e não imediata, das tradicionais forças políticas ligadas ao setor agroexportador cafeeiro e pecuarista por novos setores urbanos ligados a outras atividades econômicas.

Mas a derrubada do regime oligárquico vigente trouxe, a princípio, poucas mudanças políticas nos níveis conjunturais e lentas alterações nos níveis estruturais no que se refere a Cabo Frio. Com a Revolução de 1930, a cidade se viu envolvida em uma crise política rápida, que ocasionou o afastamento de alguns quadros que orbitavam as esferas do poder municipal, mas nada que afetasse mais radicalmente a vida da cidade e de suas famílias mais proeminentes.

Getúlio Vargas tinha recebido uma votação muito pequena na cidade. Dos 1390 eleitores aptos a votar, 798 foram às urnas. Júlio Prestes teve 685 votos, contra 113 dados a Getúlio (Massa, 1980, p. 23). Mas logo após a notícia de sua tomada do poder, centenas de simpatizantes tomaram as ruas. Eram, provavelmente, trabalhadores que não tinham acesso ao voto, mas que se opunham à política tradicional conduzida até então.

Por conta disso, houve tensão e ameaças nas ruas. Algumas lideranças políticas que possuíam jornais tiveram que deixar a cidade, como ocorreu com José da Silva Massa, dono do jornal *A Columna*, que apoiou Júlio Prestes, e Pedro Guedes Alcoforado, dono do jornal *O Arauto*, que tinha apoiado Vargas. O primeiro foi para Barra do Piraí e o último para Niterói. A derrubada do governo de Washington Luís acirrou antigas manifestações de ódio e rivalidades que se manifestaram na cidade por um ou dois anos e que atingiram, além dos citados, o ex-prefeito e médico Dr. Augusto Tinoco, que foi embora para Niterói.

Na verdade, os dois grupos políticos principais de Cabo Frio dividiam o poder da cidade desde o início da República, intitulados inicialmente de Liras e Jagunços. Inicialmente, reuniam-se em torno de duas bandas: a *Lira Luso Brasileira* e a *Sociedade Euterpe Cabofriense*. As brigas, que eram comuns quando as bandas e, por conseguinte, as duas facções políticas se encontravam, tinham chegado a um nível nunca visto quando, no dia 01 de janeiro de 1907, a cidade foi sacudida por uma luta que terminou na morte de um membro dos Jagunços (*Euterpe*) e no incêndio da sede da Lira.

Nos anos posteriores, as duas bandas encerraram suas atividades e uma série de medidas foram tomadas para acalmar os ânimos. Entre as medidas estavam o estímulo à mistura, por vias de matrimônio, das famílias ligadas aos dois grupos rivais, e a criação de uma nova banda que misturasse os dois grupos: o Grupo Musical União.<sup>45</sup> Apesar dessas medidas, as rivalidades não cessaram totalmente, embora jamais tivessem voltado a ocasionar os lamentáveis incidentes de 1907.

Na década de 1920, os dois grupos políticos principais eram liderados pelo Coronel Domingos Gouveia (Jagunço), por um lado, e pelo Coronel Mário de Azevedo Quintanilha (Lira), por outro. Essas duas facções eram, por sua vez, em um efeito cascata, ligadas às duas facções rivais que disputavam o poder do Estado do Rio, do Partido Republicano Fluminense, e às duas facções que se revezavam no poder no plano federal.

Esta relação de dependência política mútua entre o poder local e os poderes estadual e federal era uma das marcas da *política do Café com Leite* que imperava Brasil afora. Os dois principais grupos políticos, o Partido Republicano Paulista e o Partido Repu-

<sup>45</sup> A primeira menção ao Grupo Musical União é de 1911. Ver jornal *A Imprensa*, Rio de Janeiro, “Realizam-se em Cabo Frio exequias em alma do Dr. Davi Campista”, 21 de outubro de 1911 p. 3.

blicano Mineiro, alternavam-se no poder conforme a conjuntura, mas dividiam entre si as benesses e os cargos em um regime político excludente que submetia grande parte da população às relações de dependência clientelistas.

Na República Velha, calcula-se que o número de eleitores não chegasse a 10% do total da população. Apenas homens, alfabetizados e maiores de 21 anos podiam votar. O voto era aberto e havia, por isso mesmo, forte sentimento de insatisfação com o sistema eleitoral. As denúncias de corrupção eram constantes e espalhadas por todo o país. Havia um clamor por mudanças no sistema de votação.<sup>46</sup> Em Cabo Frio, onde o analfabetismo era muito grande, não havia ainda se disseminado a ideia da importância da educação para todos. Os gastos municipais de Cabo Frio com a educação não chegavam a 3% da arrecadação anual.<sup>47</sup> O número pequeno de eleitores era sinal de que o espaço público estava sempre restrito a poucos líderes locais.

Os movimentos tenentistas que surgiram eram reflexo da indignação de muitos com este mundo de ínfima participação política. A Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922; a Revolução Paulista e a Conspiração Protógenes, em 1924; a Comuna de Manaus e a Coluna Prestes sinalizavam que o sistema republicano, tal como estava, não duraria muito. Embora não tenha produzido resultados imediatos na estrutura política do país, já que nenhuma das mencionadas tentativas teve sucesso, o Tenentismo conseguiu manter viva a insatisfação com a *República do Café com Leite* até que a emergência de novos setores organizados e a fissura nas hostes oligárquicas mineiras se prestassem a derrubá-la.

<sup>46</sup> Sigo a visão de “República Velha”, Leal (1975).

<sup>47</sup> Em 1932, de uma arrecadação de 139.322\$800 réis, apenas 6:000\$000 réis foram gastos com a educação e 4:500\$000 réis foram gastos com a saúde. Ver *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro*, 1934.

Em Cabo Frio, a década de 1920, epílogo deste período, tinha começado de forma avassaladora. A epidemia de varíola atingiu a cidade, apesar da extensa campanha de vacinação. Entre janeiro e agosto de 1920, cerca de 8 mil pessoas<sup>48</sup> foram vacinadas, mas ainda assim 106 casos foram registrados, com 6 óbitos (Massa, 1980, p. 140).

A partir de 1922, os municípios passaram a eleger seus prefeitos. O primeiro prefeito de Cabo Frio foi eleito por uma quantidade ínfima de votos, o que mostra o tamanho da exclusão política da cidade na época da República Velha. De uma população calculada em cerca de 12 mil habitantes, apenas 986 escolheram o primeiro prefeito. Francisco Vasconcelos Costa venceu Aspino Rocha por apertados 495 x 491, o que também reflete a acirrada luta política entre as duas principais facções (Massa, 1980). Francisco Vasconcelos era ligado a Mário Quintanilha, e Aspino Rocha a Domingos Gouveia.

O consumo de sal, que aumentou logo após o fim da 1<sup>a</sup> Guerra Mundial (1914-1918), com o incremento da demanda mundial, caiu na década de 1920. Para piorar a situação, no início desta década, a cidade perdeu a ponte do Itajurú, que tinha caído em 1920. Construída em 1898, a antiga ponte de ferro, afetada pela ferrugem provocada pela famosa maresia que afeta a região, precisava de reformas. Mas erros em seu conserto levaram a seu desabamento com óbitos.

Em 1923, o jornal *O Industrial* traçou um quadro tenebroso da pobreza vista na cidade:

Cabo Frio é, hoje em dia, um verdadeiro cemitério, uma cidade morta, onde a população faminta vaguêa sem ter em que empregar o tempo, olhando apavorada para o futuro que se lhe afigura tenebroso, luctuoso e triste.<sup>49</sup>

<sup>48</sup> Segundo o Censo de 1920, Cabo Frio tinha 16.875 habitantes quando a vacinação foi realizada (IBGE 1930, p. 851).

<sup>49</sup> Jornal *O Industrial*, Cabo Frio, 23 de setembro de 1923, p. 1.

Ainda em 1923, não havia um único hospital na cidade, fato que gerou até mesmo uma marcha carnavalesca. O primeiro hospital, Santa Isabel, que existe até hoje, surge apenas em 1926, sendo mais uma iniciativa religiosa e privada que fruto de uma política de investimento público em saúde.

Os investimentos públicos na cidade eram em geral oriundos de recursos do Estado, como a construção do Grupo Escolar Francisco Sá, localizado onde atualmente está o colégio estadual Ismar Gomes; a instalação da cadeia pública, localizada onde hoje temos o prédio dos bombeiros, ambos inaugurados no mesmo dia; e a construção da segunda ponte. Os gastos municipais giravam em torno de pequenos reparos e pequenas obras.

O sal era o principal produto da economia local. Apesar das constantes reclamações dos salineiros, o número de salinas na cidade aumentou de 6, em 1903, para 42, em 1930, o que prova o vigor do empreendimento. A área total abrangida pelas salinas em 1929 era de 3.911 hectares. A produção total em 1929 chegava a 1 milhão e 386 mil sacas de 70 quilos cada.<sup>50</sup> Ocorre que a partir de 1933, embora a produção aumentasse, o preço do sal caiu 50% no mercado, o que fez os lucros diminuírem.<sup>51</sup>

A insatisfação pela demora da reconstrução da ponte, que tinha que ser feita com recursos estaduais devido à insuficiência de recursos municipais, redundou numa crise que depôs o prefeito Anastácio Novelino em 1926. Eleito, em 1924, com apenas pouco mais de 600 votos, Novelino criticou o presidente do Estado, Feliciano Sodré, pela demora em reconstruir a nova ponte, conforme prometido anos antes. A ponte foi finalizada em 1926, mas os adeptos de Sodré não esqueceram as críticas e derrubaram Novelino através de um golpe parlamentar dado pela Assembleia do Rio de Janeiro. O poder foi transferindo para Francisco Massa, então presidente da Câmara.

<sup>50</sup> Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros, 1930, p. 193.

<sup>51</sup> Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro: 1934, p. 219.

A deposição de Novelino causou uma fissura na classe política local. O jornal *O Industrial*, nesta época de propriedade de sua família, serviu de órgão oficial da indignação contra o ocorrido. Novelino era de uma família tradicional do bairro da Passagem e viria mais tarde se tornar um aliancista, chegando mesmo a voltar à prefeitura por via de nomeação<sup>52</sup>.

A ausência da ponte não era só um problema político. A falta da construção de certa forma isolava Cabo Frio, apesar da balsa que atravessava o Itajurú. Na época, a única saída da cidade se dava atravessando a ponte, via Porto do Carro, rumo a São Pedro da Aldeia, por uma estrada de terra em forma de trilha para carruagens. Era pela ponte que entravam, por burros, mulas e cavalos, os produtos agrícolas oriundos da zona rural, que abasteciam não só o primeiro distrito de Cabo Frio, como Armação dos Búzios e Arraial do Cabo, então outros dois dos quatro distritos da cidade.

Prevendo que a reconstrução da ponte criaria uma nova fase para a cidade, surge, em 1925, a primeira agência de carros, a *Empreza de Transportes Norte Fluminense*, sob o controle de José Paes de Abreu, representante da FORD no município. No entanto, as vendas eram lentas, já que o preço do automóvel era alto e o número de pessoas de posses na cidade era muito pequeno (Guimarães, 2015, p. 68-70).<sup>53</sup>

José Paes de Abreu fundou também a primeira companhia de ônibus da cidade, que inicialmente fazia um trajeto circular entre o bairro de Itajurú e a Praia da Barra (Forte) e depois passou

<sup>52</sup> A volta de Anastácio Novelino à prefeitura ocorreu em 1935. Ele agradeceu sua volta à prefeitura a São Benedito na igreja do bairro da Passagem, quando foi recebido com pétalas de rosas. Ver depoimento de Adelir Novelino Marques (Damaceno, 2015, p. 15).

<sup>53</sup> De agosto de 1925 a dezembro de 1926, a agência de Paes de Abreu vendeu 19 carros, dos quais 10 deles foram para pessoas de Cabo Frio.

a fazer a primeira linha entre Cabo Frio e a Fazenda Campos Novos, em 1933.

Porto do Carro aproveitou-se desta localização estratégica e se desenvolveu lentamente naquela década. O bairro passou a ter um relativo comércio local, salinas, fábrica de cerâmica e até times de futebol (Alliado F.C. e Villa Fonseca F.C.). Conseguiu fazer até um vereador: Damião Costa. Mais tarde, na década de 1940, Porto do Carro verá surgir um significativo clube esportivo e social, o Estado Novo Futebol Clube, de Nenzinho Carrizo, tetracampeão do futebol amador da cidade e com uma sede social onde se realizavam bailes e eventos.

A partir da década de 1920 e, sobretudo, na década de 1930, surgem várias associações na cidade. A primeira associação comercial nasce no final dos anos 1920, criada por Mário Salles, mas oficialmente foi fundada apenas em 1932, quando recebe o nome de ACIA (Bravo, 2009).

Segundo Ralph Bravo (2009), no início, o principal objetivo da ACIA era reunir os salineiros para saber como enfrentar a organização fazendária rigorosa que o novo governo Vargas tinha criado. Ainda, segundo o autor, apenas lentamente a ACIA foi tomando ciência do seu papel no desenvolvimento da cidade. A ACIA existe até hoje e foi tendo protagonismo cada vez mais destacado, organizando campanhas, patrocinando eventos e feiras e pautando o pequeno e médio empresariado em torno de seus interesses.

Antes da ACIA, os salineiros já tinham resolvido criar a sua organização. Surge, em 1923, o *Centro dos Salineiros Fluminenses*, que foi a “pré-história” do Consórcio de Salineiros que surgiria na década de 1930 e que teria por principal função garantir os preços e eventuais subsídios do governo ao produto, os mercados e uma honesta concorrência com o sal do Rio Grande do Norte.

Na mesma época, ou até mesmo um pouco antes, vão surgir as primeiras associações de trabalhadores na cidade: o Sindicato dos

Estivadores de Cabo Frio (1918) e a Sociedade União dos Trabalhadores Livres (1921), que tinha até sede dançante (Massa, 1980).<sup>54</sup> Nos anos seguintes, aparecem outros sindicatos: o Sindicato dos Trabalhadores em Trapiches, Sindicato dos Arrumadores (1921), Sindicato dos Remadores Lacustres, o Sindicato dos Operários da Construção Civil e o Sindicato dos Remadores Lacustres da Lagoa de Araruama. Nenhum deles recebeu ingerência do comunismo até o final da década de 1940, embora um ou outro trabalhador já mostrasse alguma simpatia pela ideologia.<sup>55</sup>

As primeiras greves ocorreram já na década de 1920. Com o passar do tempo, as demandas entre capital e trabalho passaram a ser resolvidas nos tribunais. No final da década de 1920, o salineiro Damião Costa processou um sindicalista por ofensas, mas perdeu. Na década de 1930, antes mesmo da vigência do Estado Novo, um aumento de salário para os trabalhadores do sal foi concedido por um tribunal.<sup>56</sup>

A Liga Sportiva Cabofriense surge embrionariamente em 1926, e de forma mais oficial em 1929, passando a organizar os torneios e campeonatos de futebol locais, uma das principais diversões da maioria da população pobre. Em 1933, surge a Associação Leste Fluminense de Esportes Atléticos, que tentava unir o futebol da região. Mas é apenas em 1941 que a LCD, Liga Cabo-

<sup>54</sup> A sede da Sociedade União dos Trabalhadores Livres foi comprada em 1926. Era um sobrado na Rua Major Belegard, 43. Ver Jornal *O Industrial*: Cabo Frio, 29 de abril de 1926, p. 1.

<sup>55</sup> O primeiro comunista conhecido e preso em Cabo Frio foi Casimiro Pimenta da Fonseca – “Repressão ao Comunismo no Interior Fluminense”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de março de 1931, p. 5.

<sup>56</sup> Em 1937, antes da implementação do Estado Novo, a justiça do Rio de Janeiro concedeu um aumento de 5% nos salários dos trabalhadores lacustres de Araruama, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio. Ver: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2154858/pg-42-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-05-1937>.

friense de Desportos, surge. A Liga é ainda hoje existente, embora, com a ascensão do futebol profissional, fosse ficando cada vez mais incipiente.

Os filiados a essas Ligas e associações vão variar ao longo das décadas, mas a cidade passou os anos de 1920, 1930 e 1940 em torno da rivalidade entre os dois maiores clube: o Tamoyo, em tese ligado ao povo do Itajurú e aos Jagunços, e o Luzitano, da Passagem, na origem ligado aos Liras. Com o tempo, a junção das famílias e com o aumento da popularidade de ambos os clubes, essa divisão binária se foi, mas ficou uma grande rivalidade.

Em torno dos bailes e eventos dançantes nos dois clubes, organizava-se parte significativa da vida social e cultural da cidade. Em 1925, o Tamoyo e o Luzitano possuíam suas sedes dançantes a menos de cem metros uma da outra. Mais organizado, o Tamoyo, sempre controlado com afinco pela família Azevedo, chegou ao “disparate” de construir um belo estádio na Avenida Nilo Peçanha, com uma arquibancada com um elegante traço arquitetônico e que comportava cerca de 2 mil pessoas, ou quase um quinto da cidade. O clube teve saúde financeira suficiente para trazer o América, campeão carioca de 1928, para jogar um amistoso em seu estádio.

As ideologias extremas existentes no país na década de 1930 chegaram a Cabo Frio. O Integralismo tinha um núcleo organizado na cidade e conseguiu até mesmo ter uma escola para sua disseminação.<sup>57</sup> Parte dos associados do Tamoyo tornaram-se simpatizantes desta última ideologia, o que gerou uma fissura no clube e o surgimento, em novembro de 1935, do Vera Cruz, clube organizado e dirigido pelo médico Francisco Paranhos e pelo advogado Theonas Terra. Durante alguns poucos anos, o Vera Cruz tornou-se o clube oficial dos eventos da prefeitura. Seus carnavais

<sup>57</sup> Em 1936, foi fundado o primeiro núcleo integralista na cidade. Ver: “Cabo Frio vibrou de entusiasmo pela palavra do sigma”. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, número 222, 3 de julho de 1936 p. dois.

se notabilizaram pela vinda de grandes nomes do jazz e do chorinho carioca, sendo Pixinguinha, João da Baiana e Luís Americano os principais deles.

Com a revolução de 1930, os dois grupos locais já não tinham o mesmo poder de antes, mas ainda assim, pelo menos até 1937, detinham admirável força política e capacidade de se inserir na nova ordem, sendo capazes inclusive de fornecer quadros para o prefeito interventor, o militar “estrangeiro” Mário Cantarino, em 1931. Cantarino era primo do ex-prefeito Antônio Tinoco, o que gerou protestos dos aliados pró-Vargas na cidade. Cantarino manteve o *staff* e procurou não se envolver nas intrigas políticas entre os dois grupos rivais. Governou até 1934, quando foi substituído por outro nome de fora, o engenheiro de Niterói, Antônio Carneiro Santiago. Este último governou apenas por um ano, o suficiente para abrir a primeira estrada para Arraial do Cabo, uma estrada simples que ficava inutilizada com qualquer chuva amena. Com Santiago, encerra-se o curto período de interventores “estrangeiros” na cidade.

A partir de 1936, o novo regime passaria a utilizar os velhos quadros que tinham exercido forte influência na cidade durante a República Velha: Florismundo Machado (1935), Antônio Anastácio Novelino (1935-1936), Mário de Azevedo Quintanilha (1936-1937) e, por mais tempo, o médico Adolpho Beranger (1937-1945) chegaram à prefeitura por nomeação. Elementos das velhas famílias oligárquicas agora se apresentavam como varguistas e adeptos do nacional-desenvolvimentismo.

A revolução de 1930 praticamente dizimou o poder legislativo, que existiu por apenas dois dos mais de quinze anos que marcaram a Era Vargas (1930-1945). A introdução do Estado Novo, em 1937, “matou” a política de facções existentes até então em Cabo Frio. Até 1945, a cidade será governada por um interventor (Adolpho Beranger) e a Câmara ficará fechada. Após 1945, a rivalidade

entre as facções já terá se diluído e o quadro político seria outro, gravitando quase sempre para a conciliação, mas sob novas lideranças. A política varguista se caracterizava pela estabilidade social, mas, sobretudo, pela manutenção do *status quo*.

Sem a política, a população de Cabo Frio voltou suas atenções para o futebol. O final dos anos 1930 e o início dos 1940 marcaram a época do craque Jediel Azevedo, o maior futebolista que a cidade já viu. Jediel, craque do Tamoyo, encantava as multidões nas tardes de domingo com seu futebol requintado e preciso que chegou a chamar a atenção dos times do Rio de Janeiro.

Se a política “morreu”, a imprensa também sofreu um baque. Enquanto na década de 1920 operavam alguns jornais e até uma revista<sup>58</sup> ligados aos dois grupos políticos rivais (*O Arauto*, *O Industrial*, *O Bisturi*, *Correio Espião*, *A Columna*, *O Linguarudo*), na década de 1930, o jornal *A Razão* vai ser praticamente o único veículo regularmente impresso. Pequenos jornais tiveram vida efêmera, ou por serem “censurados”, como *A Verdade*, de Octávio Vabo<sup>59</sup>, ou pelo caráter meramente literário e humorístico, como *O Pangaio*.

Os salineiros continuavam poderosos, mas se ousassem desafiar o novo poder estabelecido sentiriam o peso do novo tipo de Estado implantado por Vargas. Em 1936, pela primeira vez na história do município, dois salineiros e um fiscal eram presos por sonegação<sup>60</sup>. Por coincidência, o prefeito era novamente Anastácio Novelino, que tinha, anos antes, acusado os salineiros de cometerem aquele crime.

<sup>58</sup> A Revista *Raio de Luz* foi editada em janeiro de 1920 por Pedro Guedes de Alcoforado e fazia elogios rasgados aos salineiros, com fotos de suas salinas e de seus familiares.

<sup>59</sup> “Não foi impedida a circulação do semanário *A Verdade* em Cabo Frio”. A Batalha, Rio de Janeiro, número 785, 21 de julho de 1932, p. 1.

<sup>60</sup> *O Imparcial*, Rio de Janeiro, número 294, 05 de maio de 1936, p. 3.

A subida de Amaral Peixoto ao poder (1937-1945) acabou fazendo do Estado o laboratório principal para os experimentos nacional-desenvolvimentistas. Nomeado para o cargo de interventor federal no Estado do Rio de Janeiro, Amaral procurou melhorias nas condições econômicas fluminenses, das quais resultaram na implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, na cidade de Volta Redonda; da Fábrica Nacional de Motores (FNM), em 1942, em Duque de Caxias; e da Companhia Nacional de Álcalis, em Arraial do Cabo (Lei 5684/43), em 1943.

A extensão da Estrada de Ferro Maricá de Iguaba Grande, então pertencente à cidade São Pedro da Aldeia, até Cabo Frio em 1937, uma antiga promessa dos políticos, chegava tarde. A inauguração de uma série de rodovias, que vinha, na verdade, desde o presidente Washington Luiz, para quem *governar era construir estradas*, levou nosso país a optar pelo transporte rodoviário. Em 1940, é inaugurada a rodovia que permitiria um rápido acesso a Niterói e o escoamento do que era produzido na cidade. Surgia a rodovia Amaral Peixoto.

A inauguração da rodovia permitiu que poucos anos depois surgisse a empresa de ônibus Salineira, na época de propriedade do empreendedor Alexis Novelino, filho do ex-prefeito Anastácio Novelino. A Salineira criou uma linha direta para Niterói, que agora passaria a ser alcançada em menos de quatro horas.

Em 1937, surge uma associação que terá vida longa na cidade: a Sociedade Musical Santa Helena, que inicialmente era apenas uma banda, mas depois se transformou em um clube com sede e eventos (Guimarães, 1996). O maestro Clodomiro Guimarães, dono de uma barbearia, pai do escritor Célio Guimarães, foi seu fundador. A Santa Helena existe até hoje.

As mudanças do tempo político não implicam mudanças no tempo simbólico. A queda da República Velha e a subida de Vargas não implicaram em imediatas mudanças significativas nas práticas culturais. O carnaval, por exemplo, permaneceu com as

mesmas agremiações por anos. Os ranchos e os carros de corsos atravessaram da década de 1920 para a de 1930 sem perturbações: “Recreio das Flores”, “Verdes Galhos”, “Flor da Passagem”, “Formosas Violetas”, “Disfarça e Olha” e muitos outros grupos continuaram a desfilar na festa de Momo como se nada no universo político tivesse sido alterado.<sup>61</sup> Da mesma forma, os bailes de carnaval nos clubes, os chamados “bailes internos”, continuaram sem grandes alterações por décadas. Aos bailes do Tamoyo e do Luzitano se juntaram, na década de 1930, os bailes do São Paulo, do Vera Cruz, do Rio Grande e do Boca do Mato, novos clubes da época.

As festas religiosas da cidade permaneceram com suas práticas regulares, independente de quem ocupava as cadeiras de presidente, governador ou prefeito. Numa sociedade de esmagadora maioria católica, a Festa do Divino, a Festa dos Navegantes, a Festa de Nossa Senhora da Guia, a Festa de São Pedro e a Festa de São Benedito – para citar as principais – enchiam o calendário religioso da cidade e colaboravam para estreitar os laços societários.

O mundo entrou na 2<sup>a</sup> Guerra Mundial (1939-1945) e Cabo Frio enviou seus Pracinhas para a Itália (21 ao todo). Entretanto, a cidade tinha uma esperança para o futuro: a Companhia Nacional de Álcalis, que foi fundada em 1943. Embora só vá funcionar plenamente uma década depois, a instalação da fábrica vai transformar a urbe, trazer novas cabeças pensantes, formar novos casais, gerar muitos empregos diretos e indiretos, criando uma base de consumidores que darão suporte ao comércio local. A presença da estatal, com centenas de trabalhadores, também vai fortalecer a luta sindical na cidade e a melhoria geral das condições de trabalho e renda das classes trabalhadoras.

<sup>61</sup> Basta comparar o carnaval de 1924 com o de 1936 para notar que as diferenças são mínimas. Para o carnaval de 1924, ver (Massa, 1996, p. 136). Para o carnaval de 1936, ver “Carnaval em Cabo Frio”. O Pangaio: Cabo Frio, 22 de fevereiro de 1936, Anno II, número 3, p. 3-4.

## ***Do Convento ao Museu de Arte Religiosa e Tradicional (MART): o processo de ressignificação do conjunto arquitetônico franciscano de Cabo Frio<sup>62</sup>***

FLÁVIA MARIA FRANCHINI RIBEIRO

**U**m grande monumento branco repousa *aos pés* do morro da Guia na área central de Cabo Frio (RJ) contemplando, ao longo dos anos, as interferências na paisagem urbana local. Uma olhada superficial em sua fachada alerta o transeunte despercebido sobre o impacto da ação remota do homem na região em contraste com as recentes e velozes – tantas vezes pouco planejadas – transformações pelas quais passou o município nas últimas décadas.

As ruínas do antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos cumprem sua função de memória quanto à forma de ocupação empreendida no litoral brasileiro a partir do século XVI. Exemplar na região dos Lagos fluminense, o imóvel remete aos anos iniciais da fundação da cidade de Cabo Frio (1615), acompanhando-a na linha do tempo que narra os rumos daquele espaço após a chegada dos portugueses. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), é uma “obra representativa da arquitetura franciscana, século XVII, cujo programa arquitetônico

<sup>62</sup> Agradeço a Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira e a Ivo Matos Barreto Júnior pelas observações e contribuições.

obedece aos princípios fundamentais da Ordem Franciscana".<sup>63</sup> O monumento foi declarado patrimônio nacional em 17 de janeiro de 1957, sendo inscrito sob o número 436 no Livro do Tombo das Belas Artes (processo número 0447-T-51).<sup>64</sup>

Mas ao invés de ser apenas a representação estática de uma época, cumpre ao convento franciscano informar ao público as variadas temporalidades das quais vem sendo testemunha desde a cessão das terras para a sua construção, em 1617, e a data do lançamento de sua pedra fundamental, em 1686, bem como aquelas que interferiram na sua representação. Originalmente concebido como sede dos frades franciscanos enclausurados em Cabo Frio para auxiliar nos serviços espirituais, o local abriga na contemporaneidade um museu, espaço onde o observador é convidado a uma experiência lúdica no exercício de captar vestígios materiais que nos informam sobre o nosso passado junto à prática de uma reflexão social (Poulot, 2013).<sup>65</sup>

<sup>63</sup> (Iphan/MinC), Livro do Tombo das Belas Artes, 1957 e Certidão expedida pela Coordenação-Geral de Pesquisa, 2009. Foram preservados neste processo e sucessivamente: Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, Capela e Cemitério de São Francisco estendido à área livre à sua frente, inclusive o Largo de Santo Antônio e o morro da Guia, com faixa de proteção na planície de 100 metros a sua volta mantida como área "non edificante". Para este texto nos fixaremos mais detidamente ao espaço que corresponde ao Museu de Arte Religiosa e Tradicional. (Processo nº 0447-T-51 de 17/01/1957). <[http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema\\_consulta.asp?Linha=tc\\_belas.gif&Cod=1624](http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1624)>. Acesso em 25 de maio de 2016.

<sup>64</sup> (Iphan/MinC), Livro do Tombo das Belas Artes, 1957. (Processo nº 0447-T-51 de 17/01/1957). <[http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema\\_consulta.asp?Linha=tc\\_belas.gif&Cod=1624](http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1624)>. Acesso em 25 de maio de 2016.

<sup>65</sup> No decorrer do século XX, e especialmente a partir da década de 1970, os museus assumem esta nova função: "passamos no decorrer do século XX para uma imagem simultaneamente mais imprecisa e complexa, a serviço de uma multiplicidade de interesses divergentes, para não dizer contraditórios" (Poulot, 2013, p. 142).

## Rumo à preservação

O início das atividades no Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio foi em 13 de janeiro de 1696 com cerimônia conduzida pelo Provincial Frei Cristóvão da Madre de Deus Luz. Durante o seu funcionamento, o Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio chegou a abrigar 30 religiosos (1765) "(...) sem sabermos como era possível aboletar-se aí tanta gente", observa Frei Basílio Röwer, autor do relato mais completo sobre a casa religiosa feito até o momento (Röwer, 1957, p. 385). Já a partir das décadas finais da segunda metade do século XVIII, o número de religiosos que viviam no Convento começava a sofrer grande redução. Em 1788, um decreto régio exigia autorização da rainha D. Maria I para os jovens que desejasse ingressar no noviciado (Hermann, 2000, p. 149). Não se sabe se por essa razão, em 1797, apenas seis frades permaneciam na casa religiosa de Cabo Frio. Dois anos depois, viviam no local: quatro frades franciscanos, três sacerdotes e um leigo (Notação VPO7). Já no início do século XIX, registros informam que no Convento eram apenas quatro frades que "pouco ou nada fazem" (Visita do bispado do Rio de Janeiro), sendo que em 1832 havia apenas um remanescente. A escassez de religiosos dificultava a continuidade das atividades conventuais. Em 1872, o último religioso do Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio, Frei Vitorino de Santa Felicidade, falecia, tendo os seus sacramentos sido administrados pelo vigário paroquial, selando os destinos do edifício.

Segundo descreve Frei Basílio Röwer (1957, p. 401) em *Páginas de História Franciscana no Brasil*, com a morte de Frei Vitorino de Santa Felicidade "acaba a história do Convento de Nossa Senhora dos Anjos de Cabo Frio". A conclusão deste ciclo religioso nas dependências da instituição, porém, não marcaria o desfecho da história do monumento que segue seu processo, adaptando-se em

sua funcionalidade segundo a “(...) redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar” (Santos, 1977, p. 89).

Narra o próprio Basílio Röwer sobre os destinos do conjunto arquitetônico em Cabo Frio em períodos sucessivos. Logo após o fim das atividades conventuais franciscanas, o edifício seria resguardado por um síndico nomeado pelo frade provincial. Ainda seguindo o relato, o local mantivera-se inteiramente conservado até 1916, quando iniciou o processo de depredação do imóvel. O acontecimento seria relacionado a uma querela entre os religiosos e o Executivo Federal, quando este sequestrara os bens provinciais, situação definida a favor dos religiosos em 1919. O monumento foi considerado *res nullius*, ou seja, coisa a que ninguém pertença ou abandonada, deflagrando, assim, o saque ao imóvel – “carroças estacionavam junto às muralhas carregando telhas, madeiramento, portas, janelas, assoalho e, enfim, as próprias pedras” (Röwer, 1957, p. 402).

O mobiliário também fora quase todo perdido, havendo apenas restos de assento de coro. E a biblioteca dos franciscanos teria sido queimada por razões sanitárias. Quanto a seus outros bens integrados, relata o frade em *Páginas Franciscanas* que, tendo sido objetos e alfaias confiados a um cidadão local, acondicionados em sua casa, foram misteriosamente desaparecidos:

Quando, em 1905, foi nomeado para tratar da conservação do Convento o vigário Joaquim de Brito, querendo este conferir os objetos, resultou que a canastra estava vazia. Os objetos tinham sido roubados. Instaurou-se uma diligência policial, o povo mostrou-se indignado com o sacrilégio e foi só (Röwer, 1957, p. 402).

Quando em 1937, Frei Basílio Röwer (1957, p. 401) esteve em Cabo Frio, encontrou o edifício depredado: “os síndicos não

conseguiram obstar à completa ruína em que o Convento jaz em nossos dias, restando apenas das muralhas de fora a da frente e as outras à meia altura”. Porém, narra o frade, fiéis zelavam pela preservação do que restara do monumento. Criada para cuidar da Igreja conventual, a Irmandade de Nossa Senhora dos Anjos mantinha o templo em bom estado, recuperando-o da situação de abandono de vinte anos antes, quando relatos de 1917 informaram que, àquela época, era possível avistar do alto do morro da Guia o interior da Igreja de Nossa Senhora dos Anjos (Röwer, 1957, p. 402).

Na mesma data da visita do frade ao edifício histórico, o presidente Getúlio Vargas instituía a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional através do decreto-lei nº 25 com vistas à preservação do

conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (DL 25/1937).<sup>66</sup>

Caberia ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), vinculado ao Ministério da Educação, proceder à inscrição destes bens nos livros de tombo,<sup>67</sup> como o Livro do Tombo das

<sup>66</sup> DL 25/37. Capítulo I Do patrimônio histórico e artístico nacional ART. 1º. <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf)>. Acesso em 25 de maio de 2016.

<sup>67</sup> “Para efetivar essa proteção, adota-se como instrumento protetor, o tombamento, que resulta de rigoroso processo técnico, legal e administrativo que culmina na inscrição do bem em quatro livros de tombo, segundo a categoria da obra: Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Histórico, de Belas Artes e de Artes Aplicadas, podendo um bem ser inscrito em mais de um desses livros” (Delphin, 2006).

Belas Artes para “as artes coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira” (DL 25/1937, Art 4º, 3). Empreenderiam então os técnicos do SPHAN a peregrinação pelo território nacional no levantamento de bens “com o fito de salvaguardar nossos valores culturais da perda total e irreversível” (Finageiv, 1995, p. 38). A intenção de se consagrar uma identidade nacional na perspectiva do estado nacional-desenvolvimentista que caracterizou a Era Vargas (1930-1945) focou em monumentos arquitetônicos civis, urbanos e rurais, religiosos e militares, inclusive seus bens móveis; além de conjuntos históricos, urbanísticos e paisagísticos, segundo detalhou a arquiteta Belmira Finageiv (1995, p. 38).

Entre os “pioneiros do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)” (Finageiv, 1995, p. 38), que caracterizam a *fase heroica* da instituição, o arquiteto mineiro Edgard Jacintho da Silva, formado pela Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, no órgão desde 1944, percorreria o país identificando bens a serem preservados. Atuou no estado do Rio de Janeiro, nas cidades de Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Paraty, Niterói (Itaipu), Angra dos Reis e na própria capital; e por outros estados: Minas Gerais (São João del Rey e Tiradentes), Goiás (Pirenópolis e Pilar), além de cidades do Mato Grosso. Décadas mais tarde, como chefe da Seção de Arte da Divisão de Estudos e Tombamento, em entrevista concedida a um projeto institucional de história oral, Edgard Jacintho revelava a respeito das restaurações empreendidas em sua carreira:

Bom, o mais importante talvez seja Cabo Frio. Este monumento causou preocupação desde a primeira vez que o conhecemos porque o Convento, propriamente, já estava arruinado. Restavam apenas os paredões perimetrais com os vãos emparedados e pela face interna, que era menos cuidada e que com a falta de revestimento estava se processando uma erosão sobre a alvenaria exposta à ação dos

elementos naturais. Empregavam naquelas construções um tipo de alvenaria mista – pedra e tijolo – e nos trechos de tijolos, que é material cerâmico sem maior resistência, estava ocorrendo uma violenta erosão eólica, erosão causada pela intensidade do vento que sopra em Cabo Frio, que nos períodos mais intensos carrega a areia das dunas, e aquilo funciona como um verdadeiro abrasivo. Com o decorrer do tempo, se não houvesse uma providência efetiva, os paredões remanescentes do primitivo convento se acabariam também, desaparecendo com a continuidade desse processo de desgaste que em seguida atingiria a igreja do convento que se achava desativada e, da mesma forma, exposta aos agentes destrutivos naturais e humanos (SPHAN, 1988).

O documento “Inspeção à Cabo Frio e outras cidades do norte do Estado do Rio de Janeiro”, datado de 02 de abril de 1948, relata a visita ao Convento em Cabo Frio, acompanhada pelo vigário da Paróquia, Frei Albano Marciniszyn,<sup>68</sup> e por Frei Cláudio Pieregort (Inspeção à Cabo Frio). Informa que à época não havia mais sinais dos alicerces dos muros do adro e pilares da cobertura que ali deviam existir e que foram verificados em imagem do Convento de Nossa Senhora dos Anjos, datada do final do século XIX, à qual tiveram acesso os técnicos do SPHAN. Quanto ao acréscimo dos fundos do edifício que a mesma fonte iconográfica apresentara, restavam apenas vestígios. A parte traseira do monumento havia sido afetada – explica o relato – pelo entulho da queda de uma barreira, em princípios da década de 1920, que ali ainda permanecia. Da estrutura do prédio, restava apenas o segundo pavimento de frente, “não existindo mais o das fachadas laterais e dos fundos, nenhuma telha e nenhuma pedra. Tudo foi retirado”. O mato

<sup>68</sup> Os franciscanos retornaram a Cabo Frio, atuando na Paróquia, em 1938 (Röwer, 1957, p. 404).

crescido dentro das ruínas impedia os técnicos de verificarem a situação dos alicerces das paredes divisórias. Ainda segundo o texto, com o abandono, o prédio se prestara aos mais variados usos: “Durante anos esteve abandonado o monumento, dele se utilizando quem não tinha onde morar, homens e mulheres do local e trabalhadores da estrada de rodagem e da ponte, quando frei Diogo, Superior da Ordem, mandou destelhar o Convento”. Seu avançado desgaste causara indignação em alguns moradores que, numa medida extrema, laceraram todas as portas e janelas do primeiro pavimento que restavam intactas na tentativa de impedir depredações (Inspeção à Cabo Frio).

Na década de 1950, o muro foi reconstruído pelo SPHAN que também empreendeu outros reparos nas ruínas e na igreja conventual, de acordo com o próprio autor de *Páginas Franciscanas* (Röwer, 1957, p. 404). Contudo, apenas aquelas intervenções não bastavam, sendo necessárias outras medidas, segundo as memórias do arquiteto Edgard Jacintho:

Nesta emergência, como medida de exceção, propusemos à direção da SPHAN a reconstrução parcial de apenas um corpo frontal do Convento com seu alpendre, trabalho que foi baseado na documentação fotográfica obtida. A proposta de reconstrução teve a finalidade da criação de um museu como forma de assegurar e justificar a presença permanente do Patrimônio ali, garantindo assim uma ação efetiva à preservação desse valioso monumento. Feita a proposta, foi submetida à apreciação do mestre Lúcio Costa, que a aprovou. Em sequência partimos para a reconstituição desse corpo e do alpendre, os quais, juntamente com a igreja da Ordem 3<sup>a</sup> e o cemitério anexo, formam o belo conjunto desse marco da arquitetura franciscana. E assim resultou o museu denominado de Arte Religiosa e Tradicional (SPHAN, 1988).

Em 12 de março de 1968 foi assinado, entre o governo federal (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Dphan) e o Arcebispado de Niterói, um convênio prevendo a criação do Museu de Arte Religiosa e Tradicional<sup>69</sup> nas ruínas do Convento Nossa Senhora dos Anjos (Convênio para a criação, 1968). Em 12 de fevereiro de 1974 seria firmado um Aditivo ao termo do Convênio de 12 de março de 1968, segundo o qual verificava:

(...) a conveniência da integração do edifício da Igreja do Convento de Nossa Senhora dos Anjos nas finalidades e propósitos colimados por este órgão federal com a instalação do Museu de Arte Religiosa e Tradicional nas ruínas parcialmente restauradas no referido convento (Aditivo, 1968).

O documento incorporou a Igreja conventual, ampliando o espaço destinado ao museu. Para exposição no local, em acordo de 18 de agosto de 1972, o Termo de Cessão firmado pelo Iphan com a Fraternidade de São Francisco da Penitência (o.t.s.) do Convento de Nossa Senhora dos Anjos de Cabo Frio (RJ) já havia transferido a guarda de “peças de interesse histórico e artístico” para serem “integradas no acervo do Museu de Arte Religiosa [e Tradicional], em organização no antigo Convento” (Aditivo ao termo, 1968). Os membros da fraternidade franciscana secular estão atualmente sediados na capela de São Francisco da Penitência e cemitério, anexos à casa religiosa dos frades franciscanos, e mantiveram suas atividades ininterruptas desde a criação.

<sup>69</sup> Desde 2009 a instituição funciona vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus/IBRAM do Ministério da Cultura. Ver Lei nº 11.906 de 20 de janeiro de 2009, Art. 8º, II.

## ***O Espaço musealizado***

O Museu de Arte Religiosa e Tradicional (MART) iniciou suas atividades em 15 de dezembro de 1982 com a exposição fotográfica de Márcio Werneck, jornalista e pesquisador da história de Cabo Frio, intitulada “Cabo Frio, Mar, Terra e Povo”. Em agosto de 1983, o museu já contabilizava mais de seis mil assinaturas no livro de registro de público. As atividades aconteciam nas salas da ala restaurada, segundo o acordo expresso no convênio de 1968, e eram realizadas com a participação de artistas contemporâneos, conforme relato de seu primeiro diretor, Aldomar Conrado.<sup>70</sup> Foram coletivas de artes plásticas com artistas fluminenses, mostras individuais ou exposições de fotografias realizadas ininterruptamente. Paralelamente, ao longo da primeira década do museu, as imagens remanescentes do acervo do antigo Convento foram sendo restauradas. Entre as primeiras, aquelas que atualmente compõem os altares da Igreja conventual e ficaram, a princípio, expostas numa das salas da ala reconstruída. Outras obras vieram a ser recuperadas na década seguinte através de recursos públicos federais, de edital de fomento ou por meio de recursos de particulares. Em 1988, com o patrocínio de um empresário local,<sup>71</sup> foi acordada a restauração dos retábulos em madeira da Igreja do Convento de Nossa Senhora dos Anjos e o local pôde ser reaberto ao público em 28 de dezembro de 1990, integrando

<sup>70</sup> Depoimento de Aldomar Conrado. NBEAHR/MART/IBRAM.

<sup>71</sup> O empresário Ernesto Galiotto patrocinou a restauração dos retábulos dos altares da nave principal da Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, em parceria firmada com o Museu de Arte Religiosa e Tradicional em 1988. Em comemoração, foi realizado pela Galiotto Artes Promoções e Lazer Ltda. o Concerto de Abertura do Verão de Cabo Frio com a Orquestra Sinfônica Brasileira em 29 de dezembro de 1990. Informações contidas no projeto e no folheto do Concerto de Abertura do Verão Cabo Frio – Orquestra Sinfônica Brasileira (osb). NBEAHR/MART/IBRAM.

definitivamente o espaço do museu. Comemorando a realização, acontecia o Concerto de Abertura de Verão de Cabo Frio/1991, com a Orquestra Sinfônica Brasileira sob a regência do maestro Isaac Karabitchevsky, no interior da igreja conventual (Relatórios, descriptivos, s/d).

A restauração da imaginária e dos retábulos conventuais denotam o processo de musealização do antigo Convento através da preservação de seus bens e pela interação com o espaço sob uma nova funcionalidade que, ainda assim, informa ao público sobre tempos remotos relacionados à casa religiosa. Seguindo a provocação: “a história como disciplina tem um encontro marcado com as fontes visuais” do historiador Paulo Knauss (2008, p. 151); o percurso que engloba o roteiro expositivo do MART, com base na observação de seus elementos integrados, torna-se um convite à compreensão do processo histórico empreendido no litoral brasileiro, e particularmente em Cabo Frio, ao narrar a trajetória do Convento de Nossa Senhora dos Anjos. Seu marco fundador é a petição datada de 1º de abril de 1617, quando os moradores da cidade solicitavam terras na área onde anteriormente se localizava a roça do Padre Jerônimo Machado, aos pés do morro do Tairu (hoje morro da Guia), para que nelas fosse erigido um convento. A petição foi dirigida a Estevão Gomes, capitão-mor nomeado pelo Governador-geral Gaspar de Sousa com o poder de concessão de sesmarias.

No texto da petição, segundo sua reprodução por Frei Basílio Röwer (1957, p. 373-374), descrevendo-se enquanto membros de famílias portuguesas, “os povoadores deste Cabo-Frio e moradores desta cidade da Assunção”, demandavam como “necessários sacerdotes de S. Francisco”, tidos por “pobres” e que “não querem ter herdades”, no intuito de aumentar a “Santa Fé Católica”. Alguns elementos merecem ser destacados, auxiliando a compreensão do contexto em que se insere o processo de construção do

Convento de Nossa Senhora dos Anjos justificando sua presença na paisagem urbana.

O primeiro, característica dos franciscanos, a renúncia ao acúmulo material, que está relacionada ao voto de pobreza feito pelos integrantes da Ordem dos Frades Menores, seguidores de São Francisco de Assis. A intenção manifestou-se durante a conversão do santo em sua juventude em princípios do século XIII e teve grande repercussão, possibilitando o rápido incremento de seus seguidores. Visando a seguir o Evangelho cristão, Francisco deixava sua família e posses para viver como andarilho, “seguir nu o Cristo nu” (Le Goff, 1999, p. 38 e ss.) através do anúncio de seu casamento com a *Madonna Povertà*, originando a expressão “casamento com a pobreza”, ideário entre os seus seguidores. Seria essa uma das razões para os termos discriminados na petição dos moradores de Cabo Frio ao capitão-mor.

Ainda surge na petição a clemência ao trabalho de difusão do catolicismo a ser empreendido pelos frades. Frei Basílio Röwer destaca o “tripé da ação franciscana” baseado na evangelização, saúde e educação, o que atenderia às demandas dos moradores em Cabo Frio (Röwer, 1957, p. 374-375). Esse trabalho de evangelização vai ao encontro da metodologia da Coroa portuguesa empregada em auxílio à ocupação da América. A religiosidade esteve intimamente associada à conquista do território, o que Fernando Novais (1997) chamou de a “conquista espiritual”. D. João III traduziria o ideal no Regimento de 17 de dezembro de 1548, passado ao primeiro Governador-geral do Estado do Brasil, Tomé de Souza, “(...) a principal cousa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa Santa Fé Católica”, (Regimento de Tomé de Sousa, 1972, p. 49) inspirado pela expulsão dos mouros da Península Ibérica. Havia a preocupação do governo colonial com a pacificação dos indígenas. Por seu turno, a Igreja católica, ameaçada com a expansão das

doutrinas protestantes pela Europa, utilizou-se da catequese para consolidar e difundir seus dogmas ratificados durante o Concílio de Trento (1545-1563). Segundo Martins, a ação catequética era atribuída às ordens religiosas, distinguidas por sua disciplina. Dessa forma, jesuítas, franciscanos, beneditinos – ordens regulares que se instalaram na região – atuavam como “missionários do padroado”. E como trabalhavam na difusão dos preceitos religiosos católicos em terras conquistadas pelos portugueses, detinham o direito a receberem terras (Martins, 2000, p. 126).

É importante ressaltar que a Ordem fundada por São Francisco de Assis, desde a sua origem, incorporou a atividade missionária. O santo, buscando reproduzir Jesus Cristo e os apóstolos, partiu com seus seguidores para a pregação pela Península Itálica e pelo exterior. Seguindo essa perspectiva, os frades franciscanos chegaram à América portuguesa nas naus junto com Pedro Álvares Cabral. Porém, a ação evangelizadora dos frades foi sendo gradativamente suplantada pelos jesuítas. Em menor número, os missionários franciscanos optaram por reunir-se em conventos de onde deflagravam os serviços espirituais (Neves, 2001, p. 110). O primeiro convento franciscano no Brasil foi o de Nossa Senhora das Neves de Olinda, construído com recursos doados por uma benfeitora em 1585. No ano seguinte, foram abertos o noviciado e o seminário para os indígenas (Röwer, 1957, p. 21). Quatro anos depois, franciscanos se dirigiam à Capitania do Espírito Santo onde fundariam o primeiro convento da Ordem na parte sul do Brasil, o Convento de São Francisco de Vitória em 1591.<sup>72</sup> Este último convento viria a pertencer à Província da Imaculada

<sup>72</sup> Registros informam o início do processo histórico relacionado ao Convento da Penha na Capitania do Espírito Santo em 1562, quando da construção da Capela dedicada a São Francisco por Frei Pedro Palácios. Porém, o lançamento da pedra fundamental da construção do Convento da Penha data de 1652, tendo sido as obras concluídas apenas em 1660.

Conceição, que viveria sua expansão nos últimos quinze anos do século XVII, período do início das atividades no antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio.

Por sua vez, os habitantes das terras brasileiras herdeiros da tradição portuguesa, inclusive em Cabo Frio, demandavam a orientação espiritual segundo a fé católica, religião predominante e oficial. Ana Paula Medeiros explica que “a religião era forte fator de aglomeração, com suas missas, festas, procissões e o badalar dos sinos, que sublinhavam os atos mais importantes da vida cotidiana: o casamento, as vitórias em batalhas, a morte” (Medeiros, 2010, p. 59). A devoção, amplamente estimulada pelo corpo eclesiástico, era obrigatoria, parte integrante do cotidiano da população de origem portuguesa. Os ofícios religiosos eram ainda um instrumento socializador em oposição à “(...) dispersão espacial e isolamento social dos colonos na solidão da América portuguesa” (Mott, 1997, p. 159). O clero secular em Cabo Frio no século XVII não era suficiente para abranger a extensão do território ministrando os ofícios religiosos. Também as missões volantes franciscanas realizadas durante o longo período que aguardou o início das atividades conventuais, entre 1617 e 1696, não davam conta de toda a região, pois o número de frades era reduzido. A população local frequentemente reclamava da dificuldade de acesso aos sacramentos. Denunciava, inclusive, mortes sem a extrema unção pela insuficiência de clérigos (Röwer, 1957, p. 376-377). Mesmo as autoridades administrativas escandalizavam-se com a situação. Ainda no século XVII, o capitão-mor Domingos da Silva Agrela apontava a urgência da fundação do convento franciscano, que demorou quase 70 anos para ter sua construção iniciada, e alertava que os moradores de Cabo Frio ali estavam “(...) vivendo como os Gentios (...)” (Lamego, 1913, p. 235).

No imaginário dos devotos cristãos do período colonial, as ações de uma pessoa em vida se manifestavam como uma preparação para a morte. Morrer, portanto, significava a passagem para o outro

mundo, e essa transição deveria ser bem feita, a “boa morte”, de preferência no leito para que se pudesse providenciar tudo, inclusive a extrema unção (Faria, 2000, p. 410-411). A demanda é recorrente na documentação no período que se passou entre a petição de 1617 e o início da construção do Convento de Nossa Senhora dos Anjos. Em resolução régia de 1695, um ano antes do início das atividades conventuais, há referência à carência de religiosos:

Eu El Rei faço saber aos que esta minha Provisão virem que tendo respeito a se me apresentar por parte do Ministro Provincial dos Religiosos Capuchos de Nossa Senhora da Conceição do Rio de Janeiro, que por acudir ao bem espiritual das almas dos moradores da Capitania de Cabo Frio, de que se achavam faltos por não haver nela mais que hum Pároco, em cuja ausência não tinham quem lhes administrasse os Sacramentos (...).<sup>73</sup>

A intenção em se fundar um convento em Cabo Frio, que fosse franciscano, estaria ainda relacionada ao perfil dos moradores da cidade, de origem portuguesa, e aos frades, muitos deles vinculados ao Convento franciscano de Santo Antônio no Rio de Janeiro (Fernandes, 2012, p. 33-34). O frade franciscano de Lisboa, também dito de Pádua (Le Goff, 1999, p. 85), considerado o santo mais querido do Brasil colonial (Mott, 1997, p. 186), carinhosamente chamado de *Sant'Antoninho*, está representado numa imagem em terracota do século XVII preservada no antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos, localizada em um dos altares colaterais da Igreja conventual. Antônio foi ainda o frade responsável por deflagrar o programa de ensino dos franciscanos no século XIII, no convento de Bolonha (Itália) (Le Goff, 1999, p. 85). Visto que um

73 Resumo do Tombo Geral da Província da Imaculada Conceição do Sul do Brasil, I, folhas 94 v. Apud Röwer (1957, p. 382-383).

dos pilares da atuação franciscana, essa tradição seria mantida na América portuguesa por determinação do Superior Provincial, inclusive em Cabo Frio. Durante as atividades conventuais no Convento de Nossa Senhora dos Anjos, quando já funcionava a casa de noviciado para a instrução de jovens brasileiros e portugueses que desejavam pertencer à Ordem dos Frades Menores, por decisão do Capítulo de 16 de abril de 1707, foram também introduzidos os estudos para as crianças e de gramática para os jovens coristas, em 1739 (Röwer, 1957, p. 388).

Por fim, ainda enquanto desdobramento da petição de 1º de abril de 1617, comprehende-se a localização da casa religiosa vinculada aos ciclos econômicos iniciados com as incursões de europeus em princípios da colonização da América portuguesa, quando o objetivo seria impedir a permanência de outros povos, que não os portugueses, no território, sendo exigida rapidez na ocupação (Cunha, 1994, p. 16). A necessidade de assegurar a região para a Coroa portuguesa, alvo de corsários, influenciou na concessão de terras, após a fundação de Cabo Frio em 1615, inclusive o terreno para a instalação do Convento franciscano. Observa-se nos conventos do período colonial a similaridade com fortalezas, outro elemento arquitetônico típico do início da ocupação do litoral brasileiro pelos portugueses (Custódio, 2011). Construções características da urbe, erigidas em áreas amplas para facilitarem as reuniões e garantirem a expansão do núcleo urbano, os conventos são normalmente resguardados por um muro e têm seu frontispício voltado para um adro, espaço que separa o sagrado do profano. O limite deste espaço está marcado por um cruzeiro esculpido em pedra, elemento singular da arquitetura franciscana que expressa o culto à Paixão de Cristo (Fernandes, s/d).

A construção da casa religiosa dos franciscanos em Cabo Frio teve início na conjuntura do novo assentamento urbano de Cabo Frio, trasladado da Passagem para o Itajurú em 1666 (Silveira,

2010, p. 41). O Convento, seguindo a norma construtiva, possui sua fachada frontal preservada, contemplando o incremento da cidade em área onde, quando de sua construção, era mais fácil o acesso à fonte de água potável. Aliás, observadores da natureza, os franciscanos costumavam fazer suas casas religiosas próximas ao leito dos rios.<sup>74</sup> No caso de Cabo Frio, o edifício ficou cerca do canal do Itajurú, paisagem que os religiosos admiravam em suas incursões ao morro da Guia. Também havia o muro resguardando a área do Convento, que não existe mais, conforme diagnóstico feito durante visita de inspeção que precedeu ao tombamento do monumento (Inspeção a Cabo Frio). Mas persistem a grande área à frente da edificação e o cruzeiro, removido de sua localização original para o espaço mais próximo ao monumento durante obras de reestruturação da malha urbana.

O visitante do Museu de Arte Religiosa e Tradicional, caminhando no espaço do adro, a partir do cruzeiro, em direção à entrada para o monumento, depara-se com a inscrição da data 02 de agosto de 1686 na portada da igreja conventual sob o nicho que guarda a réplica da imagem do orago do Convento, Nossa Senhora dos Anjos (a original compõe o acervo museológico). A data registra o lançamento da pedra fundamental do Convento em Cabo Frio e remete ao dia da Indulgência da Porciúncula, que se originara da visão da Virgem Maria e Jesus Cristo por São Francisco de Assis.<sup>75</sup>

74 Sobre o assunto, ver Magalhães, Bittencourt e Silva, 2012, p. 4068-4080.

75 A ermida de Santa Maria dos Anjos, localizada numa planície próxima à cidade de Assis (Itália), Porciúncula, havia sido construída por peregrinos durante o retorno da Terra Santa. Francisco encontrou a capela abandonada e a reconstruiu, sendo este o local que escolheu para viver e onde aconteceria o nascimento e desenvolvimento da Ordem dos Frades Menores. Foi na Porciúncula que o Santo recebeu a revelação em que pôde solicitar a indulgência. Segundo a crença, quando em oração, Francisco teve a visão da Virgem Maria com seu filho, rodeados por querubins e serafins. Fez então a Jesus Cristo o

A narrativa está representada no conjunto escultórico em madeira policromada do século XVIII exposto no nicho da parede lateral esquerda da Igreja conventual no MART, cujo acesso é feito pela entrada descrita. A construção de uma igreja começava pela capela-mor da qual se seguia a nave, o frontispício e, de sua conclusão, era erigido o convento. A Igreja conventual de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio, em nave única para facilitar a comunicação entre o clero e os fiéis (Oberlaender, 1994, p. 63-64), constitui-se “um excelente palco para concertos, com uma acústica privilegiada”, conforme destacaria o maestro da Orquestra Sinfônica Brasileira, Isaac Karabitshevsky (1994, p. 94), em depoimento de 1994 sobre sua apresentação no local, quatro anos antes, regendo a OSB.

O apelo aos sentidos que marca as construções no contexto tridentino, segundo Oberlaender, está presente no espaço. Durante a Contrarreforma, o Concílio de Trento referendou o culto às imagens valorizando as formas de expressão que sensibilizassem os fiéis. Esta configuração da devoção foi o recurso utilizado quando a arte tornava-se veículo de divulgação da mensagem religiosa junto aos fiéis, em sua maioria analfabeta, inclusive os nobres (Oberlaender, 1994, p. 62-63). Logo ao adentrar no templo, simples em ornatos, o observador é atraído pelos retábulos em madeira que compõem os altares da Igreja conventual, concluídos em 1697, um ano após a inauguração do Convento, quando nele foi encerrado o Santíssimo Sacramento. Elemento de grande riqueza simbólica, o entalhe em madeira com seus detalhes contribui para a formalização de um ambiente místico, mesmo

---

pedido para a concessão do perdão a quem visitasse a capela. Com a intercessão da Virgem Maria, o pedido seria atendido, sendo ratificado durante o papado de Honório III (1216-1227) que designou o dia 02 de agosto como o “Dia do Perdão”. Posteriormente, em seu pontificado, o Papa Sisto IV (1471-1484) estendeu a indulgência aos demais templos franciscanos (Canonici, 1999, p. 600-607 e; Megale, 2001, p. 40-42).

com o passar dos séculos. Em policromia e douramento, visando a transmitir a grandeza de Deus frente à pequenez dos homens, os retábulos possuem colunas torsas adornadas por videiras, símbolo da eucaristia e elemento típico do barroco. Introduzido no Brasil pelos jesuítas, esse estilo de coluna foi muito utilizado pelas ordens religiosas no período colonial (Oberlaender, 1994, p. 62-63). O domínio da técnica da talha pelos portugueses reflete-se na plasticidade da imaginária em madeira do século XVIII que compõe o altar. Ao centro repousa a imagem de Santa Maria dos Anjos – reforçando o culto a Nossa Senhora propagado no período – que era exaltada nas pregações dos moradores de Cabo Frio, à época das atividades conventuais, ansiosos por minorar a pobreza em que viviam, segundo Frei Agostinho de Santa Maria em descrição do local (2007, p. 60).

Ao atravessar o templo, o observador é conduzido ao jardim do museu, área onde se situam, especificamente, as ruínas do Convento. O convento de Cabo Frio foi erguido em formato quadrangular e possuía no centro um pequeno claustro, entre a igreja e a torre sineira – que preservada, repousa alinhada à fachada. Durante o período em que o edifício esteve ocupado pelos frades franciscanos, foram feitas obras, em 1762 e posteriormente, inclusive a do anexo dos fundos, que atualmente não existe mais. Todas as dependências do convento – sala de estudo, biblioteca, refeitório e celas – agrupavam-se ao redor do claustro (Röwer, 1957, p. 384). Era norma o claustro construído à esquerda da igreja conventual, o lado do Evangelho, pois voltado para o leste, em direção à Terra Santa. A observação do mundo exterior era feita por meio de um estilo curioso típico de construções civis e religiosas do período colonial, as conversadeiras, que são bancos revestidos de cantaria, lajes ou tábuas que compõem as chamadas janelas de assento, ou janelas rasgadas, que eram abertas em paredes maciças de grande espessura (Vasconcellos, 1979, p. 97).

Localizadas no segundo pavimento do Convento estão conservadas no museu em número de três, duas na ala frontal e uma na área correspondente à antiga sacristia.

Do antigo claustro e das demais alas que pertenciam à estrutura original do prédio quase nada restou, mas nas ruínas há os vestígios da cozinha utilizada pelos franciscanos. Segundo registrou José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo (1820) em suas *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, o Convento possuía uma chaminé – outro elemento característico das construções franciscanas devido ao preparo de alimentos pelos frades para consumo próprio ou para suas obras de caridade (Apud Röwer, 1957, p. 385). Ainda no jardim, é possível observar nas paredes externas da igreja conventual e da ala frontal e nos chãos, alicerces em pedras aparentes demarcando o que seriam as alas conventuais. Uma das características dos templos do Brasil colonial está no aproveitamento de materiais da região, como madeira e pedra, e Cabo Frio não fugiu à regra. Foi o primeiro convento da província franciscana ao sul do Brasil construído originalmente em pedra e cal, e não em taipa como era comum nas construções religiosas do período. As grossas paredes em pedra separavam o claustro proibido a não religiosos protegendo os frades das tentações mundanas. Foi feita com matéria-prima retirada do entorno do Convento Nossa Senhora dos Anjos, conforme autorizava a petição de 1617: “(...) poderão tirar toda a pedra que lhes fôr necessária para o dito Convento” (Röwer, 1957, p. 373-374).

Quando fez a descrição do Convento de Cabo Frio após a visita em 1937, Basílio Röwer (1957, p. 385) informava que, das ruínas por ele visitadas, apenas foi possível detectar a sacristia e onde seria o capítulo – local das assembleias – devido aos vestígios: o arco fronteiro e os nichos da parede, que ainda persistem e compõem o cenário do museu. A sacristia sofreu intervenções durante a restauração. E a abertura de um armário em sua área possibilitou a localização, inusitada, de fragmentos de uma imagem

em terracota que, restaurada e referenciada como São Boaventura (ainda que sem a cabeça, não localizada), compõe o acervo do MART.<sup>76</sup> A imagem é representativa para se compreender a reordenação dos espaços com o tempo, pois enquanto imagem de devoção, posto que danificada, havia sido encerrada numa parede devido à impossibilidade de seu uso religioso. Atualmente, acervo no Museu de Arte Religiosa e Tradicional, a escultura auxilia na construção da narrativa sobre o antigo Convento, figurando enquanto objeto de arte. Assim como os espaços do monumento – dessacralizados – cumprem atualmente a função de fomento da cultura da região, porém, sem abandonar a preservação dos vestígios que ajudam a compreender a história de Cabo Frio e região.

### ***Em diálogo com o tempo***

A cidade não é mais aquela de outrora e nem o monumento. O Convento de Nossa Senhora dos Anjos ainda resiste, mas também vive as rupturas e descontinuidades que caracterizam os momentos do processo histórico. “Se habitássemos ainda nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”, afirma Pierre Nora (1983, p. 8). Mas o inevitável acontece e os espaços sofrem redistribuições, segundo momentos históricos e os anseios das formações sociais que neles atuam. Compreender a função a que se destina o conjunto arquitetônico do Convento de Nossa Senhora dos Anjos na contemporaneidade com a instituição de um museu, “lugar de memória”, em suas dependências é perceber a

<sup>76</sup> A história do descobrimento e a recuperação da imagem de São Boaventura foram confirmadas por Ezequiel Melo, antigo funcionário do MART e que trabalhou durante as obras de restauração empreendidas pelo Governo Federal após a realização do Convênio. Depoimento de Ezequiel Melo. NBEAHR/MART/IBRAM.

transformação de valores sociais do passado: do culto religioso ao culto de nosso patrimônio, numa leitura que transcende a conotação religiosa do monumento, mas sem abrir mão dela. A história do Convento franciscano de Cabo Frio não acabaria, conforme pontuou Frei Basílio Röwer, com o fim das atividades conventuais. Ela continua.

## Referências Bibliográficas

### Fontes Primárias

- “Alvará de 24 de outubro de 1616”. Livro segundo do governo do Brasil. In *Annaes do museu paulista*. tomo terceiro, 1927.
- “Annaes da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro”, 1934.
- “Cabo Frio vibrou de entusiasmo pela palavra do sigma”. A Offensiva, Rio de Janeiro, nº 222, 3 de julho de 1936.
- “Carnaval em Cabo Frio”. O Pangaio. Cabo Frio, 22 de fevereiro de 1936, Anno II, nº 3.
- “Listagem dos Cavaleiros da Ordem de Cristo: Francisco de Mace- do Freire de Azeredo Coutinho, Capitão Mór das Ordenanças do Distrito de Cabo Frio”. Despachos publicados na Corte pela Secretaria de Estado dos Negócios do Brazil, no Faustíssimo dia 17 de Dezembro de 1813, aniversário de sua Magestade a Rainha Nossa Senhora. Gazeta de Lisboa. Lisboa, Impressão Régia, 7 de março de 1814, s.nº.
- “Não foi impedida a circulação do semanário A Verdade em Cabo Frio”. A Batalha, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1932.
- “Realizam-se em Cabo Frio exéquias em alma do Dr. Davi Campista”. A Imprensa, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1911.
- “Regimento de Tomé de Sousa”. In MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1972.

“Registro do Traslado da provisão, que Sua Majestade passou a Antônio Ortiz de Mendonça Sargento-mor do Rio de Janeiro”. In Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 16, s/d.

“Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros”, 1930.

“Repressão ao Comunismo no Interior Fluminense”. O Globo, Rio de Janeiro, 10 de março de 1931.

Arquivo Nacional. Códice 61 – Provedoria da Fazenda da Capitania do Rio de Janeiro, volume 1.

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “NOTAÇÃO VPO7 – Livro 7 A12 n°12 – Freguesias de Campos, Santo Antônio dos Guarulhos, Capivari, N. S. das Neves de Macaé, Ipuca, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia”.

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. “Visita do bispo do Rio de Janeiro nos anos de 1811, 1812, 1813, escrita pelo Padre José Luis de Freitas, secretário da mesma”, “Cabo Frio – Livro 12 – ano 1811-1812.

Arquivo do Museu de Arte Religiosa e Tradicional – Núcleo de Biblioteca Especializada e Arquivo Histórico Regional/MART/IBRAM.

Cabo Frio. *Atas da Câmara Municipal 1830-1850*.

Cabo Frio. *Atas de Aforamento da Câmara Municipal de Cabo Frio*, Livro 33.

*Cartas para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)*. Lisboa: CNCDP, 2001.

DELPHIM, C. F. M. *O Patrimônio Natural no Brasil*. Aula em Cabo Frio. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2006, 18 páginas. (mimeo). NBEAHR/MART/IBRAM.

IBGE. Brasil. *Censo 1872*. Disponível em [www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72) – acessado em 14 de junho de 2016.

IBGE. *Sinopse estatística do município de Araruama*. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.

IBGE. *Sinopse Estatística do município de Cabo Frio*. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.

IBGE. *Sinopse estatística do município de São Pedro da Aldeia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.

O Imparcial, Rio de Janeiro, número 294, 05 de maio de 1936.

O Industrial, Cabo Frio, 23 de setembro de 1923.

O Mercantil. Belo Horizonte, 1844, Ed: 0002.

Paróquia N.S. Assunção. *Livros Registro de Casamentos 1870-1930*.

Projeto Resgate – Capitania do Rio de Janeiro, Coleção Avulsos, doc. 18.

Projeto Resgate – Capitania do Rio de Janeiro, Coleção Avulsos, doc. 125.

Projeto Resgate – Capitania do Rio de Janeiro, Coleção Avulsos, doc. 175.

Projeto Resgate – Capitania do Rio de Janeiro, Coleção Castro Almeida, doc. 845.

Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920.

População – Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Editor Typ. da Estatística, Ano 1930, Descrição física p. 851.

RHEINGANTZ, Carlos. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliiana, 1965.

SANTA MARIA, Agostinho de, frei (1642-1728). *Santuário Mariano, e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora*: tomo décimo, e último. Rio de Janeiro: INEPAC, 2007. “Lisboa Occidental, na Officina de Antonio Pedrozo Galvam com todas as licenças necessárias, anno de 1723. Reedição ilustrada de 2007.

SERAFIM LEITE. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, Tomo iv.

SPHAN. “Depoimento de Edgard Jacintho n° 4, Entrevistadora Teresinha Marinho e Jurema Armaud”. In *Memória Oral*. Rio de Janeiro: MinC/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Pró-Memória. Arquivo Noronha Santos/Iphan, 1988.

TORRE DO TOMBO. *Inventários dos livros das portarias do Reino*. Lisboa: Imprensa Nacional, Vol. 1.

### ***Livros, Capítulos, Teses e Dissertações***

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN-RIO, 1997.

ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estudio, 2010.

ACCIOLI, Nilma T. Campos Novos e o tráfico ilegal de escravos no norte fluminense. In Hebe Mattos. (Org.). *Diáspora negra e lugares de memória*. Niterói: Editora da UFF, 2013. Vol. 1, p. 61-87.

ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O Sal Fluminense*. Niterói: Serviço Técnico de Publicidade, 1936.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O Trato dos Viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil: comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciárias*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

BERANGER, Abel. *Dados Históricos de Cabo Frio*. Cabo Frio: Edição do Autor, s/d.

BICALHO, Maria Fernanda. "As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro". *Rev. bras. Hist.* vol. 18 n. 36, São Paulo, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda. *Cidade e Império – o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e polícia colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção crítica social do Julgamento*. São Paulo, Ed. Zouk, 2007.

BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1973.

BRAVO, Ralph. *Dirigentes empresariais Cabo-frienses*. Cabo Frio: Dinigraf, 2009.

CANONICI, Luciano. "Porciúncula, santuário". In CAROLI, Ernesto (Coord. Geral). *Dicionário Franciscano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999, p. 600 – 607.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v.13, n.38, p.63-79, Out. 1998.

CASCUDO, Câmara. *Antologia do folclore brasileiro*. São Paulo: Martins, 1944.

CASTRO, Adler. *Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, Vol. 1, 2009.

CERTEAU, M. de. "A Operação Historiográfica". In --. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHRISTÓVÃO, João Henrique de Oliveira. *Do Sal ao Sol: A construção social da imagem do turismo em Cabo Frio*. São Gonçalo: UERJ, 2011.

CHRISTÓVÃO, João Henrique de Oliveira. "A gênese do turismo em Cabo Frio" In CASTRO, Celso et ali. *História do Turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CONDER, Josiah. *The moderntraveller. A popular description, geographical, historical, and topographical, of the various countries of the globe. Brazil and Buenos Aires*. London; Edinburgh; Glasgow; Dublin: James Duncan; Oliver and Boyd; M. Ogle; R. M. Tims, 1825. Vol. 1.

CUNHA, Mafalda Soares da e MONTEIRO, Nuno. "Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII". In Nuno Monteiro; Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (orgs.). *Optima pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.

CUSTÓDIO, José de Arimathéia Cordeiro. "A arquitetura de defesa no Brasil colonial". In *Discursos Fotográficos*, Londrina, v. 7, n. 10, jan./jun.2011, p. 173-194.

DAMACENO, Meri. *Cabo Frio: Guardas da Memória II*. Cabo Frio: Mais Cópia, 2015.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DIAS, Ondemar. "O índio no Recôncavo da Guanabara". In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1998, vol. 159 (399).

DOLNIKHOFF, Miriam. *O Pacto Imperial. Origens do Federalismo no Brasil do Século XIX*. São Paulo, Globo, 2005.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder – formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958.

FARIA, Sheila de Castro. "Morte". In VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000, p. 410-412.

FARIA, Simone Cristina de. *Os homens do ouro: perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista*. Rio de Janeiro, 2010, dissertação de mestrado em História UFRJ, PPGHIS.

FERNANDES, Cybele Vidal Neto. *Considerações sobre o espaço na arquitetura franciscana no Brasil*. p. 281-307. <www.cepesepublicacoes.pt/..franciscanos...portugues...franciscano/...espaço...franciscano...>. Acesso em 17/06/2016.

FERNANDES, Rose. *Cabo Frio: polo colonizador do Brasil*. Cabo Frio: Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 2012.

FERNANDES, Rose. "Abraç o Convento". In Anuário de Cabo Frio 2012, Secretaria Municipal de Cultura, Cabo Frio (RJ), p. 29-62.

FERREZ, Gilberto. "A França Antártica: A Expulsão dos Invasores". In *História Naval Brasileira*. 1º vol. Tomo I. Rio de Janeiro: Serviço Geral de Documentação da Marinha, 1975.

FINAGEIV, Belmira. (Org.) *Carta à Cidade de Cabo Frio*. Rio de Janeiro: 6ª Coordenação Regional – IBPC, 1994.

FRAGOSO, João & GOUVÊA, Fátima. "Monarquia Pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII". In *Revista Tempo*, Vol.14, nº 27, dez de 2009, pp. 49-63.

FRAGOSO, João. "A Nobreza da República: Notas Sobre a Formação da Primeira Elite Senhorial do Rio de Janeiro (Séculos XVI e XVII)". In *Revista Topoi*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

FRAGOSO, João. "A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa". In *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: 7 Letras, V. 8, nº 15, 2003.

FRAGOSO, João. "Imperial (re)visions: Brazil and the portuguese aborn e empire. Conference in Memory of Charles R. Boxer. Fidalgos da terra e o Atlântico sul". In SCHWARTZ e MYRUP (orgs.). *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru: Edusc, 2009.

FRAGOSO, João. "E as plantações viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil". In *História (Online)*, v. 34, p. 58-107, 2015.

FRANÇA, Jean M. Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. "Imaginária e imaginário no Brasil colonial". In *Anais Anpap – 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Transversalidades nas Artes Visuais*, Salvador, Setembro/2009, p. 2142-2156.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Lisboa, Livros do Brasil, 1957.

FRIDMAN, Fania e CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. "Projetos territoriais para o Império brasileiro: o caso da província flu-

- minense". In *Revista PRAIAVERMELHA*. Rio de Janeiro: v. 20, n. 1. p. 157-168, jan-jun 2010.
- FRIDMAN, Fania. "Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII". In *Mneme – Revista de Humanidades*. UFRN. Caicó (RN), v. 9, n. 24, set/out. 2008.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio Em Nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- GARCIA, Elisa Frühauf. "Troca, Guerras e alianças na formação da sociedade Colonial. In FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*, Vol. 1, p. 317-355.
- GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.
- GEDDES, Patrick. *Cidades em Evolução*. Campinas: Papirus, 1994.
- GIFFONI, José Marcelo. *Sal: um outro tempero ao Império (1801-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das Províncias*. Rio de Janeiro 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GREENE, Jack. "Negotiated Authorities". In *Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Virginia: The University Press of Virginia, 1994.
- GREENE, Jack. "Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos impérios europeus da Época Moderna na América". In FRAGOSO, João Fragoso e GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes – política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 95-114.
- GREENE, Jack. *Peripheries and Center – Constitutional Development in the Extended Polities of the British Empire and United States (1607-1788)*, New York/London, Norton. 1990.
- GRENDI, Edoardo. *Polanyi. Dall'antropologia alla microanalisi storica*. Milão: Etas Libri, 1978.

- GUIMARÃES, Célio Mendes. *A Trajetória da Sociedade Musical Santa Helena*. Cabo Frio: Editora Artesanal Mendes Guimarães, 1996.
- GUIMARÃES, Célio Mendes. *Ilustre Português que ajudou a construir a História de Cabo Frio*. Cabo Frio: Editora Artesanal Mendes Guimarães, 2015.
- HANSSEN, Guttorm. *Cabo Frio: dos Tamoios à Álcalis*. Rio de Janeiro: ed. Achiamé Ltda., 1988.
- HEMMING, John. *Ouro Vermelho*. São Paulo: Edusp, 2007.
- HERMANN, Jacqueline. "Conventos". In VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000, p. 148-149.
- HESPANHA, Antonio Manuel Às Vésperas do Leviathan. Lisboa: Almedina, 1994.
- HESPANHA, Antonio Manuel. *As estruturas político-administrativas do Império Português*. In <http://sites.google.com/site/antoniomanuelhespanha/home/textos-selecionados> – acessado em 15 de junho de 2016.
- HOBSON, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1988.
- KNAUSS, Paulo. "Aproximações disciplinares: história, arte e imagem". In *Anos 90*, Porto Alegre, V. 15, n. 28, dezembro de 2008, p. 151-168.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Restinga*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- LASLETT, Peter, *The World that We Lost*. Nova York: Routledge, 2005.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- LEITHOLD, T.; RANGO, L. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. (Coleção Brasiliiana) Vol. 328.

- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LINDENBERG, Augusto. *Luis Lindenberg: sua vida, sua descendência*. São Paulo: s/e, 1968.
- LOUREIRO, Marcello. *Iustitiam Dare – a gestão da Monarquia Pluricontinental, Conselhos Superiores, pactos, articulações e o governo da monarquia portuguesa (1640-1668)*. Rio de Janeiro/Paris, Tese em história social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ e a École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2014.
- MAGALHÃES, Ana Cláudia Vasconcellos; BITTENCOURT, Leonardo Salazar; SILVA, Maria Angélica da. "Arquitetura Conventual Franciscana: Questões de Sustentabilidade (1571)". In *Anais xiv Entac – Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído*. Juiz de Fora, Outubro de 2012, p. 4068-4080.
- MALERBA, J. "Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990". In *Textos de História*, v.10, n° 1/2, 2002.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara Terra e População*. São Paulo: UNESP, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- MARTINS, William de Souza. "Clero regular". In VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000, p. 123 -126.
- MASSA, Hílton. *Cabo Frio Histórico Político*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1980.
- MASSA, Hílton. *Cabo Frio. Nossa terra, Nossa gente*. Rio de Janeiro: Editora Dinigraf, 1996.
- MASSA, Hílton. *O Negro na História de Cabo Frio*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1988.
- MATTOS, Hebe da Costa. *Das Cores do Silêncio. Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

- MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo, Editora Hu-citec, 1990.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- MEDEIROS, Ana Paula Garcia de. "Igreja e religiosidade na urbanização de cidades coloniais nas Américas, nos séculos XVI a XVIII". In "Revista Urutáguia – acadêmica multidisciplinar", DCS/UEM. N° 21, maio 2010, p. 57-71. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/8704>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- MEGALE, Nilza Botelho. *Invocações da Virgem Maria no Brasil*. Pe- trópolis: Ed. Vozes, 1979.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- MENDONÇA, Paulo Knauss de. *O Rio de Janeiro da Pacificação*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.
- MOREIRA, Luiz Guilherme S. *Os ofícios superiores e inferiores da tropa paga (ou de 1ª linha) na capitania do Rio de Janeiro, 1640-1652: lógica social, circulação e a governança da terra*. Tese de Doutorado em história (UFF), 2015.
- MOREIRA, Luiz Guilherme S. e CARNEIRO, Janderson Bax. *Os índios na História da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio – séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro. Graflne: 2010.
- MOREIRA, Luiz Guilherme S. e AZEVEDO, Maria Catarina da Silva. *Atlas Histórico e Geográfico Escolar de São Pedro da Aldeia*. Rio de Janeiro. Graflne: 2012.
- MOTT, Luiz. "Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu". In NOVAIS, F. (coord) & SOUZA, Laura de Mello e (org). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Volume 1), p. 155-220.
- MOTTA, Marcia e GUIMARÃES, Elione. *Propriedades e Disputas. Fontes para a História do Oitocentos*. Niterói: EDUFF, 2011.

- MOTTA, Márcia. "Movimentos rurais nos oitocentos: uma história em (re)construção". *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 16, abril 2001.
- MOTTA, Márcia. *Heranças e disputas (um estudo sobre a transmissão de patrimônio em situação de conflito de terra Maricá, 1859/1917)*. Bolsa de produtividade em pesquisa, CNPQ, 2001-2003.
- MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século xix*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Vício de Leitura, 1998.
- MOTTA, Márcia. *O Direito à Terra no Brasil. A gestação do conflito (1795/1824)*. São Paulo: Alameda, 2009.
- MOTTA, Márcia. "Sesmarias e o mito da primeira ocupação". In *Justiça & História*, vol. 4, n. 7. 2004, p. 61-83.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *História e Demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004. v. 1.
- NEVES, Guilherme Pereira das. "Catequese". In VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000, p. 109 -110.
- NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". In *Projeto História*, São Paulo (10), dezembro 1993, p. 7-28.
- NORTH, D.C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- NOVAIS, Fernando. "Condições da privacidade na colônia". In NOVAIS, F. (coord) & SOUZA, Laura de Mello e (org). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Volume 1).
- NUNES, Edson. *Gramática Política do Brasil. Clientelismo e Insulamento Burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno – honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.

- PEDROSA, Manuel X. de V. "A Ordem de São Bento em Cabo Frio". In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1981, Vol. 331.
- POULOT, Dominique. *Museu e museologia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- REVEL, Jacques. "Microanálise e construção do social". In –. *Jogos de escadas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 1998.
- REZNIK, Luís. *Qual o lugar da história local?* In [http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt\\_hsg\\_artigo\\_03.pdf](http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_03.pdf).
- RIBEIRO, Silene Orlando. *De índios a guerreiros reais: a trajetória da aldeia de São Pedro de Cabo Frio – séculos XVII-XVIII*. Niterói: UFF – Dissertação de mestrado em história, 2005.
- RÖWER, Basílio, frei. *Páginas de História Franciscana no Brasil*. Segunda edição revista e aumentada. Petrópolis: Ed. Vozes, 1957.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. "Local government in portuguese America: A Study". In *Comparative Studies in Society and History*. Vol.16, nº 2, março, 1967.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 1550-1755*. Brasília: Ed. da UNB, 1981.
- SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos. A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SANTOS, Milton. "Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método". In *Boletim Paulista de Geografia*, nº 54, São Paulo, 1977, p. 81-99.
- SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial. O Tribunal Superior da Bahia e seus Desembargadores 1609-1751*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Rio de Janeiro: Jakobson Estúdio, s/d.
- SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria. "Luis Frias de Mesquita, Engenheiro-Mor do Brasil". In *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: nº 9, 1945, p. 9-84.

- SILVEIRA, Luiz Carlos da Cunha. "As seis fundações de Cabo Frio". In *Anuário 2010*, Secretaria Municipal de Cultura, Cabo Frio (RJ), p. 37-43.
- SKINNER, Quentin. *Fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SOARES, Antonio Joaquim de Macedo. *Tractado Juridico-Practico da Medição e Demarcação das Terras tanto particulares, como publicas*. Rio de Janeiro: Typographia Universal E&H.laem-mert, 1879. Tomo II.
- SOUZA, Antonio Gonçalves Teixeira e. *Os três dias de um noivado*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Paula Brito, 1844. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>
- SOUZA, Bernardino José de. *O pau-brasil na história nacional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- SOUZA, George Felix de. *Elite e exercício de poder no Brasil colonial: a câmara municipal do Recife (1710-1822)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2015.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- SOUZA, Laura de Mello. *Os Desclassificados do Ouro*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- TAVARES, Luiz Fabiano de Freitas. *Da Guanabara ao Sena*. Niterói: Eudff, 2011.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael e HAMILTON, Paula. "Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais". In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006.
- VAINFAS, Ronaldo. "Tibiriçá". In VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicioná-*

- rio do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000, p. 547-549.
- VARNHAGEN, Adolfo. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, tomo II, 5<sup>a</sup> ed., 1956.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. "Vãos". In --. *Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979, p. 97-135.
- VIANNA JR., Wilmar da Silva. *Modos de governar, modos de governo: o governo-geral do Estado do Brasil entre a conservação da conquista e a manutenção do negócio (1642-1682)*. Rio de Janeiro: UERJ, tese de doutorado em história, 2011.
- WIED NEUWIED, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- ZUBARAN, M. A. "A iconografia de viagem de Hermann Rudolph Wendroth sobre o Rio Grande do Sul oitocentista". *Textura*, v. 6/7, p. 45-65, 2003.



#### COLOPHON

*Tiragem de publicação: 500 exemplares  
Impresso no Brasil.*

O Museu de Arte Religiosa e Tradicional – MART é um dos 29 museus federais do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Ministério da Cultura. Desde o início do seu funcionamento, em 15 de dezembro de 1982, atua na baixada litorânea fluminense para a conservação e difusão do rico acervo sob sua guarda, objetos remanescentes do antigo Convento de N. S. dos Anjos e obras de artistas contemporâneos. Mas o MART/IBRAM vai além e promove a integração da região através de atividades culturais e educativas com a participação de expressões locais. As programações do museu ilustram o calendário oferecido aos que moram ou visitam Cabo Frio e as cidades vizinhas: exposições, apresentações musicais como a “Música no convento”, intercâmbio do público com pequenos produtores na “Feira agroecológica do convento”, atividades de dança e canto coral sediadas na instituição. Sem se descuidar de sua função relativa à produção do conhecimento, o museu abraça a pesquisa, estimulando encontros de estudiosos em diversas áreas sobre a região e investigações sobre o monumento onde se localiza. Desafio que começa a se consolidar com o livro *Cabo Frio 400 anos de história · 1615 – 2015*, um presente do MART/IBRAM ao quarto centenário da cidade que o acolhe há três décadas e meia.



**SBM**  
sistema brasileiro de museus

**ibram**  
instituto brasileiro de museus

MINISTÉRIO DA  
**CULTURA**



ISBN 978-85-63078-46-9



9 788563 078469